

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em História

Tiego Rocha Rebello

*Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964):
discurso de governo e manutenção da ordem conservadora.*

Porto Alegre

2014

Tiego Rocha Rebello

Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964):
discurso de governo e manutenção da ordem conservadora.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2014

Rebello, Tiego Rocha

Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963/1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora. / Tiego Rocha Rebello. -- 2014.

161 f.

Orientador: Luciano Aronne de Abreu.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Análise de Discurso. 2. Reforma Agrária. 3. Radicalização Política e Social. 4. Agricultores Sem Terra. I. Abreu, Luciano Aronne de, orient. II. Título.

Dedico este trabalho as três mulheres que me formaram enquanto indivíduo: as memórias de minha mãe Stela Maria Vieira Rocha e de minha avó Clélia Bittencourt Rebello e a minha educadora e amada avó Maria José Vieira da Silva.

Também dedico este trabalho a todos aqueles que lutam e lutaram pela reforma agrária e pelo direito de ter um pedaço de terra contra o autoritarismo latifundiário que manda e desmanda até hoje em nosso país:

João Sem Terra, Paulo Brum, Lampião, Antônio Conselheiro e tantos outros.

Agradecimentos

Os dois anos de mestrado foram consequência de uma trajetória que se inicia ainda nos tempos do Colégio Barbosa Rodrigues, meu grande formador político, com as minhas primeiras letras com a querida “pro” Inê, que me deu os primeiros instrumentos para compreender o mundo, assim como outros professores que também me fizeram educador: Marina, Raquel, João, Cristian, Fabiola, Everson, Rodrigo, Elisa, Fernando, Nilton, Carla, Carmem, Anderson, Rivair, Enrique, entre outros. Além do meu querido amigo Cláudio, do Colégio Irmão Pedro, que tive o prazer de trabalhar e aprender muito, como bolsista do PIBID.

Mas antes de qualquer outro educador, eu não poderia esquecer a minha querida freireana e avó, Maria José, que me ensinou os valores da autonomia e da criticidade no cotidiano da minha formação pessoal. Agradeço ao meu irmão Vinicius, que me acompanhava “pulando o muro com o Zezinho, no fundo do quintal da escola”. Tia Isabel, Daniela, Bibiana, Jairton e Julinho sem o incentivo e o carinho de vocês nada teria acontecido. Tia Lu, tia Lúcia e tia Isa muito obrigado pelas inúmeras oportunidades que me deram de estudo, além do carinho de sempre.

Meus queridos tios e tias, primos e primas da Rebelândia um pedaço de cada um de vocês sempre estará presente na minha pessoa. “Bob Pai” obrigado por me apresentar o “Raulseixismo”. Lilian obrigado pelas “boias” filadas nesses dois anos. Mana Laura obrigado pela ajuda com a “língua imperialista”. Um agradecimento muito especial à avó Clélia, a minha “véia”, que deixa um vazio em meu peito que apenas é aliviado pela memória que deixou, esse mestrado também tem um pedaço de ti.

Todas essas pessoas me deram a base para crescer e me formar como pessoa, educador e historiador. Assim como inúmeros amigos, que não terei como aqui citar todos, mas em especial Daniel Sudikum grande irmão que muitos valores me passou, principalmente os “cervejísticos”. Aos amigos da graduação e a nossa formação hoplita diante dos nossos desafios.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por ter acreditado no meu trabalho, em especial ao meu orientador Luciano. Assim como a CAPES por ter me sustentado esses dois anos.

Nesse período, o apoio de algumas pessoas foi fundamental para realização deste trabalho: Cadu e Cláudia Tomaschewski, obrigado pela ajuda no processo de seleção do mestrado; Lisiane, nossa querida Pipoca, obrigado pelas dicas de leituras e livros emprestados; Maria Cláudia, obrigado pelos livros emprestados; Adolar, obrigado pelos livros emprestados e por me ensinar que a cidadania se faz no cotidiano; Teresa Trindade obrigado pelas dicas de leituras e documentários; Josi e Patricia obrigado pelo auxílio em minha pesquisa na Biblioteca Nacional; Luciano, muito obrigado pela orientação precisa, pela compreensão dos momentos difíceis e pelo carinho dispensado, esse trabalho não seria o mesmo sem a tua ajuda; Mara e Fernando obrigado por ter me auxiliado e facilitado a minha pesquisa na Divisão de Terras Públicas, sem mencionar os lanches da tarde; Carlos Roberto, vulgo Beto, grande amigo que tive o prazer de trabalhar junto, muito obrigado pelo auxílio na pesquisa no nosso querido e sucateado Museu da Comunicação; Rafael Aguiar, obrigado pela ajuda com o site da Assembleia Legislativa; Rafael Mautone, “minha esposa barbada” e irmão, obrigado pela coorientação em nossas infundáveis conversas de boteco caseiro e por todo o apoio que me prestaste; Andrea, minha querida Deinha, obrigado pelas leituras e auxílios Folcautianos, sem mencionar as boias filadas nesses dois anos; Aline, minha companheira amada, sem o teu apoio e carinho esse trabalho não estaria no papel; Cláudio Emerson e Dulce, sem palavras, muito obrigado por terem aberto as portas de sua casa, em um momento difícil, que me permitiram concluir esse trabalho, sem vocês ele teria sido adiado; João, meu “gordinho sexy”, obrigado pela distração com o corpinho e pela correção ortográfica e das normas; por fim, em homenagem ao meu colega de mestrado Ricardo Soares, parodiando o seu ídolo Claudiomiro, agradeço a Santa Anna os Puente Del Piedra que me mandaram.

Resumo

Durante o governo de cunho nacionalista Leonel Brizola (PTB), o Rio Grande do Sul vivenciou o princípio da adoção de políticas de reforma agrária e advento da mobilização dos trabalhadores rurais, por meio do MASTER. Assim este relega ao seu sucessor Ildo Meneghetti (PSD), um Estado com forte mobilização social que reivindicava uma reforma agrária consentânea com os objetivos dos agricultores sem terra. Nesses termos, portanto, a presente dissertação busca analisar a relação do discurso do governo Meneghetti com o contexto de radicalização política e social, que conduzem ao golpe civil-militar de 1964. Tem-se por meta a compreensão dos grupos que estavam no poder, no período que antecede a derrocada do projeto reformista do presidente João Goulart (PTB) e a relação do governo sulino com os movimentos reivindicatórios no campo. Além disso, o direcionamento e a concepção de reforma agrária de Ildo Meneghetti.

Palavras Chave: Análise de Discurso; Reforma Agrária, Radicalização Política e Social; Agricultores Sem Terra.

Abstract

During the nationalist government of Leonel Brizola (PTB), Rio Grande do Sul experienced the principle of adoption of policies of agrarian reform and the advent of mobilization of rural workers, by MASTER. So this relegates to his successor Ildo Meneghetti (PSD), a State with a strong social mobilization which claimed an agrarian reform according to the landless farmers goals. These days, therefore, this dissertation wants analyze the relation from the government Meneghetti speech with the context of social and politician radicalization, which lead to the civil-military coup in 1964. We have as goal the comprehension from groups that were in power, in the period that precedes the falling of the reformist project from president João Goulart (PTB) and the southern government relation with the vindicated movements in countryside. Besides, the direction and the conception of agrarian reform from Ildo Meneghetti.

Key Words: Discourse Analysis, Agrarian Reform, Politics and Social Radicalization; Landless Farmers

Lista de Siglas

CPI – Comissão de Inquérito Parlamentar

CRALE – Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais

DC – Divisão de Colonização

DGC – Divisão de Geografia e Cartografia

DTP – Divisão de Terras Públicas

DPOR – Divisão de Promoção e Organização Rural

DPV – Divisão de Produção Vegetal

SPI - Serviço de Proteção ao Indígena

ADP – Ação Democrática Popular

FARSUL – Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

IRGA - Instituto Rio Grandense dos Arrozeiros

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

ARS – Aliança Republicana Socialista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PL – Partido Libertador

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 DISCURSO DE GOVERNO, TRAÇANDO A SUA LINHA DE AÇÃO E PRECEITOS POLÍTICOS	15
1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O “DESTINO NATURAL”	17
1.2 ORDEM, SOLUÇÕES HARMÔNICAS E SEUS DERIVADOS.....	34
2 RADICALIZAÇÃO POLÍTICA EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA. ACAMPAMENTOS: CASO DE POLÍCIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM CONSERVADORA.....	45
2.1 ACAMPAMENTOS: REGIÃO DE NONOAI.....	45
2.2 OUTROS ACAMPAMENTOS E AMEAÇAS.....	62
3 POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO MENEGHETTI: À SERVIÇO DA ORDEM CONSERVADORA.....	92
3.1 COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA AGRÁRIA	92
3.2 REFORMA AGRÁRIA: REIVINDICAÇÕES DOS ACAMPAMENTOS, ATIVIDADES DO IGRA.....	107
3.2.1 Reflexos do Acampamento de Passo Feio	116
3.3 ATIVIDADES DO IGRA E OS CASOS DE NONOAI E ERECHIM	124
3.3.1 Um dos pilares do tripé de investimentos para o processo de industrialização	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante da necessidade de compreender as relações dos grupos que estavam no poder no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, a presente dissertação se debruça sobre o governo de Ildo Meneghetti. Integrante do Partido Social Democrático (PSD), Meneghetti governou o estado do Rio Grande do Sul, em seu segundo mandato, no período de 1963 a 1966 tendo como característica marcante a imposição daquilo que compreendia por ordem pública, que se reflete em uma forte repressão aos movimentos sociais. A partir de fontes oficiais – as *Mensagens à Assembleia Legislativa de 1963 e 1964*, *Plano de Investimentos e Serviços Públicos* e a documentação administrativa do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), via Inspetorias de Terras de Erechim e Nonoai –, além dos jornais *Correio do Povo* e *Última Hora*, buscou-se na medida do possível responder à seguinte pergunta: de que forma o discurso do governo Ildo Meneghetti em relação à “reforma agrária”, durante os dois primeiros anos de seu mandato (1963-1964), relacionou-se com o contexto de radicalização política e social do início da década de 1960 que conduzem ao golpe de 1964? A partir da hipótese de que o IGRA teria passado por um processo de descaracterização das funções para as quais ele havia sido criado, analisamos as atividades deste órgão e o redirecionamento de suas políticas que ocorre no período estudado.

De frente a essa pergunta, é preciso recuar um pouco ao governo antecessor de Ildo Meneghetti, pois foi durante os anos da administração de Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que as pressões pela reforma agrária no Rio Grande do Sul ganham força e que o IGRA foi criado. Além disso, também é necessário fazer alguns apontamentos sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que surge durante a mesma gestão, o qual será alvo do esvaziamento e marginalização política e de dura repressão no governo Meneghetti.

Entre janeiro de 1959 e janeiro de 1963, o Rio Grande do Sul viveu um governo de cunho nacionalista¹ sob a administração do governador Leonel Brizola. Segundo Claudia Wasserman, esse governo se caracterizou pelas nacionalizações

¹ Entende-se por nacionalistas as políticas de desenvolvimento capitalista interno, independentes do mercado externo, um bom exemplo é a política de substituição de importações que visava o desenvolvimento industrial.

e estatizações (telefonia, eletricidade e transporte), pelos altos investimentos em educação pública e pelos assentamentos rurais. (WASSERMAN, 2010: 52-53) Nesse último aspecto, deve-se ponderar que, para Ligia Simonian a historiografia destaca muito os aspectos positivos da política de reforma agrária do ex-governador, no entanto, nas palavras da autora, ele foi “no mínimo despótico quanto aos direitos humanos e territoriais dos indígenas” ao promover assentamentos em diversos toldos indígenas do Estado. (SIMONIAN, 2009: 470)² Seja como for, Brizola não só promoveu um princípio de reforma agrária, dentro dos parâmetros trabalhistas, como também incentivou a mobilização dos trabalhadores do campo.

José de Souza Martins, alerta que a história dos movimentos camponeses não pode ser compreendida sem considerar a disputa pela sua tutela, que se deu entre o Partido Comunista, a Igreja Católica e, no período do governo João Goulart, os trabalhistas. (MARTINS, 1990: 81). Nesse sentido, Marluza Harres aponta que, no Rio Grande do Sul, o PTB esforçava-se para liderar a mobilização dos agricultores – fruto de disputas entre esses três grupos. Assim, na perspectiva petebista surge o primeiro núcleo do MASTER em Encruzilhada do Sul, com apoio direto do prefeito Milton Serres Rodrigues (PTB) e outros líderes trabalhistas em 24 de junho de 1960. O MASTER, que em seu manifesto de inauguração, apresentava-se como uma sociedade civil, voltada à promoção da união e politização dos agricultores e na defesa de suas reivindicações, teve o apoio do governo Brizola, podendo ser compreendido como uma tentativa da expansão do trabalhismo ao campo. Ainda de acordo com essa autora, o apoio do governo foi “fundamental para o avanço das atividades associativas” do MASTER, sendo essa articulação que deu suporte às medidas de impacto no último ano de governo Brizola. (HARRES, 2002a: 239-240, 247) Contudo, é preciso dizer que o ex-governador somente passou a apoiá-lo, conforme Córdula Eckert, “a partir do segundo semestre de 1961”. (ECKERT, 1984: 78-79)

Como estratégia e forma de pressão política, o MASTER adotou os acampamentos próximos aos locais reivindicados a serem destinados à reforma agrária, nas faixas de estradas, em áreas públicas. Eckert assinala que, essa tática, utilizada muitas vezes, tinha por objetivo manter a legalidade do acampamento, evitando-se o argumento de invasão de propriedade privada. Ao longo de 1962

² A esse respeito ver: SIMONIAN, 2009; CARINI, 2005.

foram diversos acampamentos montados, motivados pelo resultado do primeiro que levou à desapropriação da Fazenda Sarandi. Tais ocorrências conduziram Brizola à mesa de negociação com a Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL), momento em que ele solicita que os acampamentos fossem suspensos, e em algumas localidades isso ocorreu. Por outro lado, isso não representou o fim das concentrações camponesas, que continuaram acontecendo, conforme nos expõe Eckert, demonstrando a autonomia daquele movimento.³ (ECKERT, 1984: 106, 110, 119-136)

O resultado das eleições de 1962, que levou ao Palácio Piratini Ildo Meneghetti, significou a perda de apoio do governo ao MASTER, isso não implicou em inatividade do movimento que se manteve em luta ao longo de todo o ano de 1963 até a nefasta madrugada do dia 31 de março de 1964. De acordo com Mercedes Cánepa, o candidato Meneghetti, da Ação Democrática Popular (ADP), vinculou em seu discurso eleitoral à defesa das reformas de bases, principalmente a reforma agrária. (CÁNEPA, 2005: 310). Portanto, Meneghetti foi eleito com a promessa, entre outras, de concretizar um programa de reforma agrária. Cánepa destaca que, apesar de ter sido um traço comum em todos os candidatos a defesa das reformas, era possível distinguir o direcionamento de cada um deles, por estes possuírem o respaldo de diferentes setores sociais. (CÁNEPA, 2005: 362) Para Wasserman, a conspiração pré-golpe teve início com a eleição de 1962, sendo o Rio Grande do Sul importante devido à liderança de Leonel Brizola. Nas palavras dessa autora, “o conservador Meneghetti assumia o comando do Executivo estadual, enquanto o Executivo Federal se encontrava nas mãos do PTB de Jango e Brizola”, o que levou Meneghetti à conspiração “para derrubar João Goulart desde o primeiro dia de seu mandato”. (WASSERMAN, 2010: 55)⁴

Lameira ao analisar o golpe civil-militar, expõe que a “concepção conservadora e elitista” exalta a participação política de entidades patronais, por outro lado “a participação na política de entidades representativas das classes dominadas”, sindicatos e grupos reformistas, “era vista como sinal de agitação, anarquia e problema para a sociedade, a democracia e os valores morais do Brasil e das suas instituições”. (LAMEIRA, 2012: 195) Nesse sentido, o governo Meneghetti

³ A autora apresenta um cenário de negociação entre o governo e o movimento dos sem terra, que em alguns momentos cediam e em outros não, isso se devia ao fato de existirem mais de uma tendência dentro dele.

⁴ A esse respeito ver: LAMEIRA, 2012.

será pautado pelo estabelecimento da ordem. Tal postura, devemos compreender em seu contexto de crise do “transformismo”, no qual se tornam latentes os limites das classes dominantes em “absorver as demandas democráticas”, conseqüentemente, gerando repressão para neutralizá-las. (LACLAU, 1978: 198).

Nessa perspectiva, buscaremos analisar o discurso de governo Meneghetti, nesse contexto de franca radicalização política que conduz ao golpe de Estado em 1964, relacionando-o não só com a repressão sofrida pelo MASTER, mas também com as atividades desenvolvidas pelo IGRA. Por conseguinte, o espaço temporal da presente dissertação situa-se entre 1963 e 1964, sendo que a relação com o MASTER ficará restrita até o momento do golpe, já que o movimento é extinto com o advento da ditadura que elimina os agentes de pressão pela reforma agrária.

No primeiro capítulo, analisaremos o discurso de governo, de acordo com os preceitos teóricos de Michel Foucault, a partir das obras *Ordem do Discurso* e *Arqueologia do Saber*⁵. Nesse sentido, dividiremos a análise em dois blocos, conforme o mapeamento das *regularidades* do discurso, buscando constituir a sua *árvore de derivação discursiva*, onde em sua *raiz* encontramos o *enunciado reitor*, que seria a ênfase no desenvolvimento econômico, por meio do processo de industrialização. Dessa forma, a reforma agrária é relegada a um segundo plano, por esta, na lógica do discurso de governo, não ter sentido sem a mecanização do campo. A partir dessa análise, buscaremos identificar a quem e a que as políticas públicas devem se direcionar na concepção desse discurso. A fim de atender esses objetivos, serão analisados os discursos de posse, os presentes no *Plano de Investimentos e Serviços Públicos* e os entregues nas *Mensagens à Assembleia*

⁵ Os conceitos e alguns preceitos teóricos serão apontados ao longo da análise no corpo do referido capítulo. Faz-se necessário indicar que, dar-se-á ênfase ao discurso de governo por ele em si e suas extensões (relacionadas com suas medidas políticas), apesar deste estar inserido em debates mais amplos sobre desenvolvimento econômico, industrialização, entre outros. Essa opção visa a compreensão desse discurso, a partir dos seus próprios elementos e de sua lógica interna, no contexto de radicalização política e social, em especial relacionado às disputas acerca da reforma agrária. Dessa forma é preciso deixar claro que, os conceitos e preceitos, que serão apontados ao longo do capítulo 01 emergem desse discurso e podem apresentar concepções não originais ou diversas a outros discursos e concepções, inseridas em debates mais amplos. Como demonstra Foucault, “colocamos a questão no nível do próprio discurso, que não é mais tradução exterior, mas lugar de emergência dos conceitos; não associamos as constantes do discurso às estruturas ideais do conceito, mas descrevemos a rede conceitual a partir das regularidades intrínsecas do discurso; não submetemos a multiplicidade das enunciações à coerência dos conceitos, nem esta ao recolhimento silencioso de uma idealidade metaistórica; estabelecemos a série inversa: recolocamos as intenções livres de não contradição em um emaranhado de compatibilidade conceituais; e relacionamos esse emaranhado com as regras que caracterizam uma prática discursiva.” (FOUCAULT, 2008: 68)

Legislativa de 1963 e 1964. O *Plano* consistia em um planejamento do governo do Estado para os anos de 1964 a 1966, também podemos compreendê-lo como um grande discurso político de defesa do direcionamento das políticas públicas; quanto as *Mensagens*, apresentam-se em dois volumes, sendo o primeiro um grande discurso de defesa dos trabalhos realizados pelo governo e o segundo um relatório das atividades desenvolvidas por cada secretaria e suas respectivas divisões.

No segundo capítulo, tendo por base documental, os jornais *Correio do Povo* e *Última Hora* mais a documentação administrativa das Inspetorias de Terras de Erechim e Nonoai⁶, onde aparecem as atividades do IGRA, nas respectivas regiões que estas atendiam, reconstituiremos os acampamentos promovidos pelo MASTER ocorridos ao longo dos anos de 1963 e 1964. Estes dividimos em dois grupos, os da região da reserva florestal de Nonoai e as demais concentrações de agricultores sem terra, além de algumas ameaças, que acontecem nas seguintes cidades: Camaquã, Bagé, Pelotas, Torres, Osório, Tapes, Guaíba, Canoas, Sarandi, Sapucaia.⁷ Praticamente todos esses acampamentos serão alvos de dura repressão pelo aparato militar estadual, seguindo a lógica do discurso de manutenção do que se compreendia por ordem. A escolha desses jornais se deu por critérios políticos, referentes ao posicionamento destes órgãos de imprensa. De acordo com Enrique Padrós e Rafael Lameira, o *Correio do Povo*, durante o contexto de radicalização política e social de meados dos anos 1960, adotou “uma linha de questionamento como a que vinha sendo utilizada por Lacerda e a imprensa do centro do país nos ataques tanto ao governo federal quanto ao próprio Brizola”. (PADRÓS; LAMEIRA, 2010: 40-41) Além disso, esse jornal claramente apoiou a deposição do presidente Goulart e se alinhou com o governo Meneghetti.⁸ Por outro lado, a *Última Hora*, segundo Antônio Hohlfeldt, desde o início do mandato de Jânio Quadro, “aderiu às reformas por ele preconizadas”. Apesar do alinhamento do jornal de Samuel Wainer com o PTB, isso não evitou algumas reservas por parte do periódico em relação ao governador Brizola, diante de problemas com o funcionalismo público. Ainda de acordo com o mesmo autor, tal ocorrência devia-se ao fato de alguns jornalistas serem militantes do PCB ligados a sindicatos. Assim pode-se dizer que o jornal manteve um discreto apoio ao governo Brizola, “salvo nos episódios em que se

⁶ Estas basicamente consistem em correspondências diversas e alguns relatórios de atividades.

⁷ Apenas para ficar claro que as cidades não estão listadas conforme a ordem cronológica dos acampamentos e ameaças de concentrações camponesas.

⁸ A esse respeito ver: PADRÓS, LAMEIRA: 2010; LAMEIRA, 2012.

cumpriam metas coincidentes às duas instituições, como a Reforma Agrária ou a nacionalização de empresas multinacionais”. A mudança de governo coloca o jornal na oposição, agravada pela equipe da cobertura policial que, “com os policiais negando informações aos jornalistas”, estes “tiveram de buscar cobertura judicial para tanto, chegando alguns deles, contudo, a serem ameaçados e mesmo espancados por policiais”. (HOHLFELDT, 2005: 32-33) Ao longo de 1963 e 1964, é comum as notícias trazerem o depoimento de líderes sindicais e dos agricultores sem terras, o que só confirma o que Hohlfeldt explicitou: o elo da redação com o movimento sindical, de certa forma, acima das ligações partidárias. Essas informações são importantes serem ditas, pois com esses dois jornais, busca-se a *exterioridade* do discurso de governo, ou seja, “as condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória” de “acontecimentos e fixa fronteiras” desse discurso. (FOUCAULT, 1996:53)

Por último, no terceiro capítulo trataremos de diferentes aspectos das atividades do governo que se relacionam com a reforma agrária. Em primeiro lugar, abordaremos o andamento e os resultados da Comissão Especial de Reforma Agrária, inicialmente criada com a pretensão de efetuar um planejamento de um programa de reforma agrária, que resultará no decreto lei 4.781, que autorizava o poder público a alienar as terras incorporadas ao patrimônio do Estado, e na reestruturação administrativa do IGRA. Em segundo lugar, trataremos de algumas medidas que são tomadas por conta da pressão social exercida pelo movimento dos agricultores sem terra: algumas ditas “desapropriações” e alguns assentados do primeiro acampamento que ocorre em 1963. Em terceiro lugar, analisaremos as atividades realizadas pelo órgão de reforma agrária relacionadas aos toldos indígenas e os núcleos de colonização, assim como uma grande dedicação a obras viárias. De uma forma geral, podemos dizer que, esse decreto, as mudanças no Instituto e as suas atividades se direcionaram, em sua grande maioria, a outros setores que não aqueles para os quais o IGRA havia sido criado para atender, concebendo-se uma nova noção de reforma agrária que foge às reivindicações camponesas, constituindo-se em um projeto alternativo.

1 DISCURSO DE GOVERNO, TRAÇANDO A SUA LINHA DE AÇÃO E PRECEITOS POLÍTICOS

O discurso de governo Ildo Meneghetti se constrói tendo por referência a oposição às atividades do ex-governador, Leonel de Moura Brizola, e ao atual presidente da república e as organizações vinculadas à reforma agrária, João Goulart e a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Portanto, nessa perspectiva, o discurso de governo busca, a partir da *inversão*, constituída em *jogo negativo*, alicerçar a imagem de governo: enquanto este estaria buscando harmonizar e pacificar as discussões políticas e sociais, aqueles estariam sublevando e dificultando o diálogo, levando o povo a sacrifícios em nome de suas projeções políticas; enquanto este estaria focado nos reais problemas da sociedade, aqueles estavam furtando-se dessa realidade, preocupados com questões que não seriam da alçada do Estado, dessa forma deslegitimando políticas de correção social, como a Reforma Agrária. Logo, a Reforma Agrária ganha um caráter secundário, perdendo os seus significados econômicos e sociais, sendo substituída pelo processo de industrialização.

Antes de entrar nos discursos, é preciso deixar claro que, o governador é eleito com a promessa, entre outras, de efetivar um programa de reforma agrária, conforme nos demonstra Mercedes Cánepa, em sua primeira manifestação como candidato pela coligação Ação Democrática e Popular (ADP) ele faz a seguinte manifestação:

executar uma política agrícola que ampare e defenda a propriedade socialmente útil, em particular a pequena e a média, que incentive o associativismo; que realize uma reforma agrária que possibilite o acesso à propriedade da terra aos que efetivamente a trabalham, aumente a produtividade e a produção agropecuária, assegurando-lhe preço justo, proporcione ao homem do campo habitação, assistência educacional, técnica, creditícia, sanitária, médica e hospitalar, que discipline os arrendamentos; que extermine o latifúndio improdutivo, o inaproveitamento das terras públicas e a desorganização agrária.” (Apud.: Correio do Povo: 5/4/1962 p. 7, CANEPA, 2005: 306-307) [grifos meus]

Segundo Cánepa, nas eleições de 1962, “a defesa de reformas como um traço comum a todos”, o que indicava que, “o jogo partidário, de forma geral, e a disputa eleitoral, em particular, além de canal de expressão, tornavam-se fatores de

avanço do conjunto da sociedade na direção das reformas”. No entanto, era possível discernir, conforme expõe a autora, entre um e outro, “no conjunto dos elementos constitutivos de cada discurso”, sendo importante destacar que cada um desses discursos recebia o “respaldo de setores sociais (classes, segmentos, grupos) também diferenciados, que passam a explicitar publicamente quer o apoio, quer a crítica a determinados discursos ou iniciativas de caráter político-partidário” (CÁNEPA, 2005: 362). Meneghetti, é apresentado por diferentes autores como representante dos “setores conservadores”⁹.

Opta-se, nesta parte do trabalho, pela descrição em blocos conforme as regularidades analisadas, apesar dessas não se constituírem em separado, muito pelo contrário, elas se articulam e se entrecruzam montando uma estratégia discursiva¹⁰. No entanto, tal escolha visa dar maior clareza argumentativa, assim rearticulando os elementos discursivos. Em um primeiro momento, será delineado o enunciado reitor, que seria o foco no desenvolvimento econômico, para em um segundo momento esboçar as regularidades em torno da ordem e a busca por soluções harmônicas e pacíficas. Seguem-se preceitos teóricos de Michel Foucault, traçando e mapeando as *regularidades*, do discurso de governo Ildo Meneghetti percebe-se claramente, um grande *enunciado reitor*¹¹, que seria o desenvolvimento

⁹ ADP, “aliança que reunia os partidos conservadores do Rio Grande do Sul e que tinha apoiado a eleição de Ildo Meneghetti”. (CÁNEPA, 2005: 391) “Meneghetti já havia sido governador entre 1955 e 1959 e foi eleito para um segundo mandato em 1962. Representava as forças conservadoras no estado, capitaneadas pelos partidos” UDN, PL e o PSD. (WASSERMAN, 2010: 51). Esse termo conservador parece contemplar os grupos que articularam o golpe, temerosos pelos rumos que as reivindicações das reformas estavam tomando, que podiam, dentro da sua visão, rumar para comunização do país.

¹⁰ A estratégia discursiva surge a partir da articulação de seus enunciados que compõe a *árvore de derivação*, pela delimitação de suas regularidades e reconhecimento dos enunciados. Conforme diz Foucault, “certos grupos de enunciados empregam essas regras em sua forma mais geral e mais largamente aplicável; a partir deles, podemos ver como outros objetos, outros conceitos, outras modalidades enunciativas, ou outras modalidades enunciativas, ou outras escolhas estratégicas, podem ser formados a partir de regras menos gerais e cujo domínio de aplicação é mais específico. Pode-se, assim, descrever uma *árvore de derivação* enunciativa: em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão”. (FOUCAULT, 2008: 166). Em outras palavras, a partir do reconhecimento dos enunciados – mais especificamente o enunciado reitor –, de suas definições estruturais observáveis e do campo de objetos possíveis, prescrevendo formas de descrição e códigos perceptivos, fazem aparecer as possibilidades mais gerais do discurso de domínio de conceitos a serem construídos pelo próprio discurso constituindo uma estratégia discursiva.

¹¹ Nesta parte do trabalho, o referencial teórico e metodológico será, basicamente, as obras *A Ordem do Discurso* e *Arqueologia do Saber*. Foucault ressalta que os nossos conceitos de análise discursiva devem partir do próprio discurso a ser analisado em seu conjunto, assim deve-se buscar as *regularidades* do discurso – que, em síntese, seriam elementos que se repetem com função

econômico. Esse aparece como solucionador dos problemas sociais, uma vez que estes seriam características inerentes ao nosso caráter de subdesenvolvido. A partir desse *enunciado reitor*, que estaria na *raiz* em nossa *árvore de derivação*, surgem novas *ramificações enunciativas*, constituidora de novos sentidos e conceitos. Todo o discurso, constrói-se a partir da *inversão*, por meio de um *jogo negativo*, constituidor de *positividade* da autoimagem de governo¹². Em outras palavras, o discurso se articula a partir do eixo desenvolvimento econômico, dentro de sua perspectiva, o verdadeiro foco da administração pública, já que os problemas sociais são inerentes à condição de subdesenvolvimento brasileiro. Para se atingir tal desenvolvimento econômico, o caminho natural da civilização, conforme as noções desse discurso, é fomentar a industrialização, criando os estímulos necessários, debruçando-se sobre o tripé de investimentos do governo: transporte, energia e comunicações. Dentro dessa lógica, o Estado deve seguir uma postura de agência de estímulos à economia, diferentemente das antigas gestões estaduais e da atual gestão federal, que estariam preocupados com problemas secundários derivados do subdesenvolvimento.

1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O “DESTINO NATURAL”

O discurso de governo Meneghetti apresenta *regularidades*, que compõe o *enunciado reitor* que seria o foco nas questões econômicas, visando o desenvolvimento da economia. Sendo este – via processo de industrialização,

constitutiva de sentidos, promovendo as *positividades* (ver a próxima nota) do discurso e que permitam identificar os seus *enunciados*. Dessa forma, deve se identificar a *árvore de derivação enunciativa* – que, resumidamente, seria a estrutura e forma de articulação do discurso constituindo uma estratégia discursiva –, na *raiz* desta encontram-se o *enunciado reitor*, que seria o eixo central articulatório dos demais enunciados, que permitem reconhecer “as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim todo um domínio de conceitos a serem construídos”, produzindo, por sua vez, as ramificações enunciativas. (Ver nota anterior) Por enunciado, entende-se o conjunto de ideias, proposições ou não, que se articulam dentro de suas múltiplas funções que somente são reconhecidas a partir da análise do próprio discurso, dentro do seu *campo associativo*, este não é simplesmente o contexto, mas o espaço onde os enunciados encontram as suas funções, se articulam, se entrecruzam com diferentes *sujeitos* e *exterioridades* que impõe limites ao discurso, seja de ordem institucional ou do próprio cenário que o cerca. (FOUCAULT, 2008: 32, 66-70, 97-98, 110-111, 123-125, 143-144; FOUCAULT, 1996: 51-53)

¹² *Inversão*, este conceito, permite o reconhecimento da fonte do discurso e seus princípio de expansão de seus elementos próprios, a partir do princípio de suas *regularidades*. Seriam figuras com “papel positivo” na construção de sentido, que pode se constituir por *jogo negativo*, ou seja, a partir da negação ou exclusão do outro no discurso, assim formando *positividades*, que seria a constituição de sua própria imagem ou sentidos e conceitos. (FOUCAULT, 2008: 143-144; FOUCAULT, 1996: 51-52)

destino natural da civilização, conforme os discursos –, a solução dos problemas sociais, visto que estes são inerentes ao caráter de subdesenvolvimento brasileiro. Dessa forma, dentro da perspectiva do governo, ao se ultrapassar essa situação econômica os problemas sociais por si desapareceriam, por isso cabe ao Estado o papel de agência de estímulos para esse processo, já que ele não tem condições de reter todas as aspirações sociais. Para isto deve abandonar preceitos de uma lógica assistencialista, identificada no discurso de governo com o ex-governador Brizola e com a administração de Goulart, em troca de uma lógica promocional destinada a estimular a iniciativa privada e dar condições ao desenvolvimento econômico.

No discurso de posse do governador Ildo Meneghetti, já é possível delinear o *enunciado reitor* do discurso como um todo, onde afirma que somente em um “clima de paz e concórdia é que poderemos construir uma grande potência, fazendo do Brasil uma nação capaz de [se] manter, num mundo convulsionado”. Para Meneghetti, os problemas reclamados pela população só se resolveriam a partir da união, que deve ser buscada no atual quadro de desordem, apontando para um destino para o Brasil:

Somos testemunhas de uma grande época e assistimos, em nossa Pátria, o surgimento de uma potência de primeira ordem.

[...]

Temos responsabilidades perante o mundo e perante as gerações de amanhã. E haveremos de cumprir nossas responsabilidades. Para isto, antes de mais nada, é necessário construir uma nação economicamente forte.¹³ [grifos meus]

Aqui podemos identificar o princípio do nosso *enunciado reitor*, a necessidade de “construir uma nação economicamente forte”, que será o eixo de toda a argumentação dos discursos de governo aqui analisados, sendo encarado como o verdadeiro papel do Estado propiciar as condições para esse desenvolvimento. Como argumenta Meneghetti, no mesmo discurso, que no Brasil, o “processo de desenvolvimento atrasou-se no mundo moderno”, que ainda estamos “na condição de país sub-desenvolvido, onde o destino do homem simples não é só esquecido, mas muitas vezes até vilipendiado” e que mudam as gestões e os problemas continuam. Segundo o governador, Porto Alegre e Rio Grande: na primeira com seus aproximadamente seiscentos mil habitantes, oitenta e cinco mil

¹³ *Correio do Povo*, nº n.º 102, Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

estariam marginalizados; na segunda, milhares de pessoas encontrar-se-iam desempregadas. Compreende-se, através dos exemplos citados pelo governador, uma vinculação, de certa maneira, do subdesenvolvimento do país a questão do desemprego, sendo este problema relegado de uma gestão a outra.

No discurso de entrega do Relatório de Governo de 1963¹⁴, Meneghetti ao se referir ao problema do “despovoamento do interior”, que poderia se pensar que teria reflexos nos exemplos anteriores, apresenta-se a solução de certa forma para os dois problemas. Vejamos o seguinte trecho:

Verifica-se um despovoamento do interior, enquanto que as grandes cidades crescem anormalmente, adquirem uma densidade populacional que torna a vida quase insustentável. Temos, então, um desequilíbrio violento: despovoa-se o interior, povoam-se anormalmente as grandes cidades.

Ora, se não industrializarmos a matéria prima no interior, se não abriremos fábricas no interior, se continuarmos com essa economia quase doméstica, que não possibilita o aproveitamento da mão de obra, o fenômeno migratório deverá acentuar-se cada vez mais, até gerar-se uma situação verdadeiramente insustentável.

O caminho é estimular o desenvolvimento industrial. Este caminho consulta, de um lado, interesses das massas trabalhadoras e agrícolas e, de outro lado, está em consonância com o processo natural do desenvolvimento histórico.¹⁵ [grifos meu]

Aqui a Industrialização, já aparece como solucionadora dos problemas sociais. Por consequência a reforma agrária esvazia-se do seu papel social, já que é a interiorização da indústria que evitará o “despovoamento do interior”. Além disso, quando, Meneghetti confere à industrialização um papel de solucionadora dos problemas sociais, cria uma relação hegemônica¹⁶, pois articula diferenças:

¹⁴ A título de simplificação, trataremos a *Mensagem do Exercício de 1963 à Assembléia Legislativa* como relatório de governo de 1963 ou apenas relatório de 1963 ao longo dessa dissertação. O mesmo é válido para a *Mensagem à Assembléia Legislativa Atividades no Exercício de 1964*, que será referido como relatório de governo de 1964 ou, simplesmente, relatório de 1964.

¹⁵ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 09.

¹⁶ Tomando a explicação de Daniel de Mendonça, *Hegemonia*, para Laclau, seria a relação de identidade, esta precária e contingente, a partir de equivalências de elementos, passa a representar diferentes elementos. Devido à característica de incompletude identitária, a identidade estaria sempre em busca de sua completude, dessa forma, a *hegemonia* buscaria preencher essa “ausência de plenitude identitária”. (MENDONÇA, 2006: 75-77) Nesse sentido, Laclau e Mouffe dizem: “la formación hegemónica tal como la hemos concebido no puede ser reconducida a la lógica específica de una fuerza social única. Todo bloque histórico – o formación hegemónica – se construye a través de la regularidad en la dispersión, y esta dispersión incluye una proliferación de elementos muy diversos: sistemas de diferencias que definen parcialmente identidades relacionales; cadenas de equivalencias que subvierten a estas últimas, pero que pueden ser transformísticamente recuperadas en la medida en que el lugar de la oposición pasa a ser él mismo regular y, de tal modo, a constituir una nueva diferencia; formas de sobredeterminación que concentran ya sea el poder, ya sea las

enquanto o campesinato gaúcho via MASTER, aliado com diferentes setores sociais, luta pela reforma agrária, em uma perspectiva de buscar o acesso à propriedade da terra e manter seu modo de vida¹⁷, o discurso de governo estabelece como interesses dessa classe, por gerar empregos e desenvolvimento econômico, a industrialização.

Em seu discurso de posse, é interessante assinalar que, o governador ao mencionar a reforma agrária como política de governo aparece junto uma das *regularidades*, uma das ramificações do *enunciado reitor*, que seria a produtividade:

O homem sem terra ou o homem com pouca terra constitui um problema dos mais sérios no cenário da produção brasileira. A reforma agrária tem sido bandeira para muitos. Mas nenhum governo até hoje conseguiu equacionar o problema agrário de forma sensata, corajosa e franca. Enquanto isto acontece, só no Rio Grande do Sul existem para mais de 217 mil homens que vivem da terra sem possuir a terra em que trabalham.

Ao mesmo tempo, o processo de regresso agrícola desafia todos os governos. Em 1917, 15 municípios produziam 582 toneladas de milho. Mas em 1950, nesta mesma área de terra, produzia-se apenas 345 mil toneladas deste cereal. Em 30 mil análises procedidas em diferentes regiões do Estado mostram que nossas terras são excessivamente ácidas, cansadas e empobrecidas.

Enquanto os outros avançam – nós recuamos.

Enquanto os outros solucionam os problemas – nós apenas discutimos.

Enquanto a África [sic], por exemplo, *desperta e se industrializa*, nós *não conseguimos, sequer, planejar nossa economia*.

Enquanto em todos os países do mundo racionaliza-se a administração – nós mergulhamos no empreguismo e nas despesas que não se reproduzem em bens de consumo para o povo.¹⁸ [grifos meus]

diversas formas de resistência al mismo, etc. El punto importante es que toda forma de poder se construye en forma pragmática e *internamente* a ló social, apelando a las lógicas opuestas de la equivalencia y de la diferencia; el poder no es nunca *fundacional*’. (LACLAU, MOUFFE, 1987: 242) Em outras palavras, resumidamente, a partir dessa lógica hegemônica busca se articular diferenças de distintos setores sociais em detrimento de um e em favor de outro.

¹⁷ A questão agrária no Brasil, conforme Leonilde S. de Medeiros, convencionou-se chamar assim, o conjunto de transformações que sofreu o campo brasileiro nos anos de 1950 e 1960: “Ela emergiu no quadro de rápida industrialização do país e se configurou através de três dimensões fundamentais: / - suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico; / - transformação das relações de produção no campo; / - quebra do padrão tradicional de dominação”. Para essa autora, o conjunto desses três elementos, os quais são aprofundados em sua dissertação de mestrado, conduz o trabalhador rural, em defesa do seu modo de vida contra a sua proletarização, a se organizar e resistir, criando formas próprias de organizações – associações e ligas, “desvinculados do sindicalismo oficial” – que ganharam relevo nacional, dando características próprias a discussão em torno da questão agrária no Brasil. (MEDEIROS, 1982: 18, 36)

¹⁸ *Correio do Povo*, n.º 102, Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

Ou seja, ele não chega a firmar compromisso com a reforma agrária, neste discurso, o homem sem terra e com pouca terra se constitui em um problema referente à produtividade. Ao dar o exemplo da África, sem se referir a nenhum país específico, faz referência à industrialização e à falta de planejamento econômico no Brasil. É interessante observar a menção ao “empreguismo”, pois, em março de 1963, a *Última Hora* publica a seguinte manchete “Degola’ Total no IGRA” que se refere à demissão de trinta, dos trinta e dois funcionários do Instituto, restando apenas um agrônomo e um motorista. De acordo com a reportagem, entre os demitidos constavam “agrônomos, economistas, burocratas, motoristas e serventes”. Isto teria ocorrido no dia seguinte à posse do coordenador-chefe Israel Farrapo Machado.¹⁹ Segundo Córdula Eckert, entre esses demitidos estava Euzébio França, secretário-geral do MASTER, porém, este teria sido demitido no dia 11 de fevereiro, um pouco antes da referida notícia. Para autora, essa demissão é importante sinalizar, pois já demonstra o rompimento das relações do governo com o MASTER. (ECKERT, 1984: 173)

No Relatório de Governo de 1963, voltando para questão da produtividade, após o governador argumentar que temos que nos voltar à realidade econômica, conclama:

primeiro – reconhecer, como reconheço, a necessidade urgente de transformações profundas em nossa estrutura econômica, dando maior produtividade ao trabalho do homem e fazendo com que a maioria que hoje vegeta no interior se beneficie do processo produtivo;²⁰ [grifos meus]

A ênfase dada à questão da produtividade estará interligada à questão da industrialização, percebemos que nessa citação, Meneghetti reconhece a necessidade de mudanças em nossa estrutura, mas no âmbito econômico. Aparentemente, tal destaque a produção, não teria relação com a Reforma Agrária, porém, observamos outra passagem do mesmo discurso entregue aos deputados, no relatório de 1963:

¹⁹ *Última Hora*, n.º 928, Ano IV, 02/03/1963, p. 05.

²⁰ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 06-07. É importante assinalar que, este relatório é elaborado e entregue durante as discussões em torno do decreto da SUPRA, de declaração de utilidade pública e interesse social com fins desapropriatórios para reforma de uma faixa de terras situadas no eixo rodoferroviário e em terras banhadas por açudes públicos. Decreto que estava gerando grandes polêmicas e radicalizações.

O Brasil chegou tarde num mundo já industrializado. Enquanto a Inglaterra enfrentou o problema da Reforma Agrária por volta do ano de 1.600 – historicamente, pouco depois da descoberta do Brasil – nós só hoje colocamos esse problema na ordem do dia e sabe Deus com quantas dificuldades e incompreensões. [...] Uma das características fundamentais do sub-desenvolvimento é a inexistência de acumulação natural de capitais, isto é, de recursos que possam ser aplicados na industrialização, na transformação da matéria prima existente. Podem os estudiosos perquirir como as grandes potências de hoje alcançaram essa acumulação de recursos. Mas não se pode negar a realidade objetiva que enfrentamos, isto é, o fato de que o particular não dispõe de tais recursos.²¹ [grifos meus]

A ligação entre uma questão e outra não se dá de maneira direta, aos poucos ela se constrói no discurso, sempre relegando a reforma agrária a um segundo plano, apesar dessa aparecer como objetivo de governo no relatório de 1964. Para Meneghetti, é preciso atingir o desenvolvimento econômico e este se dará pela industrialização. Por isso é necessário criar mecanismos de captação de recursos, já que não existe “acumulação de capitais”, para solucionar essa questão surgem duas possibilidades:

primeiro – a Nação aceita, maciça e descontroladamente, os investimentos do exterior e, então, compromete sua independência econômica; ou
segundo – o Estado intervem [sic] como fator de lastreamento, como estimulante do investidor particular, sem deixar de aceitar o investimento estrangeiro, mas controlando-o devidamente e dando-lhe a devida remuneração.
O segundo caminho é, sem dúvida, o que mais se ajusta a nossa realidade. *Pretender que a Nação avance no caminho da solução dos problemas sociais sem industrializar-se é pretender saltar etapas de um processo econômico, o que nenhuma nação do mundo conseguiu até hoje fazê-lo.*²² [grifos meus]

Ou seja, antes de mais nada é preciso criar condições para se efetivar o processo de industrialização, ela é solucionadora dos problemas sociais, já que com ela se caminha para o desenvolvimento econômico, nos livrando do caráter de subdesenvolvido, que seria o causador desses problemas, que não se encontra solução saltando etapas do processo econômico. Na sequência desse documento, após a já referida menção ao “despovoamento do interior”, Meneghetti argumenta que o Estado diminuiu sua capacidade de suprir recursos, seguido de “déficits

²¹ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 06-07.

²² MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 08.

orçamentários” acumulativos, sendo uma “realidade a desafiar”, “pois a busca de meios para que o Estado cumpra seus deveres está no elenco” das responsabilidades do Executivo e do Legislativo. Sem estímulo à produção, via “objetivos para a industrialização, não terá aumento substancial da receita”. Isto não ocorrendo, diminuem-se as chances do “Estado suprir a falta histórica de capitais que se manifesta em nossa economia”, seguindo em “espiral regressiva” com “consequências catastróficas”. Para isto, o Estado tem que planificar seu trabalho administrativo na “busca incessante dos recursos que faltam – não apenas ao Estado em si mas à própria economia”. Diante desse quadro de falta de recursos o governo iria:

[...] *procura concentrar sua atividade naqueles setores básicos para o desenvolvimento e para os quais é possível, pelo menos parcialmente, obter recursos federais. Daí porque para este ano de 1964 – que se apresenta difícil com um déficit de 42 bilhões de cruzeiros – pretende meu governo concentrar seus esforços em três sentidos, ou sejam: Transportes, Energia Elétrica e Comunicações. [...] Se um Governo puder realizar tais objetivos, [...], terá assegurado, para o futuro próximo, os elementos indispensáveis para que se industrialize efetivamente o nosso Estado. A própria Reforma Agrária não terá sentido econômico se não tivermos bases para industrializar a produção da terra. Teríamos, então, apenas uma economia doméstica, fora da circulação mercantil e, portanto, sem significação coletivo e social. Energia Elétrica para acionar fábricas, Transportes para circulação da produção, Telefones para as comunicações mais elementares, eis o tripé que, somado aos recursos para investimentos privados, dará as bases ao desenvolvimento da sociedade Rio Grandense.*²³ [grifos meus]

Aqui aparece o tripé do governo, outra regularidade do discurso de governo. O tripé garantidor das condições para efetivação dos planos do projeto de Industrialização, sendo mais uma derivação enunciativa, dentro do *enunciativo reitor*, o crescimento da economia. Esse processo de industrialização, até aqui é apresentado com incentivos do Estado no setor privado que se constitui em outra regularidade, a ser melhor explorada. A Reforma Agrária não tem sentido sem a industrialização, sem dar bases à mecanização do campo, já que sem isso ela não terá sentido econômico e permanecerá no âmbito da economia doméstica sem aumentar a sua produtividade. Evidencia-se a Reforma Agrária em segundo plano. Reconhece-se a necessidade de modificações profundas, ao longo do discurso, mas essas são na base econômica e, como ficará mais claro no percorrer da presente

²³ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 10-11.

análise, um direcionamento as classes de maiores condições de fomentar a economia. É interessante aqui destacar que, no relatório de 1964, o mesmo tripé aparece arrolado entre os principais objetivos do Estado:

Os setores considerados prioritários, e que passarão a se constituir o alvo de destino dos recursos e dos esforços do Govêrno do Estado nos dois últimos exercícius (1965/66) do atual período administrativo, contemplam a concretização de programa nas *áreas de infraestrutura, social e econômica*, abrangendo funções afetas à iniciativa do Poder Público; sintetizando, são os seguintes os problemas que em seqüência, serão abordados individualmente em seus tópicos mais gerais e que serão objeto de acurados estudos posteriores, conforme refere o capítulo que encerra a primeira parte desta Mensagem:

- *Energia*;
- *Transportes*;
- *Telecomunicações*;
- *Habitação*;
- *Ensino Técnico*;
- *Saneamento*;
- *Reforma Agrária*;
- *Agropecuária*
- *Açudagem*.²⁴ [grifos meus]

Ou seja, mantém-se a regularidade em torno da necessidade de criar incentivos para industrialização, ao longo de todo o *corpo discursivo*²⁵. Na seqüência, da última parte referenciada do relatório de 1963 e no Plano Trienal²⁶, em suas análises econômicas, afirma-se que uma das primeiras medidas da atual gestão foi montar “um diagnóstico que permitisse verificar a situação econômica do Estado”. A partir dos estudos elaborados, a administração do Estado constata que, “enquanto a economia brasileira registra uma taxa bastante aceitável de crescimento, a economia gaúcha apresenta claros sintomas de regressão”.

O problema todo reside na possibilidade de se buscarem novas *combinações de fatores produtivos e ajustar seu quadro institucional às necessidades presentes*.

Torna-se, pois, ao Rio Grande do Sul imperioso *innovar seus métodos produtivos*, pois, de outra maneira, dificilmente, poderia esperar

²⁴ *Mensagem à Assembléia Legislativa Atividades no Exercício de 1964*, 1965: 10-11.

²⁵ É o material de análise definido pelo pesquisador – “o corpo discursivo deve ter uma unidade que possibilite estudá-lo como um fenômeno específico e conter nessa unidade a pluralidade de discursos que possibilite dar conta de hipótese de trabalho.” (PINTO, 2011: 95)

²⁶ Algumas ideias se repetem nesses dois documentos, principalmente, as referentes à análise econômica do Estado, por isso, será aqui alternado algumas referências a um e outro. A título de simplificação sempre que nos referirmos ao *Plano de Investimentos e Serviços Públicos* o trataremos como Plano Trienal, assim como ficou conhecido na imprensa da época por se constituir um planejamento para os de 1964 a 1966.

melhor quadro do que o atual, sem dúvida de modo algum animador.²⁷ [grifos meus]

Mantém-se a regularidade em torno da produtividade, que será interligada, no discurso do relatório de governo de 1964, que a seguir abordaremos. Mas antes de explorar essa questão é preciso entrar na análise setorial do setor primário, onde é apresentado que, “a agropecuária dá emprego para cerca de 50% de sua população ocupada e gera mais de 40% da renda regional”. Por isso, de acordo com essa parte do documento, só se pode compreender as flutuações econômicas do Estado ao se vislumbrar este setor. Apresentam-se dados que apontam para decréscimos no setor, entre 1949 a 1959:

Deve-se em parte, este decréscimo à redução da produção do trigo e ao estacionamento da produção do arroz responsáveis por mais de 40% da renda da lavoura.

As demais culturas alcançaram a taxa anual de 3,4 nesse período.

Por outro lado, *a pecuária gaúcha, em virtude de ser baseada no predomínio do fator terra, está demasiadamente exposta aos fenômenos, naturais.*²⁸ [grifos meus]

Neste documento as informações sobre a pecuária aparecem lacunarmente, já no Plano Trienal ela aparece de forma mais complementar:

*Ora, isso só pode permanecer em condições não competitivas, com a presença de oligopólios na composição da oferta, que por sua vez decorre da grande concentração da terra em poucas mãos. Esse segundo fato – 1% dos proprietários detêm 40% da terra ocupada²⁹ – que introduz grande rigidez à solução do problema, sugere um novo esquema de estímulo ao setor, para que se adate [sic] às condições reclamadas pelas necessidades atuais.*³⁰ [grifos meus]

É interessante observar que, argumenta-se que mesmo com a baixa produtividade da pecuária, algo que já havia aparecido no discurso de posse do governador, ela consegue manter uma boa renda absoluta, tanto no relatório de 1963, quanto no Plano Trienal. Isto não só é atribuído a grande procura e preços elevados do produto, como também a concentração de terras, mesmo sendo apresentada como um problema. No entanto, dentro da perspectiva dos discursos,

²⁷ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 13.

²⁸ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 14.

²⁹ “Instituto de Estudos e Pesquisas Agrônomicas da URS – Boletim de abril set. de [1959]”.

³⁰ PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, 1963: 05.

no caso da Pecuária, ligada ao latifúndio no Estado³¹, é um dos fatores que evita que ela não tenha decréscimos em sua rentabilidade, ao invés de propor uma correção da concentração de terras, se prevê “um novo esquema de estímulo ao setor”, para se adaptar as “condições reclamadas pelas necessidades atuais”, investindo-se em técnicas que minimizem o peso do fator terra que a expõe a “fenômenos naturais” que promovem grande mortalidade entre o gado.

Ao entrar na lavoura, que é citada no início do excerto anterior, mantém-se a regularidade em torno da necessidade de melhorar a produtividade do setor, diante de um quadro de esgotamento da fronteira agrícola:

O arroz, no Rio Grande do Sul, *chegou ao seu limite, do ponto de vista de área, dependendo o seu futuro do aumento de produtividade por hectare. Sómente o artificialismo dos preços “mínimos”, cujos custos são calculados com relação aos produtores marginais, pode responder pela situação da orizicultura, dando cobertura aos elevados preços de arrendamento hoje vigorantes. As demais culturas, que representam mais de 50% da lavoura, estão em geral ligadas à pequena e à média propriedade, encontrando-se a sua produtividade, quando não decrescente, estagnada.*³² [grifos meus]

A solução apontada para esse problema – aparece em ambos os documentos, mas novamente de forma mais complementar no Plano Trienal:

É bem possível que *sua solução* esteja da dependência de *um melhor aparelho circulatório*, fazendo desaparecer uma parasitária intermediação, e de *um sistema de crédito que permita a introdução de técnicas mais avançadas* de exploração intensiva.³³ [grifos meus]

Conforme, já foi citado anteriormente, uma das regularidades do discurso de governo é a questão da produtividade, diante de um quadro de esgotamento da fronteira agrícola é preciso aumentar a “produtividade por hectare”: isso se daria de duas formas melhoramento no “aparelho circulatório”, um dos elementos do tripé necessários para industrialização, segundo perspectiva do discurso de governo, e um sistema de crédito que possibilite a mecanização do campo. Esses elementos,

³¹ “(...) as grandes propriedades, que mobilizavam praticamente metade da área total apropriada, dedicavam-se predominantemente à pecuária extensiva, enquanto os pequenos e médios estabelecimentos (numericamente superiores apesar de deterem apenas 25% da área total ocupada) dedicavam-se à lavoura e à criação de pequenos animais e produção de leite.” (ECKERT, 1984: 42) Eckert, em sua dissertação vincula a atividade pecuária ao latifúndio.

³² MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 15.

³³ PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, 1963: 06.

no relatório de 1964, aparecem no programa de Reforma Agrária alinhada e coordenada pelo governo militar, como se percebe no seguinte excerto:

REFORMA AGRÁRIA

Busca-se, com este programa, uma perfeita identificação entre uma reforma agrária feita pelo IGRA e aquela apresentada pelo Estatuto da Terra, cujos objetivos, na sua essência, podem ser assim resumidos:

Elevação do nível de vida do homem rural;

Acesso à propriedade da terra;

Formação de uma classe média rural;

Evolução do sistema sócio-econômico, com base no melhor aproveitamento do trabalho humano;

Formação de dirigentes e homens de empresa rural;

Capacitação profissional do agricultor;

Capacitação de as comunidades rurais se proverem de recursos tecnológicos próprios;

Industrialização de produtos agropecuários nas fontes de produção;

Planificação descentralizada da produção agropecuária;

Justo tratamento ao trabalhador rural, dando-lhe acesso à previdência social;

Incentivo ao cooperativismo e outras formas associativas;

Popularização do crédito fundiário e agrícola;

Combate às especulações na exploração da terra.

Estando afeta ao Governo Federal a política de reforma agrária tanto no planejamento como na execução, cabe ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, como organismo especializado do Estado, integrar-se na ação daquele, promovendo a coordenação, a nível regional, das atividades que busquem alcançar aquêles objetivos expostos.

Dentro dêste espírito, os objetivos fundamentais do IGRA sintetizam-se nas seguintes metas:

Correção da estrutura agrária;

*Extensão das rodovias, às áreas coloniais.*³⁴ [grifos meus]

Neste relatório, evidencia-se a ligação entre o necessário aumento da produtividade, por meio de diferentes itens acima destacados, e a reforma agrária, por meio da mecanização do campo, no entanto, é importante destacar que esta vinculação não aparece de maneira clara na documentação produzida no ano anterior, Relatório de 1963 e o Plano Trienal. Além disso, é interessante observar que o IGRA não é mais responsável pelo planejamento e execução da Reforma Agrária, já que esta fica relegada ao Governo Federal, dentro das linhas estabelecidas pelo Estatuto da Terra. No entanto, entre as metas apresentadas, consta um dos pilares do tripé de investimento necessários para dar condições ao processo de industrialização do Estado. Já a mencionada “Correção da estrutura agrária”, basicamente o que se pode depreender do documento, seria a

³⁴ MENSAMGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: p. 01.

regularização de terras já ocupadas e o desenvolvimento de “projetos de colonização e recolonização”³⁵.

Até aqui, já foram identificadas algumas ramificações do enunciado reitor, que seria o foco no desenvolvimento econômico. Entre essas derivações: a industrialização como caminho natural da economia, o tripé de investimentos necessário para este processo, sem o qual não teria sentido a Reforma Agrária. Falta ainda, fora o tripé de investimentos, o papel do Estado e a quem ele deve servir. No título, *O Papel Estratégico do Setor Público*, no relatório de 1963, identificam-se a quem as políticas do governo devem se direcionar. Vejamos o seguinte excerto:

Os problemas sociais e econômicos de uma área, à medida que se tornam acumulativos, devem ser considerados – causas de agravamento do seu quadro atual. No Rio Grande do Sul é fruto, em grande parte, da incapacidade da estrutura existente para recolher os estímulos que lhe são dirigidos e gerar novos impulsos através de sua paulatina melhoria [sic]. Há uma generalizada inaptidão estrutural para buscar novas combinações de fatores e introduzir elementos dinâmicos no sistema, a ponto de proporcionar um desenvolvimento mais rápido.

O fato de uma dada estrutura se mostrar incapaz de aproveitar as condições favoráveis reais, não implica que as mesmas não possam ser *captadas e postas a serviço do progresso*. Quando 50% da capacidade instalada não é utilizada e milhares de homens não encontram oportunidade de emprego, todo [sic] um cabedal científico e técnico se mantém *à margem das atividades produtivas*, ao mesmo tempo em que certos estratos sociais desfrutam de um elevado consumo supérfluo e grande parte do excedente econômico é desperdiçada em usos de pouco significado social, já todo um campo, a ser trabalhado e uma constelação de elementos que permite alterar o curso das coisas, *sem implicar em rupturas [sic] violentas com o esquema de valores sociais em vigor*.³⁶ [grifos meus]

Assim como em outras passagens do discurso de governo, encontramos aqui uma equivalência entre “problemas sociais e econômicos”, pois a causa do agravamento do quadro atual é fruto da incapacidade em recolher estímulos e revertê-los, para isso é preciso “introduzir elementos dinâmicos no sistema”. Reconhece-se superficialmente o problema da concentração da renda ao mencionar o “consumo supérfluo”, mas a modificação desse quadro não pode implicar em

³⁵ Essa questão será melhor abordada e articulada, quando se analisar as realizações do governo, juntamente com o Decreto 4.781, de 28/09/1964, que permite “alienação, em concorrência pública, de bens imóveis do Estado”.

³⁶ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 18-19.

“rupturas violentas com o esquema de valores sociais em vigor”³⁷. Complementando as informações anteriores, segue que:

Os 50.000 homens que buscam emprêgo anualmente, dificilmente serão absorvidos no setor primário, num volume superior a 15.000. Isso significa que pelos [sic] menos 35.000 empregos devem ser criados pelas atividades com – ritmo maior de expansão, como a indústria, o comércio e o transporte.

Acrescente-se, ainda, o fato de a procura por bens agrícolas subir menos que a dos bens manufaturados, e considere-se o possível aumento da produtividade agrícola, que poderá provocar a liberação de mão-de-obra da agricultura – e ter-se-ão as justas dimensões do problema a ser enfrentado nos próximos anos.

A grande concentração da renda em pequenos estratos sociais (o Brasil apresenta altíssimo coeficiente de concentração), [...] Como a produtividade geral da economia é muito pequena, de nada adiantaria uma redistribuição da renda às camadas de baixos ingressos.

Pode-se, contudo, aproveitar os apreciáveis recursos dos estratos superiores para financiar o desenvolvimento de área, diversificando a oferta, criando empregos e realizando o imenso potencial disponível.³⁸ [grifos meus]

O caminho natural e destino, pelo que se depreende do discurso como um todo, a ser seguido é a industrialização, com esta se efetiva a mecanização do campo que promoverá “a liberação da mão-de-obra da agricultura”, logo mais uma vez, a Reforma Agrária é relegada a um segundo plano, perdendo o seu sentido. Além disso, não é investindo-se nas “camadas de baixos ingressos” que se fomenta a economia. Conforme segue a argumentação, “não há outra alternativa que outorgar ao setor público a tarefa de dinamizar o sistema”, já que, “tôdas as demais variáveis econômicas são praticamente comandadas pela variação na renda e condicionadas a parâmetros institucionais”. Ao que se conclui que, o setor público deve seguir as “aspirações políticas”:

E que razões políticas são mais fortes que aquelas que visem a corrigir um desenvolvimento que tende a deixar de lado grandes parcelas da população, não só vistas como fôrça de trabalho, mas, sobretudo, como seres que nascem e se criam numa expectativa de igualdade? A questão, pois, não pode ser posta no terreno doutrinário, mas, sobretudo no terreno político, porque tudo se resume em saber em nome de quem e para quem se faz o desenvolvimento.³⁹ [grifos meus]

³⁷ Lembrando que o documento é entregue dois dias após a assinatura do decreto da SUPRA, que é tratado como uma afronta ao direito de propriedade e a Constituição.

³⁸ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 19.

³⁹ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 20.

Eis que o próprio discurso, em forma de assertiva, nos coloca a pergunta: “em nome de quem e para quem se faz o desenvolvimento”? Já foi possível identificar, superficialmente, que são setores de maior dinamismo econômico, que não são as “camadas de baixos ingressos”. Sendo uma vez mais estabelecido que o foco do governo deve se voltar:

Para acelerar o ritmo de acumulação de capital, o Estado lançará mão de vários mecanismos e de sua capacidade de prestação de serviços técnicos, *sendo a primeira medida identificar os recursos disponíveis dentro e fora do setor público, para transferir a atividades privadas em forma de investimento.*⁴⁰ [grifos meus]

Ou seja, o governo deve ser uma agência de estímulo à economia, voltando-se as “atividades privadas”. Por hora basta destacar esse direcionamento, que em breve será melhor esclarecido, pois, antes disso, é necessário observar a apresentação do Plano Trienal que se encontra no relatório de 1963. Tal Plano busca estabelecer um modelo e metas para o atendimento do serviço público:

Três são, em grandes linhas, os objetivos do Plano.

1 – Ordenamento do Setor Público...

2 – *Sincronização do Setor Público com as exigências do desenvolvimento estadual.*

3 – Estabelecimento das *linhas de mobilização do esforço de outras esferas do poder e da comunidade na solução dos problemas regionais.*⁴¹ [grifos meus]

Pelo que se depreende da sequência do texto, do segundo e terceiro item, o referido desenvolvimento está na esfera econômica e as “linhas de mobilização do esforço” seriam no sentido de captação de recursos, para atender o “desenvolvimento estadual”. Ou seja, mantém-se a tônica do discurso na necessidade de criar condições para o acúmulo de capital, para revertê-lo no desenvolvimento econômico via processo de industrialização. Para ocorrer é necessário uma série de alterações: “reforma administrativa, reforma de processos de condução do setor público, reforma do próprio conteúdo político da Administração”.

⁴⁰ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 21.

⁴¹ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 23.

É preciso compreender que as limitações de recursos no Setor Público Estadual se devem, em parte, à [sic] uma distribuição da renda em termos de setores, mas, em grande medida, à *baixa produtividade da sociedade em seu conjunto. É impossível*, dentro do grau de ocupação da economia brasileira e ao nível de produtividade de seus fatores produtivos, *satisfazer, concomitantemente, tôdas as aspirações sociais e lograr recursos para acumulação de capital*, que permitirá manter um ritmo acelerado de crescimento.

[...]

É imperioso estreitar contatos [sic], ganhar confiança e fazer-se presente com trabalhos sérios e bem elaborados. Grande parte dos acordos, convênios e laços de cooperação, se fazem ao nível administrativo, expondo-se por isso a muito menores flutuações que os estabelecidos no nível político. *Não há porque não explorar tôdas as oportunidades e forçar o máximo de integração entre as diversas esferas do poder, em campos comuns de ação. Objetivamente, nada impede um trabalho desse tipo, embora envolva, possivelmente, o rompimento [sic] de preconceitos e posições de falsa independência, que nada constroem.*⁴² [grifos meus]

Dentro das limitações do Estado, é preciso ter foco, pois não é possível atender as “aspirações sociais” e ainda promover “acumulação de capital”, sendo estes buscados onde for, entre as alternativas que se apresentavam na época, Aliança Para o Progresso, programa de incentivo as economias latino-americanas formulado pelos Estados Unidos. A abertura para o capital externo, já havia aparecido nos discursos do próprio governador, mas aqui o importante é destacar a permanência do *jogo negativo*, pois “os preconceitos e posições de falsa independência”, dificultam a obtenção desses recursos disponibilizados, ao propor tocar na remessa de lucros para o estrangeiro⁴³. Como se pode perceber pela sequência da apresentação do Plano:

O vultoso déficit orçamentário vem de reduzir, sobremaneira, a capacidade de inversão do setor público.

Dotar pois, este setor, de uma maior capacidade de acumulação de capital será a primeira medida do Govêrno do Estado. *A planificação agora imposta permitirá uma maior fiscalização e controle nos gastos de custeio e de transferência, permitindo assim que melhor se canalizem os recursos, escassos, da economia regional para aqueles setôres, reprodutivos e vitais da economia rio-grandense.*

[...]

O Plano totaliza – no triênio 64/66 – a soma de 825,1 bilhões de cruzeiros, sendo que para o atendimento das despesas correntes são

⁴² MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 26.

⁴³ Segundo Paulo Vizentini, a remessa de lucros foi regulamentada em janeiro de 1964, “enquanto o Itamaraty, à revelia do presidente, renovava o Acordo Militar com os EUA (necessário para uma virtual intervenção). A CIA atuava no país apoiando os setores golpistas, enquanto a Casa Branca contornava o monopólio da política exterior pela União, negociando acordos apenas com os governadores da oposição, passando por cima do governo federal.” (VIZENTINI, 2010: 210)

destinadas 478,5 bilhões de cruzeiros, devendo os restantes 346,6 bilhões de cruzeiro, destinar-se a *gastos de capital*.

No que concerne as *despesas de capital deverão ser canalizados recursos tanto ao setor público como ao setor privado*, bem como a certas inversões financeiras.

[...]

A existência de recursos escassos como não poderia deixar de ser numa economia em transição, obriga a todo [um] processo de programação e o *estabelecimento de prioridades*. O *Govêrno do Estado resolveu colocar em caráter de primazia para o problema da Infra-Estrutura Econômica, baseando sua realização no triênio Energia, Transporte e Comunicações*.⁴⁴ [grifos meus]

Este último recorte, clarifica que o governo do Estado está concentrado na questão de acúmulo de capital, distribuindo-o ao setor público, para atender o seu “triênio” dando estrutura ao processo de industrialização e conseqüente desenvolvimento econômico, e ao setor privado, uma vez que este, pelo que se pode perceber até aqui, angaria as condições de dinamizar a economia e atingir o principal objetivo traçado pelo governo. Aliás, o próprio empresário não deixa de ganhar um papel de agente solucionador dos problemas sociais, já que direcionando os investimentos para o “setor privado”, este dinamizaria a economia, com promoção de empregos inserindo desempregados no mercado de trabalho.

Mas qual seria então o direcionamento do governo, como se daria, utilizando-se de palavras do próprio documento, a “conjunção dos estímulos” para criar condições para o desenvolvimento econômico, abandonando a nossa condição de subdesenvolvido? Antes de responder essa questão, é preciso ter em mente que, segundo, Eduardo Ernesto Filippi, a estrutura agrária brasileira segue um modelo dual: o “grande estabelecimento agrícola capitalista” e a “lógica da agricultura familiar, que busca a reprodução social”, esta voltada para o mercado interno de alimentos e aquela direcionada ao “fluxo intermitente de exportações”, o que coloca o Brasil como “dependente há mais de quatro séculos” ao mercado externo (FILIPPI, 2005: 08-09). De posse dessa informação, a resposta surge no Plano Trienal:

A transformação de uma economia natural, de autosubsistência [sic] e fechada, para uma de natureza mercantil e com maior especialização do trabalho, aumentando sua produtividade por unidade de tempo, só é possível através de suas vinculações com outros mercados, mediante um fluxo crescente de exportações. E não tem sido outro o caminho que historicamente tem tocado as regiões

⁴⁴ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 26.

*subdesenvolvidas, desperta-las, sempre, mediante linhas de produção voltadas para fora.*⁴⁵ [grifos meus]

Portanto, considerando-se a estrutura agrária brasileira e o último excerto, percebe-se que esse direcionamento da política do governo Meneghetti, buscava privilegiar o grande proprietário, visto que é o setor exportador que o Estado encontra a “origem primária de seus estímulos”. Dentro da mesma postura de *inversão*, de *jogo negativo*, agora será respondido o papel do Estado, o que já foi superficialmente apontado e porque ele é “incapaz de suportar as aspirações sociais”.

As funções tradicionais do Estado cederam lugar às relacionadas com a dinâmica social. O setor público tem que ser, por excelência, uma agência de desenvolvimento, criando estímulos, canalizando recursos, empreendendo e ajudando a empreender. Não pode continuar comportando-se como instituição assistencial, procurando resolver, isoladamente, os problemas que são da sociedade em seu conjunto. Querer absorver os efeitos de tôdas as distorções sociais é, no fundo, furtar-se de atuar sôbre as causas primárias e perder de vista qualquer atuação fecunda de correção. As necessidades de emprêgo, de melhor bem-estar, de educação, saúde, e tudo o mais que proporciona ao homem uma base mais sólida para a realização de seus valores morais só podem ser satisfeitas nos quadros de uma sociedade em desenvolvimento. Qualquer tentativa em contrário está fada ao fracasso e, mais, ao desencanto.

[...] A estrutura básica do plano visa contemplar, fundamentalmente, as necessidades do *desenvolvimento* estadual, *procurando transferir os recursos adicionais para os setores de efeito mais dinâmico sôbre a economia.*

[...]

O êxito de uma liderança não pode mais ser medido em termos do que oferece, mas sim, em termos do que realiza e produz. Sem refletir sôbre a imensa desproporção entre as necessidades coletivas e as possibilidades financeiras do setor público é impossível encontrar razões que justifique um novo comportamento por parte da liderança social. *É óbvio que para se passar de um Estado assistencial para um Estado promocional torna-se impostergável grandes adaptações, que começam nos esquemas mentais dos administradores e terminam por uma utilização inteiramente diversa dos fatores humanos, materiais e financeiros do setor público.*

[Recursos da União] [...] essa distribuição de recursos não tem sido feita dentro de uma visão global e em termos de uma perspectiva de longo prazo. *Até agora tem prevalecido as pressões circunstanciais e influência pessoal na determinação das prioridades resultando uma grande instabilidade no atendimento dos anseios locais.*⁴⁶ [grifos meus]

⁴⁵ PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, 1963: 09-10.

⁴⁶ PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, 1963: 16-18.

Portanto, dentro da perspectiva de governo, tem-se de um lado “Estado Assistencial” e do outro um “Estado Promocional”: o primeiro, absorvendo as questões que são da sociedade, que não são responsabilidades do governo, uma gestão empenhada em promover agitações sociais, direcionada por “influência pessoal”⁴⁷; o segundo, um Estado focado na realidade econômica, sendo esta a criadora dos problemas sociais, apesar deles estarem inseridos na sociedade e a ela pertencerem. Ou seja, evidencia-se um certo desinteresse do governo Meneghetti em relação a políticas de correção social, já que se atingido o desenvolvimento econômico eles estariam resolvidos com a criação de empregos, que na perspectiva de governo é o que traz “bem estar”, enquanto já observamos que a luta do campesinato é de manutenção do seu modo de vida, assim compreende-se o caráter secundário da Reforma Agrária nos discursos oficiais.

1.2 ORDEM, SOLUÇÕES HARMÔNICAS E SEUS DERIVADOS.

A lógica de discurso insere-se em um contexto de crise do “transformismo”, caracterizado pelo limite das classes dominantes em “absorver as demandas democráticas das massas”, resultando em repressão para neutralizá-las. (LACLAU, 1978: 198). Segundo Cánepa, o jogo político nas eleições de 1962, como já assinalado anteriormente, indicava a absorção das demandas sociais que indicaria o caminho para as reformas. De acordo com Eckert, no Congresso de Santa Maria, em janeiro de 1962 – prévia da VI Conferência da Confederação Rural Brasileira (RJ) –, onde se reuniram todas as associações rurais do Estado, o discurso de Antônio Saint-Pastous, então presidente da FARSUL, “foi no sentido de que ‘façamos a revolução da paz, antes que se desencadeie a revolução cruenta’”. Dessa forma, a FARSUL estava se dispondo a assumir esse processo, mas “de forma alguma admitia que fosse tocada a propriedade privada”. Será o contexto de 1963 e 1964 de acirramento da luta de classes que permitiria a FARSUL assumir “posições mais firmes contra uma reforma agrária que atingisse a propriedade privada e contra os acampamentos”. A entidade, veladamente, classificava a SUPRA como órgão comunista, “ao afirmar que órgãos oficiais estariam promovendo agitação no meio

⁴⁷ Clara menção ao governador Brizola, que apesar do MASTER ter a sua influência, sem perder a sua autonomia, este era visto como órgão sob o comando do ex-governador e de comunistas pelo governo Meneghetti.

rural”. (ECKERT, 1984: 281-282) Crise e radicalização política, em torno das Reformas de Base, sobretudo, a Reforma Agrária. Levando em consideração o processo de radicalização política em que, segundo Cánepa, forjam-se

(...) estratégias de atuação política, quer à esquerda, quer à direita. Se, de um lado, organizam-se camponeses e trabalhadores rurais sem-terra em torno da Reforma Agrária, de outro multiplicam-se as articulações e os congressos dos proprietários de terra. Se há mobilização do operariado urbano sob liderança dos sindicatos, dos partidos populistas ou do Partido Comunista, não é menor a articulação do empresariado em torno de suas associações de classe e organismos paralelos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) atuando como o grande centro articulador da ‘elite orgânica’ de classe no sentido Gramsciano do termo. (CÁNEPA, 2005: p. 290)

Cabe aqui ressaltar que, Brizola relega a Meneghetti um Estado com alto grau de mobilização no campo, que ao longo de 1962 a 1964 promovera inúmeros acampamentos organizados pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este movimento sob influência direta do ex-governador, no entanto, é preciso fazer uma ressalva, isto não implica em falta de autonomia por parte do movimento, conforme se depreende da leitura de Córdula Eckert. Dessa forma, o Discurso de Governo é articulado em nome da ordem, em busca de soluções harmônicas para os problemas enfrentados, sempre referenciado a um cenário de desordem e violência, que dentro da concepção do governo, como esperamos aqui demonstrar, direcionadas ao ex-governador Leonel Brizola e ao presidente João Goulart, ambos, em diferentes níveis e grau, empenhados na mobilização popular como base de sustentação política. Assim, a partir de uma *inversão*, em *jogo negativo*, convertendo-se em *positividade* na autoimagem do governo, como já foi dito na introdução do capítulo: enquanto este tenta ordenar, aqueles criam desordem; enquanto este busca a união, aqueles dividem com suas atitudes violentas; enquanto este busca pacificar e encontrar soluções harmônicas, aqueles sublevam e dificultam o diálogo. Isto é o que pretendemos a partir de agora demonstrar.

“Meneghetti fêz chamamento ao trabalho e a paz social”, assim anuncia o *Correio do Povo*, o discurso de posse do governador, que é transcrito na íntegra na reportagem. Nesse discurso, Meneghetti conclama a “paz”, a “concordia”, o restabelecimento da “ordem” e do “princípio democrático da autoridade”.

Fiz de minha campanha eleitoral uma *pregação em prol da paz e da concórdia e vos prometo* a vós senhores deputados, representantes do povo, *que hei de manter esta ordem a todo o custo e em qualquer circunstância*, contribuindo para que se restabeleça em nossa Pátria o *princípio democrático da autoridade*.⁴⁸ [grifos meus]

Meneghetti segue a sua argumentação, afirmando que só “num clima de paz e concórdia é que poderemos construir uma grande potência, fazendo do Brasil uma nação capaz de [se] manter, num mundo convulsionado”. Assim, dentro da perspectiva de Meneghetti, os problemas reclamados pela população, só se resolveriam a partir da união, da paz, da concórdia que deve ser buscada diante de um quadro de desordem que aos poucos ele constrói em sua fala e no discurso de governo.

O Brasil deve ser ouvido no mundo – e deve ser ouvido como *um fator de concórdia, de entendimento de paz*, enfim, de *preservação da própria espécie humana, hoje ameaçada pela [mais] horrível [sic] de todas as hecatombes*.

[...]

No momento em que vivemos, quando todos os problemas se agravam, aventam-se soluções de toda sorte. *Não faltam, inclusive, os aventureiros a pregar soluções violentas, esquecidos de que a violência só gera a violência*.

Na defesa da Constituição e do Direito, posso assegurar ao povo que os inimigos do regime – sejam de direita ou de esquerda – não terão o amparo da omissão de meu govêrno. *Não confundirei, jamais, os justos e sagrados anseios populares com aqueles que se utilizam de tais anseios em proveito próprio!*⁴⁹ [grifos meus]

Dentro da argumentação do governador, o Brasil despertava para uma grande época, apontando como “potência de primeira ordem”, sendo que ele deveria se postar diante do mundo como fator de entendimento, ameaçado por “horrível hecatombe”, o que, talvez esteja se referindo a ameaça comunista. Apesar desse aparente otimismo em relação à projeção nacional, o cenário traçado pelo discurso é de perturbação da ordem, onde “os problemas se agravam” e não faltam “aventureiros a pregar soluções violentas”, que se aproveitam dos anseios populares para se projetar politicamente. Aqui claramente uma referência a Brizola. É interessante observar que, no momento desse discurso, já estava ocorrendo um

⁴⁸ *Correio do Povo*, nº n.º 102 – Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

⁴⁹ *Correio do Povo*, n.º 102, Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

acampamento, em Passo Feio⁵⁰, do MASTER que, segundo documentação do IGRA, seria motivado por promessas feitas em comício de campanha:

Situação Passo Feio não constitui [sic] perigo ou ameaças Parque Florestal. Agricultores acampados [na] beira [da] estrada visam ocupação [da] área indígena. Funcionários [do] IGRA cadastraram pretendentes, e forças [da] Brigada Militar provenientes de Passo Fundo guardam a beira [da] estrada afim [de] manter ordens. Líder [do] movimento, Anil Koehler alega [que] governador eleito prometeu mediação e entrega [de] áreas do Estado, por ocasião [de] comícios em Planalto e Nonoai, ante isso aguardam solução.⁵¹

Ou seja, mesmo antes de tomar posse, Meneghetti já sofria com pressões em torno da reforma agrária, via MASTER, alimentadas por suas promessas de campanha, conforme pode se perceber pelo documento transcrito acima, datado de 30 de janeiro, um dia antes da posse. Córdula Eckert, ao se referir a esse acampamento também menciona essas promessas do candidato ao Palácio Piratini, que teriam motivado o primeiro acampamento de 1963, que será duramente reprimido. (ECKERT, 1984: 167) O que não deixa de ficar evidenciado que, quando Meneghetti fala em ordenar a desordem, pacificar as agitações, este é influenciado pelas *exterioridades*⁵² de seu discurso, que se encontrariam no *campo associativo* estabelecendo relações com outros *enunciados* de diferentes *sujeitos*. Dessa forma, ainda de modo superficial, há uma *correlação*⁵³ entre os acampamentos do MASTER e a dita desordem preconizada pelo discurso de governo. Em outra passagem, do discurso de posse, Meneghetti afirma ter conversado com Jango e clamado união para conduzir o país “a seu grande destino”⁵⁴, alertando que:

⁵⁰ Córdula Eckert, apresenta o primeiro acampamento, na nova gestão, no dia 04 de fevereiro de 1963, na Reserva Florestal do Estado, em Passo Feio, na divisa entre Iraí e Nonoai. No entanto, como pode-se perceber pela documentação do IGRA, este acampamento estava formado antes mesmo da posse de Meneghetti. (ECKERT, 1984: 167)

⁵¹ **Radiograma nº 27/63 – Erechim, 30/01/1963** – Assinado: “Jerry Doglia Allegretti / Supervisor Parques Florestais” Encaminhado a “Dr. Paulo Casa nova Chefe S.R.N.R. Secretaria Agricultura POA”

⁵² Elementos que se situam no *Campo Associativo*, “de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras.” (FOUCAULT, 1996: 53).

⁵³ O correlato: seria um conjunto de domínio, onde objetos podem aparecer e relações podem se assinalar. (FOUCAULT, 2008: 102-103)

⁵⁴ Referência ao enunciado reitor.

Aqueles que tentam nos dividir estão, antes e acima de tudo, traindo, consciente ou inconscientemente, a causa da libertação econômica, do País.

Se não alcançarmos esta unidade, como povo e como Pátria, não conseguiremos nos libertar do atraso, da miséria, do analfabetismo, do latifúndio, do colonialismo. A história nos ensina que nenhum povo se liberta economicamente se não consegue, em primeiro lugar, unificar todas as forças vivas, atuantes e democráticas.⁵⁵ [grifos meus]

Aqui voltemos um pouco, ao enunciado reitor. Em outras palavras, o que se percebe, entre essa citação e quando o governador afirma que, nas “nações democraticamente desenvolvidas”, são dois elementos: em primeiro lugar, uma *equivalência*⁵⁶ entre países desenvolvidos economicamente e o seu grau de democracia; e em segundo lugar, uma clara noção construída de que a “libertação econômica”, via industrialização e conseqüente desenvolvimento econômico, supriria o nosso atraso, miséria, analfabetismos, latifúndio e o colonialismo. Assim situando os problemas sociais na área econômica, dentro de uma perspectiva do liberalismo econômico, relegando a um segundo plano políticas de correção social, como a Reforma Agrária, já que estes problemas são inerentes ao nosso caráter de subdesenvolvimento. Essas questões já foram exploradas no subcapítulo anterior, mas cabe aqui destacar que este caminho, o pleno desenvolvimento econômico só seria atingido, dentro da perspectiva do discurso, com a união das “forças vivas, atuantes e democráticas”. Assim colocando-se em oposição aos que tentam dividir a sociedade, assim, positivando a sua autoimagem de social democrata⁵⁷, que buscaria em seu governo o diálogo com os diferentes setores da sociedade. Como se evidencia no seguinte trecho:

No terreno político vivemos o suplicio das crises, o que é uma das características típicas dos países subdesenvolvidos, onde os problemas são aventados – não para unificar os homens na busca sincera de soluções – mas para que êste ou aquêle político possa galgar o poder.

[...]

⁵⁵ *Correio do Povo*, n.º 102, Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

⁵⁶ O termo já é bem elucidativo, mas em síntese, seria o jogo de igualdades de sentido.

⁵⁷ De acordo com Mercedes Cánepa, o discurso eleitoral de Ildo Meneghetti segue uma autoconstrução de um social-democrata, como se percebe nos seguintes trechos apresentado pela autora: “[ordem econômica] 1. instaurar uma *democracia social* em que se *harmonizem o trabalho e o capital*, com a valorização primacial daquele”; [ordem social] 1. efetivar uma *política social orientada no sentido da harmonia entre as classes* e de *apoio às suas organizações profissionais*, cuja função de colaboração com o poder público deve ser estimulada...” Apud.: ADP, *Correio do Povo*: 5/4/1962 p. 13 (CANEPÁ, 2005: 307).

Nas nações democraticamente desenvolvidas verifica-se equilíbrio, o bom senso, a solução racional de todos os problemas. *Nas nações atrasadas sobrevem [sic] a divisão, os choques, o caudilhismo, as ditaduras, a política do empreguismo.*

Por isto é necessário restabelecer neste País a política da franqueza e da verdade, onificando [sic] todas as forças vivas da nação. Industrialistas, operários, colonos, pecuaristas, estudantes, trabalhadores donas de casa, patrões e empregados – *todos precisam e necessitam encontrar um denominador comum, pois assim o exige o interesse nacional.*

*Só com esta união é que poderemos realizar, pacificamente a revolução antifeudal e anticolonial que nosso povo reclama.*⁵⁸ [grifos meus]

Nessa passagem, assim como na anterior, é interessante observar que até mesmo a crise e a divisão política são colocadas na ordem econômica, ao situá-las como características do subdesenvolvimento; é nas nações atrasadas que predomina a “divisão, os choques”. Dentro dessa perspectiva, de encontrar o caminho do progresso que Meneghetti situa a necessidade de união, em oposição aos que tentam dividir a nação.

Enfim, desse primeiro discurso, percebe-se as seguintes regularidades: a necessidade de buscar união e a oposição àqueles que estariam dividindo a população para se projetar politicamente, com diversas possíveis referências a Brizola. Seguindo os demais discursos, tais menções ao ex-governador se misturam as referidas ao governo da União e a SUPRA. No caso do Relatório de Governo de 1963, ele é elaborado durante as discussões em torno do decreto presidencial que declarava de interesse social, com fins desapropriatórios para reforma agrária, das terras situadas ao longo do eixo rododiferroviário e onde houvesse açudes públicos.⁵⁹ O relatório é entregue dois dias após a assinatura do referido decreto, no comício da Central do Brasil. Soma-se ainda, todas as crises enfrentadas no período pré-golpe. Já o relatório de 1964, este é pós-golpe, o que permite maior liberdade de expressar algumas questões – assim como sua participação no golpe civil-militar, encarado pelo governador como a “Revolução de 31 de Março”.

⁵⁸ *Correio do Povo*, n.º 102, Ano 68, 01/02/1963, p. 14 e 12.

⁵⁹ “[...] decreto da SUPRA, que considerava de interesse social, e portanto, desapropriáveis, os imóveis de mais 500 ha situados nos 10 km à margem das rodovias, açudes e ferrovias”. (CAMARGO, 1996: 221)

Logo no início do primeiro relatório e do segundo, aparecem as *regularidades* em torno de soluções harmônicas e a construção de um cenário político caótico⁶⁰, a necessidade de união dos poderes:

*Na harmonia e independência dos Poderes Constitucionais reside o equilíbrio de nossa democracia. Porém, na hora conturbada que vivemos, está no elenco de nossas responsabilidades comuns a busca, também comum e harmônica, de soluções para os problemas que a Nação enfrenta.*⁶¹ [grifos meus]

Visa o dispositivo legal propiciar aos dois Poderes – Legislativo e Executivo – condições que possibilitem uma análise serena e objetiva da verdadeira, da real situação do Estado, para, *num autêntico e dinâmico entrosamento de atividades, numa perfeita harmonia de esforços*, buscarem-se soluções objetivas para os problemas que afetam sua estrutura, com um progressivo comprometimento do bem-estar, *da tranquilidade e da própria sobrevivência do povo brasileiro.*⁶² [grifos meus]

No caso da segunda citação, é interessante observar que se mantém a regularidade na necessidade de união nos trabalhos em harmonia para resolver os problemas estruturais do Estado. Evidencia-se, na primeira citação, em uma perspectiva de *inversão*, a partir de um *jogo negativo*, com efeitos de *positividade* na autoconstrução de sua imagem de governo, como aquele que busca soluções pacíficas diante de um quadro de crise gerado pelos seus opositores políticos. É interessante aqui destacar dois elementos: em primeiro lugar, essa mesma regularidade do discurso, será encontrada em diferentes manifestações do governador à imprensa. Como por exemplo, em junho de 1963, Meneghetti afirma ter posição avançada sobre a Reforma Agrária e lamenta “que muitos daqueles que se dizem campeões da reforma agrária sejam precisamente os que mais a dificultam pelo clima de intranquilidade que criam”⁶³, o que reafirma essa *inversão* em seu discurso. Em outras palavras, ele estaria, em seu discurso, tentando encontrar soluções harmônicas para resolver o problema da reforma agrária, porém, este encontrava barreiras para o diálogo impostas pelos “campeões da reforma agrária”, em uma possível menção a Brizola e a SUPRA. Em segundo lugar, voltando para o

⁶⁰ No caso do segundo documento o cenário caótico é sempre referido ao passado, o presente é tratado com euforia, diante das possibilidades abertas com a “Revolução de 31 de Março”.

⁶¹ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 04.

⁶² MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: p. 01.

⁶³ Última Hora, n.º 1006, Ano IV, 05/06/63, p.04.

contexto de entrega do relatório, no dia de assinatura do decreto presidencial, mencionado anteriormente, o IGRA lança na imprensa um estudo, segundo o qual, 41,9% das terras do Estado seriam desapropriadas com o referido ato da União⁶⁴. Soma-se a essa postura, desde dezembro de 1963, a FARSUL que vinha declarando que reagiria armada contra tal decreto (ECKERT, 1984: 216). Ou seja, o IGRA estava fomentando ainda mais um radicalismo político que já estava dado, diga-se de passagem, a violência que vinha ocorrendo no campo gaúcho foi unilateral (dos aparatos repressivos do Estado e por parte dos ruralistas). A insatisfação de Meneghetti, com o atual quadro de reivindicações políticas, evidencia-se na seguinte passagem:

É da essência democrática o debate livre das idéias. È [sic] da essência democrática a diversificação de opiniões. Mas os fatos em si, a dura realidade nacional, é uma só. E esta realidade é terrível. É ela, senhores deputados, que se transforma em *clamor* e, não raro, em *protestos e até revolta*.⁶⁵ [grifos meu]

Conforme, já foi dito aqui, desde o primeiro dia de governo, Meneghetti encontrava-se pressionado pelos acampamentos promovidos pelo MASTER. Este sendo tratado pelo governo, como órgão comandado por Brizola e por comunistas. Na sequência dessa parte do relatório, argumenta-se a necessidade de se voltar para a realidade econômica, citando o problema do desemprego. Diante dessa realidade e desse problema, Meneghetti afirma ser necessário tomar uma postura “política clara e definida”, onde se percebe a vinculação do excerto anterior com a Reforma Agrária, e propõe:

primeiro – reconheço, a *necessidade urgente de transformações profundas em nossa estrutura econômica, dando maior produtividade ao trabalho do homem e fazendo com que a maioria que hoje vegeta no interior se beneficie do processo produtivo;*
segundo – proclamar, como aqui proclamo, que *o processo de desenvolvimento no Brasil é pacífico e que toda a tentativa de violência ou ruptura da legalidade só pode atrasar esse processo e servir às forças mais reacionárias da nossa sociedade. Assim como não se pode reconhecer uma pessoa pelo que ela diz de si, não se identificam as forças e correntes políticas pelo que elas proclamam a seu próprio respeito, mas sim pela sua ação prática no quadro da sociedade em que vivem e atuam. Difícilmente poderá ser qualificado de progressista aquele que prega soluções de violência para os*

⁶⁴ *Última Hora*, n.º 1242, Ano V, 13/03/1963, p. 02; *Correio do Povo*, n.º 137, Ano 69, 13/03/64, p. 03.

⁶⁵ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 05.

problemas brasileiros, pois a *violência, atrasando o processo de desenvolvimento social, gerando antagonismos drásticos, constituiu-se, na etapa atual da vida brasileira, no elemento mais reacionário.*⁶⁶
[grifos meus]

Ou seja, enquanto a principal discussão política do período, girava em torno do decreto da SUPRA, Meneghetti reconhece a necessidade de transformações na estrutura econômica, garantindo maior produtividade. Dentro da perspectiva do discurso, o desenvolvimento brasileiro deve ser pacífico, e aqueles que pregam “soluções de violência”, geram antagonismos que atrasam o “desenvolvimento social”. Como já foi dito aqui, esse relatório é entregue dois dias após a assinatura do decreto da SUPRA – este sendo encarado pelo governo e organismos como a FARSUL –, como uma quebra da legalidade, uma afronta à propriedade privada e a constituição.

O relatório de 1964, no que se refere a essas “soluções de violência”, esclarece melhor a visão do período pré-golpe, assim como a sua postura diante do decreto da SUPRA:

O documento que, no ano próximo passado, dirigimos a essa Assembléia refletia uma *espírito revelador das apreensões, dos cuidados do Poder Executivo, pressentindo o perigo que paraiva sobre a nossa terra, ameaçada na sua estrutura democrática pelos erros de gestões anteriores e por falsas ideologias, fartamente apregoadas, em tôdas as direções, por políticos mal intencionados ou profissionais da política, à custa do sacrifício do próprio povo.*
[...]

Incontestavelmente, o *clima político-social causava, então, sérias apreensões aos responsáveis pelo Poder Público e do mesmo passo criava uma situação de insegurança e inquietude generalizadas.* Daí afirmarmos naquela mensagem *que uma revolução se poderia desencadear, ou transformações radicais se poderiam provocar a qualquer momento, e que, se isto ocorresse, deveríamos, por todos os meios, preservar a paz, sem violentar a legalidade constitucional;* aguardávamos que fossem propiciadas, então, as reformas estruturais, desde muito reclamadas por populações sofredoras, desde muito prometidas por governos transitórios.⁶⁷ [grifos meus]

Nestas passagens, percebem-se que as *regularidades* servem para estabelecer um cenário de caos, que justificou a intervenção civil-militar na política brasileira, que seria a vitória da ordem, na concepção de governo. Onde a “estrutura democrática” estava ameaçada por “erros de gestões anteriores e falsas ideologias”,

⁶⁶ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 08.

⁶⁷ MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: p. 02.

disseminada por “políticos mal intencionados ou profissionais da política, à custa do sacrifício do próprio povo”⁶⁸. Diante desse quadro era necessário “preservar a paz, sem violentar a legalidade constitucional”, o governo aguardava que fossem realizadas as “reformas estruturais”. Nesse momento, estabelece-se o vínculo, entre esse quadro de perturbações e o decreto da SUPRA. Ou seja, o golpe é dado pela preservação da “legalidade constitucional”, o referido decreto, como já foi mais de uma vez mencionado, foi encarado como uma afronta não só a propriedade, mas também a constituição. Na sequência dessa citação, afirma-se que “revolução de 31 de março” não violentou a constituição em sua essência, já que as medidas do novo regime emanariam das “aspirações populares”.

Na perspectiva desse discurso, foram essas “violências”, desconsiderando os princípios federativos, que conduzem ao golpe, talvez, isso fique mais claro no seguinte excerto:

Não podíamos esquecer, Senhores Deputados, que nos albos de nossa independência, *tentativas daquela ordem, levaram o Rio Grande a tomar armas* e a escrever uma das páginas mais gloriosas da História Riograndense, na epopeia dos Farrapos.

Em um país, das proporções continentais do nosso, não se pode pretender governar, sem considerar as peculiaridades regionais que só podem ser atendidas pela *manutenção do sistema federativo*. Não desejávamos o *protesto violento* para obstruir o caminho tortuoso e escuso, pelo qual pretendiam conduzir o Brasil, mas, *muitas noites de sono perdemos, no ímpeto de procurar, juntamente com nossos colaboradores, a solução mágica, que possibilitasse relações com o Governo da União*, embora respeitássemos sua legitimidade, aguardando uma solução, que, confiávamos em Deus, chegaria, graças à fé e aos talentos do povo brasileiro.

Quando se desencadeou a crise política nacional, estávamos preparados psicológica e materialmente para dela participar e nela influir, por que não dizer, efetivamente. Sentimos, como já disse anteriormente, os primeiros rumores da borrasca, e, quando as populações das grandes capitais, começaram a demonstrar sua *inconformidade em face de manifestações de bolvechização, optamos pela revolução, sem violência*, mas pela qual, pudesse nossa pátria, retomar a sua verdadeira rota, dentro da civilização, que sempre integrara, cristã e ocidental.⁶⁹ [grifos meus]

Ou seja, mesmo Meneghetti sendo um dos governadores que articulam o golpe civil-militar, este argumenta que, de certa forma, o fez por força das circunstâncias: pela manutenção da paz, contra a desordem e as “manifestações de bolvechização”, por isso, optou-se “pela revolução, sem violência”. A própria atitude

⁶⁸ Menção tanto a Goulart, como a Brizola talvez com maior destaque para este.

⁶⁹ MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: 05-06.

da FARSUL, mencionada anteriormente, é justificada nesse trecho, visto que os gaúchos pegaram em armas contra as atitudes antidemocráticas praticadas pelo governo da União. Atitudes que não levaram em considerações, dentro da concepção do discurso, as peculiaridades regionais, o que justifica as informações prestadas pelo IGRA no dia de assinatura do decreto presidencial da SUPRA. Toda essa argumentação, está alicerçada sobre as mesmas regularidades, o golpe foi o estabelecimento da ordem, da paz e pela manutenção dos princípios democráticos, em uma perspectiva de *inversão*, por meio de *jogo negativo*, contra a comunização do país, contra a um possível golpe a democracia.

2 RADICALIZAÇÃO POLÍTICA EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA. ACAMPAMENTOS: CASO DE POLÍCIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM CONSERVADORA.

Neste capítulo pretende-se analisar o processo de radicalização política ocorrido no Rio Grande do Sul, durante o governo Meneghetti, especialmente em relação à questão da Reforma Agrária. De um lado, aborda-se a ação do MASTER, que organizou diversos acampamentos de agricultores sem terra em diferentes regiões do Estado. De outro, aborda-se a ação repressiva do governo Meneghetti que, por meio da força policial, procurou coibir e/ou dissolver estas concentrações. Além disso, em meio a esse cenário de violência promovido pelo aparato estatal, deve-se destacar também o espaço aberto à reação ruralista, que passou também a atuar abertamente na repressão aos movimentos sociais, em defesa da propriedade privada.

2.1 ACAMPAMENTOS: REGIÃO DE NONOAI

Durante o governo de Ildo Meneghetti, ao contrário da gestão anterior de Leonel Brizola, pode-se dizer que os movimentos reivindicatórios e os acampamentos de agricultores sem terra passaram a ser tratados como caso de polícia, em nome da manutenção da ordem. Meneghetti herdara de Brizola, ao assumir o governo, um Estado com alto grau de mobilização pela Reforma Agrária. Já no seu primeiro dia de mandato, por exemplo, o governador viu-se pressionado pela formação de um acampamento do MASTER em área denominada Passo Feio, na fronteira das cidades de Iraí e Nonoai, às margens da estrada da Reserva Florestal. Este acampamento, que talvez tenha sido o de maior repercussão na imprensa e nos meios políticos da época, chegou até mesmo ser tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa, para apurar as ações dos colonos e as práticas repressivas do governo. Ainda assim, estas mesmas práticas se repetiriam em relação a quase todos os acampamentos ocorridos ao longo do mandato de Meneghetti, sendo a repressão ao Passo Feio uma espécie de laboratório para as futuras ações do seu governo.

Na imprensa, pode-se observar uma espécie de radicalização a favor e contra as ações do MASTER e do governo estadual. De um lado, a *Última Hora* militava abertamente a favor das reformas de base, especialmente da reforma agrária, dando voz aos agricultores sem terra e as suas reivindicações, algumas vezes chegando até mesmo, a confrontar posições da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e do governo federal⁷⁰. De outro lado, o *Correio do Povo*, posicionava-se mais proximamente à FARSUL e ao governador Meneghetti, dando voz às chamadas *classes produtoras*⁷¹.

Sobre o já citado acampamento do Passo Feio, de acordo com a Inspetoria de Terras de Erechim, teria surgido no dia 30 de janeiro de 1963, ou seja, um dia antes da posse de Meneghetti. Até então, conforme radiograma desta mesma Inspetoria, encaminhado à Secretaria da Agricultura, a situação do acampamento era pacífica, tendo se formado devido a promessas de campanha do então candidato Ildo Meneghetti em comícios na região⁷². Dias depois, notícias sobre este acampamento chegariam às páginas dos jornais. No dia 03 de fevereiro, a contracapa do *Correio do Povo* traria a seguinte manchete: “ECLODIU NÔVO MOVIMENTO / Agricultores sem terra no município de Iraí”. Segundo a reportagem, o prefeito de Nonoai, Jair Calixto (PTB), telegrafou ao governador para informá-lo sobre o acampamento, dizendo que mantinha contato com os sem terra e que estes aguardavam uma definição do governo a respeito da situação. Por parte do governo estadual, nessa mesma reportagem, Plínio Cabral, chefe da Casa Civil, disse que o

⁷⁰ Tal postura fica evidenciada em duas reportagens: a primeira com a seguinte manchete, “Calixto Decepcionado: SUPRA Não Foi a Nonoai”, na qual o prefeito dessa cidade, Jair Calixto (PTB), reclama que a Superintendência não estaria dando o devido suporte aos acampados em Nonoai, “enquanto os ‘sem terra’ estão sendo espancados diariamente pela polícia de Meneghetti”, esta se referia ao segundo acampamento na região; a segunda teria buscado reforçar a imagem do jornal como porta-voz dos trabalhadores, traz o seguinte título “SINDICATOS CONTRA INÉRCIA DA SUPRA”. Nessa reportagem, o Conselho Sindical Estadual dos Trabalhadores Gaúchos, o Comando Sindical de Porto Alegre e o MASTER estavam enviando telegrama a João Pinheiro Netto, presidente da SUPRA e ex-redator da *Última Hora* porto-alegrense (o que não deixa de demonstrar relações com o governo federal, porém sem abandonar a imagem de representante dos trabalhadores), reclamando da falta de providências em relação aos acampados de Torres, Osório e Nonoai. *Última Hora*, n.º 1086, Ano IV, 05/09/1963, p. 09; n.º 1107, 01/10/1963, p. 05. Córdula Eckert assinala que isso seria um reflexo do que vinha ocorrendo com o próprio presidente: “Na verdade, criticada por todos e sem o apoio incondicional de qualquer entidade, a situação da SUPRA, de certo modo, refletia a situação enfrentada pela Presidência da República; pois, segundo demonstram vários autores a atuação de João Goulart era ambígua, aproximando-se de diferentes setores sociais conforme a evolução de seu mandato.” (ECKERT, 1984: 214)

⁷¹ A esse respeito ver: LAMAEIRA, 2012.

⁷² **Radiograma nº 27/63 – Erechim, 30/01/1963** – Assinado: “Jerry Doglia Allegretti / Supervisor Parques Florestais” Encaminhado a “Dr. Paulo Casa nova Chefe S.R.N.R. Secretaria Agricultura POA” Documento referenciado na íntegra na página 36.

problema seria encarado com “serenidade”, para não deixar à miséria os agricultores sem terra, como acontece por conta de “governos demagógicos”. Na sequência da matéria, o *Correio* traz a resposta de Cabral ao prefeito Calixto:

“O Govêrno atual, cuja política anti-feudal, anti-colonial e cristã é sobejamente conhecida, *tomará tôdas as providências para garantir a terra a quem vive da terra*, além de outros recursos necessários ao desenvolvimento agrícola. *Nesse sentido, o Exmo. Sr. Governador Ildo Meneghetti deu instruções à Secretaria da Agricultura para tomar tôdas as providências cabíveis neste e noutros casos, com a finalidade de atender aos agricultores até hoje ludibriados pelas promessas falsas e cruéis daqueles que fazem política à custa do sofrimento alheio*, cabendo a V. Sa. Sr. Prefeito, tomar as medidas necessárias para que cada um aguarde, com calma e serenidade, a ação do Govêrno”.⁷³ [grifos meu]

A respeito dessa primeira manifestação oficial do governo acerca de uma mobilização do MASTER, pode-se dizer que já transparece uma postura que se tornará recorrente, de reconhecer o problema e efetuar promessas de solução com os agricultores sem terra, de certa forma, assim evitando o confronto aberto e atribuindo a responsabilidade por possíveis atos de violência a seus opositores e aos próprios movimentos reivindicatórios. Nesse sentido, ainda que o governo se mostrasse ciente do problema e se dissesse disposto a resolvê-lo, porém, deve-se observar que suas palavras eram muito vagas, afirmando apenas que iria “garantir a terra a quem vive” dela e de fomentar o “desenvolvimento agrícola”.

Por outro lado, com base em documentos internos do governo do Estado, pode-se observar sua preocupação em entrosar a ação da polícia e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), que auxiliava inclusive em transporte de tropas ou de comissões de agricultores sem terra a encontros com o governador ou com seus representantes. No dia 05 de fevereiro, por exemplo, o Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho, Assessor da Secretaria de Segurança, que atuava como observador de Meneghetti, solicitava condução para transportar “membros da Diretoria dos Agricultores Sem Terra”, acampados no Passo Feio, para um encontro com o governador.⁷⁴

⁷³ *Correio do Povo*: n.º 104, Ano 68, 03/02/1963, p. 40.

⁷⁴ **Of. N.º 29/63 – Nonoai, 05 de fevereiro de 1963.** Assinado por “Aldo A. Diligenti” “Chefe da Inspetoria” – Remedita ao “Diretor da Diretoria de Terras e Colonização”. Tal informação é interessante destacar, pois a própria documentação administrativa apresenta o coronel como “observador” de Ildo Meneghetti, assim como inúmeras vezes este aparece arrolado nas reportagens sobre diferentes acampamentos, principalmente onde aparece o testemunho dos agricultores sem

Tal encontro entre o governador e a comissão dos acampados de Passo Feio foi noticiado na imprensa, que destaca o apoio de Meneghetti às suas reivindicações, inclusive enviando o Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho para dar início às medidas necessárias para atendê-las. De acordo com a *Última Hora*, que deu grande ênfase às promessas de terra do governador, o Coronel Carvalho, levaria víveres e outras formas de auxílio aos acampados.⁷⁵ De sua parte o *Correio do Povo* diria que:

Na presença da comissão, o chefe do executivo deu instruções àquelas autoridades para a solução do problema [secretário da agricultura, coordenador chefe do IGRA, diretor da Diretoria de Terras e Colonização e o Cel. Gonçalino]. Ao mesmo tempo, *informou que seu govêrno resolverá de fato o problema dos agricultores, não com palavras mas com medidas concretas.*⁷⁶

Sobre este encontro, Córdula Eckert destaca que os sem terras teriam levado ao governador uma lista onde apontavam “os responsáveis pela devastação e grilagem nas terras da Reserva Florestal de Irai e no Toldo dos Índios. As denúncias envolviam guardas florestais, brigadianos, comerciantes, inclusive, um vereador pelo PTB em Nonoai”. Após esse encontro, ainda segundo Eckert, o diretor da Diretoria de Terras e Colonização, solicitaria aos acampados em nome do governador que o acampamento se desfizesse, já que o governo estaria apenas aguardando as observações do Coronel Gonçalino Cúrio para adotar as providências acordadas. Não obstante, mesmo que muitos tenham atendido a solicitação do governo, conforme Eckert, outros tantos permaneceriam no local aguardando que as medidas anunciadas se efetivassem. (ECKERT. 1984: 168) Disso resulta o sitiamento da localidade, sob a liderança do Tenente Lacerda, que

terra, *Última Hora*. Aqui é preciso lembrar que, a primeira ação de Meneghetti como governador, foi vincular o comando da Brigada Militar diretamente ao chefe do Executivo.

“O Governador do Estado do Rio Grande Sul, no uso de suas atribuições legais.

“DECRETA:

Art. 1º - Fica diretamente vinculada ao Chefe do Poder Executivo a Brigada Militar do Estado, sem prejuízo da indispensável coordenação que deverá manter com a Secretaria de Segurança Pública, em matéria de policiamento.

“§ único – Os atos administrativos relativos à Fôrça continuarão a processar-se na Secretaria de Segurança Pública, cujo titular permanece competente para referendá-los.” *Correio do Povo*: n.º 104, Ano 68, 03/02/1963, p. 02.

⁷⁵ A *Última Hora*, conforme Eckert já referenciou, traz ainda que os sem terras teriam levado uma lista apontando “os responsáveis pela devastação e grilagem nas terras da Reserva Florestal de Irai e no Toldo dos Índios. As denúncias envolviam guardas florestais, brigadianos, comerciantes, inclusive, um vereador pelo PTB em Nonoai”. *Última Hora*, n.º 910, Ano III, 09/02/63, p.02.

⁷⁶ *Correio do Povo*, n.º 109, Ano 68, 09/02/1963, p. 07.

bloqueia o acesso ao Passo Feio de qualquer pessoa, além de prender o líder camponês João Ramão e outros camponeses que teriam sido liberados no mesmo dia. Segundo noticia a *Última Hora*, as 60 famílias, que permaneceram no local, estavam dispostas a transferir o acampamento para praça municipal de Nonoai, onde contariam com o apoio do prefeito Calixto. Tal transferência, todavia, não teria acontecido, provavelmente devido à intensificação do cerco policial, que passa a contar também com a participação da Polícia Civil, sob o comando do Cel. Gonçalino Cúrio e do Tenente Lacerda, circulando ainda rumores de que o prefeito Jair Calixto estaria preso. Além disso, uma caravana de sindicalistas de Porto Alegre que iria ao acampamento levar auxílio aos camponeses acampados foi impedida de realizar o seu intento.⁷⁷ O resultado dessa ação policial foi a dissolução final do acampamento, em destaque de capa, assim noticiada pelo jornal *Última Hora*:

O acampamento dos “sem terra” foi arrasado e incendiado; líderes sindicais pôrto-alegrenses que para lá se dirigiam, levando mantimentos para os acampados, foram presos e trazidos para a capital; e o prefeito de Nonoai, sr. Jair Calixto, está praticamente prisioneiro em seu gabinete de trabalho, com a cidade ocupada por brigadianos.⁷⁸

Após esses episódios repressivos – o incêndio das cabanas dos agricultores e o ônibus de sindicalistas barrado de seguir ao Passo Feio –, Armando Prates, Chefe de Polícia do Estado, diante de uma comissão do secretário do trabalho, de dirigentes sindicais e de jornalistas, assume ter ordenado as medidas postas em prática, justificando-as que: “os agricultores não deviam mais retornar àquelas terras, porque já estavam cadastrados, e os dirigentes sindicais não passavam de agitadores”. Sobre o prefeito de Nonoai, afirma que este é um elemento “subversivo” e “perigoso à segurança pública”, assim justificando a não permissão de Calixto de se aproximar do acampamento. A esse respeito com base na declaração do Secretário de Segurança, o Gal. Joaquim Amaro da Silveira, a *Última Hora* concluiria que a ordem teria sido por conta própria de Prates, já que não partira do seu gabinete. Sendo interessante observar que, alguns dias depois, o próprio governador, em reunião com dirigentes sindicais de Porto Alegre, afirma: “não

⁷⁷ *Última Hora*, n.º 916, Ano IV, 15/02/63, p.05; n.º 920, 19/02/63, p. 01, 12 e 13.

⁷⁸ *Última Hora*, n.º 920, Ano IV, 19/02/63, p. 12.

autorizei prisão de dirigentes sindicais e muito menos espancamentos”, negando ter tido conhecimento prévio dos incêndios.⁷⁹

No entanto, é importante lembrar que o comando da Brigada Militar, que contava com o seu observador direto no acampamento, o Cel. Gonçalino Cúrio, estava diretamente vinculado ao governador, o que coloca em suspeita a sua declaração. Nesse sentido, talvez, possa-se dizer que essas declarações de Armando Prates e do governador faziam parte de uma estratégia para desviar as atenções sobre as possíveis responsabilidades de Meneghetti no episódio, tentando criar, em torno do seu governo, um cenário ameno e livre de conflitos. Ao contrário disso, todavia, deve-se observar que o então diretor da Diretoria de Terras e Colonização e futuro coordenador geral do IGRA, Israel Farrapo Machado, reforça o pedido de colaboração ao chefe da Inspetoria de Terras de Erechim com o Cel. Gonçalino, “no desempenho da missão que lhe foi outorgada pelo Sr. Governador do Estado, relacionada com o acampamento dos agricultores sem terra, na Reserva Florestal de Nonoai.”⁸⁰ Ou seja, fica claro por este documento que a ação repressiva aos acampados havia sido instruída pelo próprio governador.

Na imprensa, como já referido, *Última Hora* e *Correio do Povo* irão se referir a estes episódios de forma antagônica. Enquanto a *Última Hora*, noticia amplamente a repressão policial aos acampados de Passo Feio, conforme acima citado, o *Correio do Povo* tentou construir um cenário diverso daquele apresentado pelo jornal de Samuel Wainer. No dia 19 de fevereiro, após o acampamento ter sido incendiado e os agricultores e dirigentes do MASTER terem sido presos e agredidos, o *Correio* estampou a seguinte manchete, baseada em nota do “Serviço de Imprensa do Palácio Piratini”: “INFORMA O GOVÊRNO DO ESTADO /Situação em Nonoai é de absoluta calma”. Ou seja, o periódico não somente silencia sobre a repressão, mas também criou um cenário de tranquilidade no acampamento, como se este ainda existisse, informando ainda “que as medidas de prevenção postas em prática pelas autoridades foram bem recebidas pela população”. Nessa mesma matéria, o *Correio do Povo* informa que uma comissão de dirigentes sindicais, chefiada pelo Secretário do Trabalho e Habitação Arnaldo Prietto, foi enviada “para verificar as condições em

⁷⁹ *Última Hora*, n.º 920, Ano IV, 20/02/63, p. 01, 10 e 11; n.º 926, 28/02/63, p. 03.

⁸⁰ **Carta. IGRA DTC N.º 6/77, 11 de fevereiro de 1963.** Assinado por “Agrimensor – Israel Farrapo Machado, Diretor” – Remedita a “Antônio Pereira de Souza / DD. Chefe da Insp. de Terras” – Erechim.

que se encontram os agricultores [...] e, também, as circunstâncias em que foram presos membros de sindicatos” de Porto Alegre.⁸¹

Nesse mesmo sentido, a edição do dia seguinte do *Correio do Povo* destaca em sua contracapa as declarações de Pietro, afirmando que tudo ocorreu pacificamente:

Segundo se depreende dos depoimentos obtidos por nossa reportagem de pessoas que regressavam do local e, em seguida, do próprio eng. Arnaldo Prieto, nem o acampamento dos agricultores foi arrasado [sic] pela Brigada Militar e nem se registraram os propalados incidentes entre milicianos e populares, como noticiaram alguns órgãos da imprensa gaúcha.⁸²

Ainda segundo o *Correio do Povo*, o secretário do trabalho e habitação Arnaldo Pietro, informou que, após aconselhamento de funcionários do Estado, que os teriam cadastrado, a maioria dos mil e duzentos chefes de famílias teriam voltado aos seus locais de origem, permanecendo no acampamento do Passo Feio em torno de cinquenta famílias, que teriam sido alocadas em terras do Estado devido a suas condições de miserabilidade e por não apresentarem um local para regressar. Assim, de acordo com o secretário, a Brigada Militar teria incendiado as cabanas dos agricultores somente após o local encontrar-se desocupado, “para impedir que ‘intrusos’ e não camponeses sem terra, nela se fixassem”. Sobre a prisão dos dirigentes sindicais, o secretário alega ter sido um “mal entendido”, uma vez que as forças policiais tinham sido alertadas da “possibilidade da vinda de agitadores de Passo Fundo e desconheciam a verdadeira missão dos caravaneiros”, que teriam vindo de ônibus de Porto Alegre e “quando interpelados responderam que ‘iam jogar futebol”, como não quiseram se identificar, o ônibus teria sido reconduzido à capital. No final dessa matéria, Pietro informa ainda, “o chefe de Polícia determinará, [...] a suspensão de todos os portes de armas em Nonoai, Sarandi e Iraí e que, pelo que se sabe, não existe naquelas comunas ameaça de subversão da ordem ou clima de violências”.⁸³

Por outro lado, ainda que a cobertura do *Correio do Povo* seja geralmente crítica em relação aos acampamentos do MASTER, deve-se observar que nos episódios do Passo Feio o jornal também abriu espaço em suas páginas para

⁸¹ *Correio do Povo*, n.º 117, Ano 68, 19/02/1963, p. 22. Em destaque de contracapa.

⁸² *Correio do Povo*, n.º 118, Ano 68, 20/02/1963, p. 14. Destaque de contracapa.

⁸³ *Correio do Povo*, n.º 118, Ano 68, 20/02/1963, p. 14.

manifestações dos representantes da comissão de sem terra, que teria sido recebida pelo governador, assim como para um dos dirigentes sindicais de Porto Alegre impedido de seguir ao acampamento. Nesse sentido, o jornal ainda faz duas reportagens que merecem destaque, uma vez que estes foram os únicos espaços onde aparecem as arbitrariedades policiais⁸⁴: a primeira seria uma entrevista com João Luiz Flores, presidente da Inter-Sindical, que estava no ônibus da comitiva de sindicalistas, citado anteriormente, que teria sido impedida pela Brigada Militar de visitar e levar mantimentos aos acampados. Conforme o relato de Flores, após o veículo ter sido interceptado do seu objetivo de forma violenta, um cabo da Brigada teria o reconduzido à capital “com excessiva velocidade e sem nenhuma perícia”, colidindo “contra um barranco”. Afirma que pessoas ficaram contundidas sem a devida assistência, fora outras humilhações relatadas.⁸⁵ A segunda reportagem a se destacar, intitula-se, “Camponeses do Passo Feio ameaçados por intrusos”, Patrício Bueno da Silva e José R. Serafini, “que participaram da direção do recente acampamento de camponeses sem terra”, estiveram no jornal junto com o Cel. Gonçalves Cúrio. Afirmam, segundo o jornal, que a Secretaria da Segurança estaria cumprindo os compromissos assumidos na dissolução do acampamento, alocando “cerca de 60 outros agricultores” provisoriamente em terras do Estado, sendo que os demais, que teriam para onde voltar, regressaram a seus locais de origem “aguardando a solução do caso”.

Entretanto, as terras em questão estão intrusadas, e os intrusos, que ali estão sem qualquer título, agora os ameaçam, já tendo obtido pela intimidação a retirada de diversas famílias ali colocadas pelo Estado. Entre estes intrusos figura o sr. Modesto Fiorello, proprietário de uma indústria na localidade de Planalto e um dos chefes do movimento dos “sem-terra”. Um dos agricultores que visitaram ontem a redação do “Correio do Povo” é veterano da Força Aérea Brasileira na Itália.⁸⁶

Nesse caso, como se pode perceber, o *Correio* dá destaque não exatamente à ação do MASTER, mas à ação de assentamento do governo do Estado e à

⁸⁴ Em outros acampamentos, diferente desse, as denúncias contra a violência policial apenas aparecem quando o *Correio* noticia os debates na Assembleia Legislativa e/ou, em poucos casos, na Câmara Municipal de Porto Alegre, sendo seguidas sempre por contestações de parlamentares situacionistas colocando-as em descrédito.

⁸⁵ *Correio do Povo*, n.º 119, Ano 68, 21/02/1963, p. 07. A entrevista do presidente da Inter-Sindical ao *Correio do Povo*, ocorre em um hospital, onde o entrevistado se encontrava devido ao referido acidente com o ônibus reconduzido à capital pela Brigada Militar.

⁸⁶ *Correio do Povo*, n.º 125, Ano 68, 01/03/1963, p. 07.

“intrusão” de um dos chefes do próprio movimento. A esse respeito, aliás, deve-se observar que Modesto Fiorello é um dos nomes que sofre perseguição por parte do IGRA e da Polícia. Sobre o caráter conflituoso dessa região, Joel João Carini destaca que este é anterior aos projetos de Reforma Agrária de Brizola. Segundo o autor, desde o processo de demarcação dos aldeamentos, no final do século XIX, já havia disputas entre posseiros e indígenas, que se potencializam com o advento do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI) e o esgotamento da fronteira agrícola da região de colonização europeia, especialmente a região da serra, abrindo espaço para projetos de colonização branca, privada e ou estatal. Em outras palavras e sintetizando o que pretende se destacar desse cenário, é que essa localidade se caracteriza por disputas de terras e certa convivência estatal a algumas intrusões, segundo Carini, agravadas com a criação das reservas florestais, que devem ser “reconhecida como um fator desencadeador ou facilitador das ocupações definitivas por parte de posseiros”. (CARINI, 2005: 131-135, 155)⁸⁷

Ainda assim, como veremos no próximo capítulo, o acampamento do Passo Feio foi um dos poucos que tem parte de suas reivindicações atendidas pelo governo Meneghetti, resultando também em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que repercutiria durante todo o ano de 1963, na Assembleia Legislativa⁸⁸.

⁸⁷ Segundo o autor, a demarcação dos aldeamentos, no caso o de Nonoai, ocorrem em 1856 e “já por volta de 1880, era grande o número de posseiros disputando o território indígena”. A tensão das disputas de terras se agravam ainda mais com o advento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com seus ideais positivistas de crença na evolução indígena até “chegar ao estágio superior da civilização e, dessa forma, integrarem-se à nação”. Nesse sentido, sobretudo, que se desenvolveu o trabalho do SPI e nessa lógica, pelo que se depreende do autor, se justificaria o cada vez maior isolamento dos povos indígenas em áreas menores, empurrando-os a uma lógica de agricultura familiar e, conseqüentemente, expropriando o território indígena em uma política que o autor classifica como contraditória: “Ao mesmo tempo em que eram estabelecidas certas prioridades no atendimento às demandas sociais, mostrando preocupação com os ‘nacionaes’ e com os indígenas, o Estado mostrava-se conivente com os esbulhos e com intrusões, legitimando glebas de posseiros dentro das reservas ou, no mínimo, cruzando os braços diante das ocupações em terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”. O esgotamento da fronteira agrícola da região de colonização europeia, especialmente a região da serra, abre espaço já no início do século XX para projetos de colonização branca, privada e ou estatal, nessa região, que geram conflitos não só com indígenas, mas também com posseiros caboclos. (CARINI, 2005: 131-135, 155).

⁸⁸ Segundo Eckert, a CPI foi instalada “por solicitação do deputado Marino dos Santos da Aliança Republicana Socialista (ARS), [...], para apurar as responsabilidades do incêndio de ranchos dos camponeses em Nonoai, da prisão de dirigentes sindicais e dos espancamentos de jornalistas no DOPS. Estes, quando tentavam fazer a cobertura dos acontecimentos de Sapucaia [...] e Nonoai, procurando obter informações no DOPS, lá foram espancados pelos policiais”. (ECKERT, 1984: 171) Essa autora não faz referência à continuação dessa CPI. Ao longo da pesquisa, encontramos notícias no decorrer do ano de 1963 sobre os trabalhos dessa CPI, inclusive, na documentação da Inspeção de Erechim, por decorrência de visita dos parlamentares ao local. Apesar dessa veiculação na imprensa não é possível saber o desfecho da CPI, se é que houve um. Em junho de 1963, a *Última Hora* manifestava inconformidade com a protelação e lentidão dos trabalhos parlamentares da

De parte do governo do Estado, este acampamento foi também responsável por promover uma espécie de alerta para a região das Inspetorias de Nonoai e Erechim, resultando em um trabalho conjunto entre as forças policiais e os funcionários dessas repartições e em uma série de circulares e ordens de serviços, tanto da Secretária de Agricultura quanto do próprio governador.

Nessa perspectiva, por exemplo, o então Diretor de Terras e Colonização, na primeira quinzena de março, Israel Farrapo Machado, transmitiu um radiograma ao chefe da Inspetoria de Terras de Erechim com a recomendação de “severa, sigilosa, e cuidadosa vigilância áreas Reservas Florestais e Toldos Indígenas, possibilidades tentativa de invasão por elementos intitulados sem terra”, ordenando comunicar “qualquer anormalidades ou indícios nesse sentido”.⁸⁹ Pelo que indica a documentação, houve um reforço no policiamento nas reservas florestais a fim de coibir possíveis acampamentos, sendo alguns retirados em meados de abril, no entanto, isso parece ter ocorrido apenas em algumas localidades.⁹⁰

A vigilância e o estado de alerta foram mantidos nessa região, especialmente voltados para os colonos que receberam terras, mas também em relação àqueles que haviam regressado a suas localidades de origem. Em meados de abril, Antônio Pereira de Souza, chefe da Inspetoria de Terras de Erechim, comunica o Diretor de Terras e Colonização e coordenador geral do IGRA, Israel Farrapo Machado, “não ter havido nenhuma alteração situação agricultores sem terras, que encontravam-se acampados Passo Feio”. Informa ainda que, conforme informações colhidas com o prefeito de Nonoai, Jair Calixto, haveria uma reunião no local onde foram queimados os ranchos dos acampados, “afim de se postarem” nesse local “aguardando comissão parlamentar de inquérito”. Entretanto, afirma ter verificado, “em companhia do major João Reis que apenas 10 pessoas reuniram-se

referida Comissão, que estava adiando a visita ao local, que só ocorreria em agosto. (*Última Hora*, n.º 1021, Ano IV, 24/06/1963, p. 05; n.º 1077, 27/08/1963, p. 09) Diante dessa lentidão dos trabalhos e o posterior silêncio sobre o assunto nas fontes, acredita-se que ela não tenha sido concluída no ano de 1963 e que o golpe civil militar provavelmente levaria ao encerramento da CPI, uma vez que a retomada dos serviços parlamentares da Assembleia Legislativa apenas se dá no dia quinze de março de 1964.

⁸⁹ **RADIOGRAMA s.n. – Porto Alegre, 11/03/1963** – Assinado: “ISRAEL FARRAPO MACHADO DIRETOR DTC” Encaminhado a “Sr. Chefe Inspetoria Terras Erechim”.

⁹⁰ No dia 1º de abril, Antônio Pereira de Souza dispensa dois praças que estavam alocados em São Valentim, alegando “a normalização da situação nas áreas Indígenas” agradecendo e elogiando os serviços prestados. **Of. N.º 228/63 – Erechim, 01 de abril de 1963**. Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Chefe de Inspetoria de Terras” – Remedita ao “Tenente Nilo Bicca. / D.D. Cmte. Do Destacamento da Brigada Militar”.

no local”⁹¹. Da análise destes documentos, pode-se claramente perceber a estreita cooperação mantida entre as forças policiais e a Divisão de Terras e Colonização, com uma vigilância dos sem terras, mantendo o centro do poder, sempre informado a esse respeito. Israel Farrapo Machado, nessa altura já era coordenador chefe do IGRA, que seria o principal canal de contato com a Secretária da Agricultura.

Quanto à atuação conjunta, para questões de reforma agrária, entre a Secretária de Agricultura e a Brigada Militar, deve-se observar que esta foi reforçada a partir de uma ordem de serviço do governador Meneghetti, do dia dez de maio, com base na lei n.º 2440, que converte as Reservas Florestais em Parques Estaduais⁹². Neste documento, o governador determina o seguinte:

ao Senhor *Secretário da Agricultura*, Indústria e Comércio e ao Senhor *Comandante Geral da Brigada Militar* sejam tomadas tôdas as medidas necessárias ao fiel cumprimento da lei estadual nº 2440, de 2 de outubro de 1954, afim de que nos Parques Estaduais

- a) *sejam impedidas novas intrusões*;
- b) proibindo a prática de caça e pesca;
- c) Vedado o corte e serragem de essências nativas, com as ressalvas contidas no artigo 7º in fine, da lei antes citada.⁹³

Dessa forma, fica evidenciada a preocupação do governo em manter o que dizia ser a ordem pública e evitar possíveis novos acampamentos. Um dia antes da chegada dessa determinação do governador, uma outra ordem de serviço com esse mesmo sentido havia sido aprovada por Adolfo Fetter, então secretário da agricultura, com a determinação de medidas a serem tomadas na seção João Caruso, que estaria jurisdicionada à Inspetoria de Nonoai. Dentre outras, pode-se citar o pedido de verificação de “intruzos recentes (trabalhadores de serraria) ou colocados pelo intruzo Fioreli” [sic]. Este mesmo documento informa também sobre entendimentos com o Diretor da Produção Vegetal, de que “o Guarda Florestal Ovidio Batista de Oliveira, poderá prestar colaboração a essa Inspetoria, nos

⁹¹ **Radiograma nº 91/63 – Erechim, 06/04/1963** – Assinado: “Antonio Pereira de Souza Chefe Inspetoria Terras Erechim” Encaminhado a “Diretor Diretoria de Terras e Colonização” POA.

⁹² Sendo que antes de serem Reservas Florestais, essas áreas eram consideradas território indígena. De acordo com a circular, referenciada na nota a seguir, a lei n.º 2440, previa que caberia “ao Poder Público, não só preservar ditas reservas, [...], bem como propiciar o cultivo, a título experimental, de essências exóticas, que possam oferecer interêsses econômicos”.

⁹³ **Circular nº 11/377– Porto Alegre, 17/05/63**. Assinado por “Israel Farrapo Machado / Diretor” – Remedita ao “Sr. Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai”; **CIRCULAR Nº 11/377– Pôrto Alegre, 17/05/1963** – Assinado: “Israel Farrapo Machado / Diretor” Encaminhado a “Chefe Inspetoria de Terras” Erechim.

serviços de vigilância e fiscalização, na Secção João Caruso”.⁹⁴ A esse respeito, deve-se aqui citar que, foi nessa seção, que o Coronel Gonçalves alojou algumas famílias provenientes do acampamento de Passo Feio⁹⁵, ou seja, mais uma vez estava se reforçando a vigilância em torno dos assentados e de seus possíveis movimentos na região.

No final de agosto, volta a acontecer um novo acampamento na mesma região que o primeiro, na Reserva Florestal de Nonoai. De acordo com Córdula Eckert:

Em abril, o secretário da Agricultura, afirmou que o IGRA lotearia uma faixa de terra contígua à Reserva Florestal de Nonoai para 36 famílias das 300 que participaram do acampamento ocorrido em fevereiro. Além disso, o IGRA via possibilidades de aproveitar áreas já devastadas da Reserva Florestal para loteamento. Entretanto, parte dessas famílias foram receber terra na Fazenda Sarandi, sendo desprezados os *sem terra* que já haviam sido inicialmente selecionados para ocuparem essa fazenda. Assim, motivados por essa atitude do IGRA, os *sem terra* preteridos formaram novo acampamento na Reserva Florestal de Nonoai. (ECKERT, 1984: 176)

As primeiras notícias na imprensa sobre esse novo acampamento surgem nos dias 21 e 22, já retratando o acampamento cercado pela Brigada Militar. Antes disso, o IGRA, via Inspeção de Terras de Erechim e Nonoai, estaria colaborando com as forças policiais, conforme se depreende do seguinte radiograma:

[...] foi transportado em viatura desta Inspeção mais um contingente [sic] de praças da Brigada Militar para a Reserva de Nonoai. Estamos prestando todo auxílio possível à Delegacia Regional de Polícia e ao Delegado Sebastião Nunes quer no fornecimento de peças para o veículo da delegacia de Nonoai bem como em diligências nas quais se torna necessário transporte de policiais da regional incumbidos da vigilância naquela localidade, transportes estes efetuados sempre por veículos desta repartição.⁹⁶

⁹⁴ **ORDEM DE SERVIÇO Nº 4– Porto Alegre, 16/05/63.** Assinado por “Israel Farrapo Machado / Diretor” – Remedita ao “Sr. Chefe da Inspeção de Terras de Nonoai”.

⁹⁵ O que será explorado no capítulo 03.

⁹⁶ **Radiograma nº 148/63 – Erechim, 20/08/1963** – Assinado: “Antônio Pereira de Souza Chefe Inspeção Terras de Erechim” Encaminhado a “Israel Farrapo Machado diretor D.T.C.” POA. Ainda em fevereiro de 1964, o delegado Sebastião Nunes solicitava ao chefe da Inspeção de Nonoai, por meio de uma carta, o mesmo tipo de colaboração para a vigilância do acampamento: “O portador o asp. da B.M., comandante do Destacamento Esp. Sediado (acantonado) na Area Indigena [sic], que quer a tua valiosa coperaçao [sic], como seja: condução ou um pouco de combustive [sic], para ele fazer um levantamento geral, da situação dos ‘sem terra’, que estão acampado na área. O Ten. Lacerda, vai auxiliar ele com o que ele puder, mas ele tambem [sic] esta com difivuldades [sic] de viatura e combustive [sic].” **“Carta” – Planalto, 15/02/64.** Assinado por “Sebastião Nunes / Delegado de Polícia” – Remedita ao “Adão Chagas” “Chefe da inspeção de Terras de Nonoai”.

Percebemos nesse documento, uma total colaboração no transporte das forças policiais e contato direto com o delegado de Nonoai, quem teria iniciado o cerco policial na região, como vimos também ter ocorrido no caso anterior. Segundo Eckert, os camponeses, para driblar o cerco comandado pelo Cel. Gonçalino, anunciaram que invadiriam terras em Palmeiras das Missões “o que levou toda a polícia para lá e os sem terra puderam, então entrar na Reserva Florestal por Porongos” (ECKERT, 1984: 176).

Conforme Eckert, esse acampamento também sofreu com a dura repressão e perseguição as lideranças do movimento dos agricultores sem terra. No dia 23, José Lagranha, “foi preso por policiais a serviço do Cel. Gonçalino e levado para o 2º Batalhão de Polícia”. A autora afirma que, o MASTER pede auxílio à SUPRA que envia seu advogado para agir juridicamente. No entanto, “para evitar que um *habeas-corpus* libertasse o camponês, o Cel. Gonçalino retirou-o da prisão e o levou, na manhã do dia 24, para lugar desconhecido”. Episódio, somado a outras arbitrariedades em diferentes regiões, inclusive o assassinato de um líder camponês em Santa Barbara, conduz o MASTER a lançar um manifesto de mobilização e ação, que provavelmente motivaria os acampamentos surgidos após a este. (ECKERT, 1984: 176-177) Em seu manifesto, diz o MASTER:

Os fatos revelam para os que alimentavam ilusões, que a reforma agrária pela qual lutamos só será conquistada e realizada pelos próprios camponeses. Para tanto – esta é a orientação do MASTER – todas as associações do interior devem promover assembleias, tomando deliberações e iniciativas, acatando as resoluções da maioria para uma ação rápida e prática, de acordo com a realidade de cada região, prestando solidariedade aos agricultores de Nonoai. Os 22 mil hectares da Fazenda Sarandi pertencem aos ‘sem terra’ e a eles devem ser entregues.⁹⁷

De parte do governo, porém, o secretário da agricultura, Adolfo Fetter declarou que, por se tratar de terra indígena, a Reserva Florestal de Nonoai seria de responsabilidade federal, especificamente do Serviço de Proteção Indígena (SPI),

⁹⁷ *Última Hora*, n.º 1077, Ano IV, 27/08/63, p.09. Manifesto assinado por Ary Saldanha, dirigente do MASTER.

nada podendo fazer o governo estadual por estar além da sua jurisdição⁹⁸. Ainda assim, o governo do Estado não se eximiu de comandar o cerco policial ao acampamento. Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, junto com Delmar Moura, “representante do Ministério da Agricultura no Estado, ao qual está afeto o” SPI, informava que estariam iniciando o processo de demarcação para os sem terras ali acampados. Torres ainda afirma que diante da postura do secretário de agricultura, estaria solicitando o auxílio do exército para normalizar a situação na região.⁹⁹ Ele já havia manifestado, ao *Correio do Povo*, preocupação com a segurança dos sem terra diante do cerco policial.

Em contraponto à repressão policial do governo, no dia 21, o *Correio do Povo*, publicou uma carta de reivindicações do MASTER que teria sido dirigida há quarenta dias para o IGRA. Nesta, segundo consta, foi entregue um relatório da Associação de Sem Terra de Nonoai-Sarandi, onde se contariam cerca de dois mil agricultores que “aguardam pacificamente as soluções do Govêrno”. Afirmam que a Fazenda Sarandi ainda poderia abrigar “mais de seiscentas famílias”; que a Reserva Florestal de Nonoai não estaria “completamente dividida”, o que daria “750 colônias”, indicando área desmatada no Pinhalzinho que poderia ser aproveitada por cerca de “150 famílias”; que no Toldo Nonoai, onde habitariam 110 famílias indígenas poderia abrigar “mais ou menos umas seiscentas famílias; que no município de Sarandi e Constantina, a reserva Serrinha apresentaria área a ser medida que pode assentar aproximadamente 100 famílias, sendo que onde houve distribuição caracteriza-se por minifúndios; que na localidade de Ronda Alta, em Sarandi, há uma área que foi fruto de estudos para desapropriação o que resultaria em “mais ou menos trinta colônias, que abrigarão umas trinta famílias”, sendo já ocupada por associados que seriam considerados intrusos, “contra quem existem ações em tramitação na Justiça sendo que algumas famílias já foram despejadas e outras aguardam o mandato”; que em Espumoso há áreas devolutas do Estado reivindicadas por 300 sem terra da região.¹⁰⁰

É pertinente observar que o governo mantém sua postura de negar qualquer responsabilidade sobre a Reserva Florestal e o Toldo Nonoai, embora, justifique a

⁹⁸ Tal fato contribui para que este seja o único acampamento a não ser dissolvido, além disso a SUPRA assume a responsabilidade. Isto não quer dizer, não obstante, que ele tenha seguido sem sofrer com a repressão policial por parte da Brigada Militar.

⁹⁹ *Última Hora*, n.º 1077, Ano IV, 27/08/63, p.09.

¹⁰⁰ *Correio do Povo*, n.º 270, Ano 68, 21/08/1963, p. 04.

interferência policial como sendo solicitada pelo SPI. Neste caso, como já referido, o SPI estaria trabalhando junto com a SUPRA na demarcação da área ocupada para distribuí-la aos acampados. Na perspectiva de isentar o Estado de qualquer responsabilidade sobre a área de Nonoai, diz o secretário Fetter:

Sabemos que o policiamento foi reforçado, *objetivando evitar a concretização de atos preconizados pela autoridade federal*, tendo o governador do Estado enviado observador ao local, que é o *coronel Gonçalino, o qual, no entanto, apenas sugerirá providências cabíveis no caso*, e qual o órgão competente para as providências, visto ser limitadíssima a ação do Estado.

A conclusão mais lógica de tôdas essa confusão, e *cortina de fumaça quanto à quem cabe a solução do caso, é a de que trata-se de intriga contra a Secretaria da Agricultura*, proferida por alguém que desconhece completamente a matéria.¹⁰¹

Ou seja, o Estado diz que a responsabilidade sobre a área é federal, sendo a demarcação conduzida por SPI e SUPRA. Ao mesmo tempo, no entanto, usa a força policial para evitar “atos preconizados pela autoridade federal”, possivelmente uma menção a SUPRA¹⁰² de certa forma tentando responsabilizá-la pela “cortina de fumaça à quem cabe a solução do caso”. Dessa forma, deixando transparecer um conflito entre Estado e União sobre a questão agrária. Aliás, é interessante observar que, mesmo alegando não ter responsabilidade sobre o assunto, o centro do poder pelo que se depreende de correspondências das Inspetorias, manteve-se atento, além de novamente divulgar notas apaziguadoras sobre a situação do acampamento no *Correio do Povo*. Em radiograma do dia 26, Israel Farrapo Machado solicita informações sobre Nonoai ao chefe da Inspetoria de Erechim, este responde no mesmo dia, declarando que “a situação de Nonoai é de perfeita normalidade, tudo em ordem”¹⁰³. A respeito desses episódios e do citado conflito de competências entre as esferas estaduais e federais, o *Correio do Povo* publica matéria intitulada “NONOAI VOLTA A CALMA”¹⁰⁴, informando que o cel. Moacyr Ribeiro Coelho, diretor do SPI, iria ao local para junto com técnicos da SUPRA, “realizar um

¹⁰¹ *Correio do Povo*, n.º 272, Ano 68, 23/08/1963, p. 10.

¹⁰² É importante destacar que essa matéria faz parte de um conjunto de respostas às críticas recebidas pela secretaria da agricultura de Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA.

¹⁰³ Respectivamente: **RADIOGRAMA 293/627 – Pôrto Alegre, 26/08/1963** – Assinado: “FARRAPO MACHADO DIRETOR” Encaminhado a “Sr. Chefe Inspetoria Terras Erechim”; **Radiograma nº 155/63 – Erechim, 20/08/1963** – Assinado: “Antônio Pereira de Souza Chefe Inspetoria Terras de Erechim” Encaminhado a “Israel Farrapo Machado diretor D.T.C.” POA.

¹⁰⁴ Essa “Calma” estaria reproduzindo informações de Israel Farrapo Machado, assim como recebido por este no radiograma citado na nota anterior.

levantamento da região em que está situada a reserva indígena envolvida pelas agitações e da efetiva situação social dos agricultores ‘sem-terra’ da localidade”. Alguns dias depois, o Cel. Moacyr Ribeiro estaria entregando o seu relatório ao governador, motivando este a divulgar pelo Serviço de Imprensa do Piratini, que determinaria “severas medidas de repressão aos invasores das terras reservadas para os silvícolas”.¹⁰⁵

Nesse acampamento, as arbitrariedades cometidas pelo governo, somente ganharam espaço no *Correio do Povo* ao se noticiarem os debates na Assembleia Legislativa, onde o deputado Álvaro Petracco (PTB) acusa o cel. Gonçalino de estar praticando violências contra os colonos sem terra da região e que o coronel teria criado “um atrito entre agricultores que discutem a posse da terra, perseguindo depois os líderes dos sem terra, entre os quais o sr. Modesto Fiorelli”.¹⁰⁶ Esse último juntamente com Carlos Titz aparecem em reportagem da *Última Hora*, após serem agredidos pela polícia, sendo que o último teria sido obrigado a abandonar o local que ocupava há onze anos.¹⁰⁷

Da mesma forma o jornal *Última Hora*, na segunda quinzena de setembro, registra casos de arbitrariedades policiais na região de Nonoai, onde estariam ocorrendo espancamentos, supostamente praticados pelo militar Acir Barros, segundo denunciavam as próprias vítimas. Além disso, teriam ocorrido incêndios de dezessete ranchos, segundo denúncia de João Ramão Fontoura¹⁰⁸, dirigente do

¹⁰⁵ *Correio do Povo*, n.º 276, Ano 68, 28/08/1963, p. 18; n.º 281, 03/09/1963, p. 06.

A atuação desse órgão federal revela certa ambiguidade, indicando uma espécie de jogo duplo por parte do SPI, que ao mesmo tempo que trabalha em conjunto com a SUPRA, recorre ao governo do Estado solicitando as forças policiais. Possivelmente, essa ambiguidade seja reflexo da postura conciliatória do presidente da república ou reflexo do isolamento político de João Goulart, mas isto são apenas hipóteses. Além disso, a desqualificação do acampamento é notória ao ser classificado como “agitações” e a preocupação do SPI não era propriamente dita à defesa da integridade do território indígena. Moacyr Ribeiro, em uma terceira publicação do *Correio do Povo*, expõe que a orientação política do SPI, tem sido “congregar os silvícolas, de modo a reduzir o numero de areas [sic] indígenas, assim como integração dos aborígenes na comunidade nacional”. Dentro daquela perspectiva positivista, já discutida aqui, de uma compreensão evolutiva na qual o indígena atingiria e se incorporaria a civilização.

No início de dezembro, Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, declara a *Última Hora* que os agricultores sem terra não seriam expulsos de Nonoai, uma vez que o seu órgão teria chegado a um acordo com o SPI. Entretanto, em janeiro de 1964, após a visita do assessor do SPI, Carlos de Araujo Moreira Neto, ao local do acampamento para estudar, segundo o *Correio do Povo*, “o problema dos sem terra” acampados em Nonoai, o jornal publica uma carta de Moreira Neto, na qual manifesta que não admitiria qualquer solução que vise às terras indígenas. Reforçando essa postura um tanto ambígua do SPI. *Correio do Povo*, n.º 286, Ano 68, 08/09/1963, p. 14; n.º 82, Ano 69, 08/01/1964, p. 04; *Última Hora*, n.º 1158, Ano IV, 04/12/63, p.14.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, n.º 289, Ano 68, 12/09/1963, p. 07 e 16.

¹⁰⁷ *Última Hora*, n.º 1085, Ano IV, 04/09/63, p.09.

¹⁰⁸ Este, conforme já abordado, havia sido preso no primeiro acampamento do Passo Feio.

MASTER. Ainda segundo ele, esta área estaria cercada pela polícia, sendo proibida a entrada de quaisquer mantimentos levados aos agricultores os quais eram confiscado pela Brigada Militar, sendo a fome “uma triste realidade”.¹⁰⁹

O mês de outubro registra novas denúncias contra a Brigada Militar, que estaria provocando “rivalidade entre os índios e os brancos sem terra que habitam o Tôldo de Nonoai”, enquanto “aterroriza os ‘sem terra’ com o propósito de afugentá-los da região”. Além disso, o casal Moacir e Natália Cabral, segundo a reportagem da *Última Hora*, teriam sido obrigados a deixar o seu lote de terras, diante de intimidações dos brigadianos, sob o comando do Sargento João Lopes. Segundo relatos do mesmo casal espancamentos e ameaças eram uma constante em Nonoai. “A ordem recebida do Govêrno, como dizem os soldados, é a de expulsar de qualquer jeito os brancos que acamparam no Tôldo Nonoai.” Na segunda quinzena, desse mesmo mês, a *Última Hora*, divulga conteúdo de um telegrama “assinado pelo vereador Setembrino Damin, pelo líder camponês João Sem Terra e pelo sr. Dileto Pavian”, enviados a SUPRA e ao MASTER, dando conta de que um menor de quinze anos teria sido “baleado por um soldado da Brigada Militar”. No *Correio do Povo* essa informação, somente apareceria associada a notícias sobre os debates na Assembleia Legislativa, onde o deputado “Vilmar Taborda [PTB] falou sôbre ocorrências no distrito de Planalto, Iraí, e na reserva florestal do Estado, em Nonoai”.¹¹⁰

Sobre estes episódios de violência, é importante lembrar que, a última manifestação do governador, por meio de nota de seu gabinete de imprensa, teria sido no sentido de reprimir os “invasores” das terras indígenas. Reafirmando a sua ordem de serviço de maio, que ainda estava em vigor. Alguns dias antes, todavia, deve-se destacar que o *Correio do Povo* havia noticiado um ofício enviado pelo cel. Moacyr Ribeiro Coelho ao governador, “agradecendo as providências postas em prática por s. excia. para impedir a invasão da Reserva Indígena de Nonoai pelos chamados agricultores sem terra.”¹¹¹

A partir disso, pode-se dizer que a ação do IGRA, durante o governo Meneghetti, não se deu exatamente no sentido de auxiliar e buscar o diálogo com os agricultores sem terra, mas de auxiliar no seu controle e repressão, visando silenciá-

¹⁰⁹ *Última Hora*, n.º 1100, Ano IV, 23/09/63, p.05; n.º 1104, 27/09/63, p.09.

¹¹⁰ *Última Hora*, n.º 1117, Ano IV, 12/10/63, p.05; n.º 1126, 23/10/63, p.07; *Correio do Povo*, n.º 21, Ano 69, 24/10/1963, p. 03.

¹¹¹ *Correio do Povo*, n.º 304, Ano 68, 29/09/1963, p. 06.

los em nome da “ordem” e da “democracia”, colaborando para isso com as forças policiais do Estado. Tal atuação, como veremos a seguir, não se deu apenas em relação aos acampamentos em Nonoai, mas também em relação a outros tantos ocorridos no Rio Grande do Sul durante aqueles tempos, indicando um grau de crescente radicalização social e política que culminaria no golpe civil-militar de 1964. Pelo o que tudo indica, o segundo acampamento montado em Nonoai apenas foi dissolvido após este episódio nefasto da história brasileira.

2.2 OUTROS ACAMPAMENTOS E AMEAÇAS

Apesar da vigilância e da repressão do governo, diante das promessas não cumpridas em relação a Passo Feio, o jornal *Última Hora* noticiou que cerca de 3000 camponeses, estariam se preparando para acampar nas fazendas Itapuí e do “Paquete”, sendo a primeira de propriedade do governador (juntamente com mais dois sócios), que os colonos diziam estar sendo mal aproveitada.¹¹² De acordo com Eckert, já desde o governo Brizola a Fazenda Itapuí era cobiçada pelo MASTER de Sapucaia, que apontava para irregularidades quanto à sua efetiva propriedade, já que um dos sem terra do grupo “dizia-se dono da gleba e afirmava que se conseguisse de volta essas terras, ele as distribuiria aos seus companheiros de Associação”¹¹³. Nesse período, porém, segundo a autora, “o filho de Ildo Meneghetti e procurador do mesmo”, consegue na justiça dois mandados de segurança, visando garantir a Fazenda. (ECKERT, 1984: 116)

No dia 18 de fevereiro de 1963, o mesmo dia das ocorrências em Passo Feio, a sede da associação dos sem terra de Sapucaia foi cercada pela Brigada Militar, que também realiza bloqueio em Vila Planalto para impedir a passagem da caravana de sindicalistas que se encaminhava a Passo Feio.¹¹⁴ Segundo Eckert, no entanto, o cerco teria ocorrido já no dia 15, objetivando proteger a propriedade do governador. Diz ela:

¹¹² *Última Hora*, n.º 915, Ano III, 14/02/63, p.02.

¹¹³ “Segundo este agricultor sem terra, Franklin Alves Ferraz Deely Filho, que se dizia dono da gleba há quase 40 anos, Paulino Teixeira Deely quando morreu em 1923, deixou um testamento legando sua propriedade ao Estado e apenas dois mil cruzeiros para cada um de seus herdeiros. Suspeitando que o documento tivesse sido forjado, os herdeiros do antigo dono estavam lutando pela posse da herança. Dois anos antes, Deely havia conseguido uma escritura e uma segunda via do testamento, documentos que comprovavam a legitimidade de seus direitos.” ECKERT, 1984: 116 e 158.

¹¹⁴ *Última Hora*, n.º 918, Ano IV, 18/02/63, p.03.

para impedir a realização de um acampamento que visava a Fazenda Itapuí, de propriedade do próprio Governador, e outras fazendas, os soldados da Brigada Militar armaram um aparatoso dispositivo policial defronte à Associação dos Agricultores Sem Terra de Sapucaia. (ECKERT, 1984: 294)

A esse mesmo respeito, em matéria intitulada “Fazenda do governador Meneghetti seria invadida pelos ‘sem terra”, o *Correio do Povo* lembra que o “movimento teve seus primeiros sintomas no ano passado, quando o mesmo grupo tentou apossar-se da extensa área do Hôrto Florestal.” Conforme informações prestadas pelo Gal. Joaquim Luiz Amaro de Silveira¹¹⁵, secretário da segurança, teriam ocorrido reuniões prévias “tôdas elas mantidas sob o controle das autoridades”, o que teria permitido a tomada de providências por parte do governo, enviando dois contingentes da Brigada Militar, um para Vila Capão da Cruz, onde se localizava a sede dos sem terras, e o segundo para patrulhamentos nas estradas de acesso à Fazenda do governador. A matéria finaliza, afirmando que estaria “fora de cogitação, portanto, o sucesso da pretensão dos invasores através de um golpe de surpresa ou com violência”, uma vez que, “para impedir isto, manterá a Secretária de Segurança o serviço preventivo já estabelecido na região”.¹¹⁶

Meses depois, no final de agosto, ocorreria ainda um novo acampamento em Nonoai. Antes deste segundo acampamento de Nonoai e das citadas tentativas de “invasão” das fazendas Itapuí e Paquete, ocorrem duas outras ameaças de acampamento: em Pelotas e em Camaquã, no Banhado do Colégio.

No primeiro caso, de menor repercussão, o jornal *Última Hora* noticiou que a pressão estava direcionada à prefeitura de Pelotas, em área chamada de Tablada, onde um dos dirigentes da associação local dizia que, “se a Prefeitura não lotear a área, de forma amigável, vamos acampar no local de qualquer jeito, pois, só assim poderão os agricultores pelotenses sobreviver à angustiante crise que atravessam”. Dias após, Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, manifestou-se dizendo que

¹¹⁵ Este chega a dar detalhes do percurso que seria percorrido pelos agricultores, que apenas encontrariam o obstáculo do acesso à propriedade que necessitava de um barco.

¹¹⁶ *Correio do Povo*, n.º 117, Ano 68, 19/02/1963, p. 22. Essa matéria é construída a partir do relato do secretário da segurança, deixando sugerida à criminalização do movimento e o estado de vigilância e de preocupação em evitar os acampamentos. Nesse caso o objetivo do governo foi cumprido, a custo do cerceamento dos direitos de manifestação dos agricultores sem terra, que é importante não esquecer que evitavam o ingresso nas propriedades. Conforme a própria matéria referencia, o acesso a essa propriedade se daria apenas por barco, o que já inviabilizaria a sua invasão.

sua entidade, juntamente com uma comissão de vereadores, estava estudando a possibilidade de promover um assentamento nas terras da Tablada. No entanto, de acordo com as notícias subsequentes sobre esse caso, o convênio entre SUPRA e a Prefeitura não teria se efetivado, o que nos leva a crer que o assentamento prometido não tenha se concretizado.¹¹⁷

Já no segundo caso, de maior destaque tanto na *Última Hora*, quanto no *Correio do Povo*, o líder dos sem-terra de Camaquã, Epaminondas Silveira¹¹⁸, expressou em carta ao secretário da agricultura sua “descrença que as soluções agrárias, no Estado, possam ser obtidas através da espera paciente”. Segundo a coluna “sem censura” de *Última Hora*, a mensagem manifestaria “a intenção de invadir latifúndios de Camaquã e municípios vizinhos”. O jornal noticia o episódio e se posiciona de forma crítica ao governo, afirmando que “o que se teme são as repetições de desordem em nome da ordem e da violência, em nome da pacificação”. Faz menção aos episódios ocorridos na visita de Carlos Lacerda a Porto Alegre e do acampamento de Passo Feio e informa que, face a esta ameaça, “houve reunião, ontem à tarde, no Palácio Piratini, com Secretário da Segurança Pública, Chefe de Polícia, Secretário da Agricultura, Comandante da Brigada Militar, Chefe da Polícia Rodoviária. Reunião secreta e nada transpirou.” Em outra matéria na mesma edição, o periódico de Wainer, diferente do que indica a matéria anterior, afirma que o movimento surgido em Camaquã, estaria pronto para ocupar “a área abandonada”, em referência as terras desapropriadas e não aproveitadas, logo o acampamento seria em terras públicas do Banhado do Colégio.¹¹⁹

Já o *Correio do Povo* trouxe como manchete de sua edição o seguinte: “Ameaçada de agitações a área do Banhado do Colégio, em Camaquã”. Nessa matéria o periódico enfatiza que o líder camponês teria manifestado a disposição de ocupar os “chamados latifúndios regionais”. Na sequência, porém, a matéria esclarece que, “os ‘sem terra’ pretendem a ocupação de áreas que não foram, ainda, por uma série de fatores, inclusive de ordem jurídica, incluídas dentro do

¹¹⁷ *Última Hora*, n.º 992, Ano IV, 18/05/63, p.04; n.º 1006, 05/06/63, p.04; n.º 1042, 18/07/63, p.20; n.º 1110, 04/10/63, p.14.

¹¹⁸ Este nome é um dos perseguidos no Banhado do Colégio na tese de doutorado de Marluza Harres. Segundo a autora, Epaminondas era o presidente do movimento dos sem terra em Camaquã, o qual aparece arrolado entre os dez agricultores que o IGRA teria movido um processo de despejo em 1964, que depois de alguns anos de tramite judicial o Estado perde a causa. (HARRES, 2002: 345, 350-351)

¹¹⁹ *Última Hora*, n.º 1055, Ano IV, 01/08/63, p.03 e 05.

espaço já desapropriado no passado govêrno, ora nas mãos de centenas de famílias de agricultores”; ou seja, o jornal justifica a preocupação do governo indicando, de certa forma, os litígios que havia na região. Segundo o mesmo artigo o governo deliberaria sobre a ocupação no dia 12 de agosto.

Nessa mesma reportagem, a nota do secretário da agricultura, Adolfo Fetter, é transcrita na íntegra com grande destaque, em que, em síntese, ele lamenta não ter sido procurado para debater o problema e “que as medidas de violência, de agitação, só podem interessar àqueles que não desejam encontrar qualquer solução para o problema da terra”, impossibilitando a resolução da questão. Ainda reforça a intenção do governo em atender “as aspirações dos que não tem terra ou que têm pouca terra, mas, por outra parte, o Poder Público não tolerará qualquer atividade violenta que fira os direitos constitucionais dos cidadãos”. No final da matéria, Armando Prates Dias, chefe da Polícia Civil do Estado, afirma que o delegado da cidade teria declarado que tudo estaria normal no Banhado do Colégio, todavia, “por medida de precaução, determinara a ida àquela localidade de agentes do DOPS, os quais levaram uma estação de radiocomunicação para se manter em contato com a Chefia de Polícia”. Além do envio dos agentes do DOPS, a Brigada Militar teria enviado um reforço para região, afim de promover um “policiamento preventivo” em operação conjunta entre as duas policias.¹²⁰

Na perspectiva de apaziguar os ânimos, mas sem esquecer as medidas policiais que continuavam sendo adotadas pelo governo, o IGRA promete que, “em futuro próximo”, distribuiria as glebas ainda não aproveitadas. O próprio governador faria promessa de distribuir terras próximas ao Banhado do Colégio, que teriam sido desapropriadas na gestão passada, a uma comissão de agricultores da Associação dos Agricultores Sem Terra ou Com Pouca Terra de Camaquã, acentuando que “a luta pela conquista da terra deverá ser conduzida pacificamente”.¹²¹ Nesse sentido, pode-se dizer que tanto a manifestação do governador, quanto do seu secretário da agricultura, reconheceram o problema manifestado pelos colonos e prometeram soluções. Por outro lado, contudo, continuavam tentando deslegitimar o movimento ao situar suas ações como “agitações”, “atitudes violentas”, o que de certa forma lhe serviria depois de justificativa para não atender seus reclames. Segundo Eckert, nenhuma providência foi tomada, o que conduz a Associação de Agricultores Sem

¹²⁰ *Correio do Povo*, n.º 253, Ano 68, 01/08/1963, p. 18 e 14.

¹²¹ *Última Hora*, n.º 1058, Ano IV, 06/08/63, p.03; n.º 1060, 08/08/63, p.05.

Terra de Camaquã a enviar um pedido à SUPRA, solicitando que este órgão passasse a administrar o Banhado do Colégio. (ECKERT, 1984: 200)

Paralelo à concentração de agricultores sem terra na Reserva Florestal de Nonoai, houve outros acampamentos que, diferentemente desse, foram logo dissolvidos, sendo que apenas em um deles, sem o uso das forças repressivas do Estado¹²². Este foi o acampamento formado em Ronda Alta, Sarandi, onde, segundo a *Última Hora*, “mais de 200 famílias invadiram terras” na localidade.¹²³ Eckert, afirma que os sem terras, teriam entrado “pela retaguarda da fazenda ludibriando a vigilância da Brigada Militar” (ECKERT, 1984: 177-178). Alguns dias depois, o mesmo jornal, em matéria intitulada “Vitória dos ‘Sem Terra’ de Sarandi”, informava que “o IGRA se comprometeu, dentro de 30 dias, a legalizá-las naquela gleba, desapropriada no Governo anterior”, o que contemplaria 300 famílias.¹²⁴

No *Correio do Povo*, deve-se observar que, praticamente não se encontram notícias sobre este acampamento, com exceção de uma matéria sobre uma viagem de Israel Farrapo Machado pela região de Passo Fundo. Nesta, o jornal afirma que os contatos feitos pelo coordenador do IGRA “relacionaram-se, especificamente, ao problema da colônia agrícola de Sarandi, cujos *agricultores andaram agitados em virtude de alguns desajustes na demarcação dos lotes*”¹²⁵. Ou seja, menciona-se apenas que os “agricultores andaram agitados”, mas não diz nada a respeito do acampamento em si.¹²⁶

No dia 16 de setembro, a *Última Hora* noticia a formação de dois novos acampamentos, um em Torres e outro em Osório. No primeiro, aproximadamente, 200 famílias de sem terras teriam ocupado a Fazenda do Campo da Aviação, “pacificamente, sem interferência policial, graças ao apoio do prefeito e do delegado da região”. Segundo o jornal, os líderes camponeses estariam recolhendo assinatura para “um memorial” que seria entregue ao “governador, solicitando a imediata distribuição de títulos da área”.¹²⁷ Para Eckert, tal apoio, somado ao de vereadores

¹²² O acampamento de Torres também não teria sido dissolvido pelas forças policiais, no entanto, neste houve violências praticadas por ruralistas, que contam com a omissão do Estado. Postura que também pode se considerar repressiva.

¹²³ *Última Hora*, n.º 1077, Ano IV, 27/08/63, p.09.

¹²⁴ *Última Hora*, n.º 1084, Ano IV, 03/09/63, p.03.

¹²⁵ *Correio do Povo*, n.º 287, Ano 68, 10/09/1963, p. 20.

¹²⁶ A área onde ocorre esse acampamento, Ronda Alta, foi uma das “desapropriações” realizadas no governo Meneghetti em 1963. O que será visto no capítulo 03 e na sequência comentaremos junto com os dois próximos acampamentos.

¹²⁷ *Última Hora*, n.º 1095, Ano IV, 16/09/63, p.05.

inclusive da UDN, garantiu um cenário de maior tranquilidade comparado com os outros acampamentos, pelo menos no que diz respeito à relação com o aparato repressivo do Estado.¹²⁸ No dia vinte e quatro do mesmo mês, Israel Farrapo Machado, coordenador do IGRA, afirma ao *Correio do Povo* que não tinha maiores informações sobre a concentração de Torres, que estaria as recebendo em breve, porém, adianta que, “há determinações para imediata desapropriação de ambas [Torres e Osório], e formação de mais duas colônias de agricultores ‘sem-terra’.” Machado ainda reforçaria essas promessas em mais duas matérias desse jornal. Na primeira reportagem, no dia vinte e cinco, o coordenador do IGRA apresenta o acampamento como “uma ocupação pacífica de áreas privadas”, ao manifestar que viajaria ao local para realizar estudos para assentar os sessenta e quatro agricultores acampados “nas glebas reivindicadas”. Na segunda matéria, no dia vinte e sete, o *Correio* noticia que Machado estaria viajando para Torres e Osório, novamente prometendo “solução imediata para o problema” e que já estaria “providenciando a declaração de utilidade pública para efeitos de desapropriação das glebas envolvidas nos movimentos”.¹²⁹

Já em Osório, a situação seria bem diferente. No Morro Alto, “um forte contingente da Brigada Militar está guardando uma fazenda, na mira dos agricultores pobres. Circula rumores de que a gleba está na iminência de ser ocupada, podendo isso se dar ainda hoje”.¹³⁰ Ou seja, diante dos rumores a respeito da ocupação da fazenda, mesmo antes de se formar o acampamento, a área já estaria cercada pelo aparelho repressivo do Estado. Córdula Eckert, baseada nas reportagens da *Última Hora*, afirma que seriam em torno de 250 famílias acampadas em Osório, que no dia 17 “já ocorreriam violências por parte da Brigada e no dia 18, pela manhã, as forças da Brigada investiram contra os agricultores sem terra, resultando em 10 feridos”, sendo um destes hospitalizado. (ECKERT, 1984: 179). A esse respeito, o jornal de Samuel Wainer, mais uma vez aponta Gonçalino Cúrio como porta-voz do governo, como se evidencia no seguinte trecho:

¹²⁸ No caso desse acampamento a violência partiria de fazendeiros da região contra os agricultores acampados. No final de outubro, segundo a *Última Hora*, o acampamento foi atacado por jagunços armados por Gastão Woelfnert e Antônio Bauer para tentar dissolvê-lo, estes diziam-se arrendatários da área. *Última Hora*, n.º 1130, Ano IV, 28/10/63, p.12.

¹²⁹ *Correio do Povo*, n.º 299, Ano 68, 24/09/1963, p. 07; n.º 300, 25/09/1963, p. 06; n.º 302, 27/09/1963, p. 06.

¹³⁰ *Última Hora*, n.º 1095, Ano IV, 16/09/63, p.05.

CEM soldados da Brigada, armados de metralhadoras, sob as ordens do tenente Marcelino Correia, e dizendo-se *autorizados pelo coronel Gonçalino Cúrio de Carvalho para cumprir sòmente determinações do governador Ildo Meneghetti*, estão implantando o terror aos “sem terra” de Osório, que desde domingo acamparam no distrito de Morro Alto.¹³¹

Nesse caso, de acordo com Córdula Eckert, diante das denúncias de arbitrariedades pelo governo, este teria proposto “uma fórmula para negociar com os agricultores. Se o acampamento fosse dissolvido imediatamente, o governador Meneghetti prometia ceder terras à parte dos reivindicantes no prazo de 15 dias”, promessas proferidas pelo seu porta-voz Gonçalino Cúrio. Segundo a autora, os parlamentares de oposição, “preocupados com a segurança dos agricultores” obtém do governador a promessa de acesso livre ao acampamento, que só foi conseguida a muito custo e negociação com a Brigada. Diz Eckert:

Apenas os deputados conseguiram ter acesso, porque os funcionários da SUPRA, líderes sindicais e reportagem fotográfica da *Última Hora*, sob a mira de metralhadoras receberam ordem para voltar a Porto Alegre. Segundo a *Última Hora*, o tenente que estava comandando a operação havia afirmado que as determinações proibindo o acesso da SUPRA ao local partira diretamente do governador Meneghetti. (ECKERT, 1984: 180)

Até o dia vinte de setembro, o *Correio do Povo* nada havia noticiado sobre o acampamento de Morro Alto e sobre a violência das forças repressivas do Estado, a não ser ao se referir aos debates parlamentares, ocorridos na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A esse respeito, tal como já referido em relação aos acampamentos de Nonoai, pode-se perceber certo alinhamento desse periódico com o governo do Estado. Como exemplo pode-se citar a notícia, intitulada “SUPRA contrária à formação de acampamentos”, publicada com base em nota do gabinete de imprensa do governo, sem referenciar sua fonte. Depois disso, o jornal, possivelmente, foi obrigado a abrir espaço para direito de resposta de Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA.¹³² De sua parte, mais uma

¹³¹ *Última Hora*, n.º 1098, Ano IV, 19/09/63, p.03.

¹³² Não sabemos se a nota do gabinete de imprensa do governo foi divulgada por outros órgãos de imprensa além dos analisados neste trabalho. A *Última Hora* apenas publica a resposta de Eliseu Torres, no entanto, é bem possível que ela tenha sido divulgada em outros periódicos da capital. Dessa forma, provavelmente, obrigando o *Correio do Povo* a publicar a carta enviada ao diretor do jornal pelo delegado regional da SUPRA, a fim de manter a credibilidade do jornal, como um órgão

vez, deve-se observar que o governo negou que a zona estivesse interditada pela Brigada Militar, que estava “no local para manter a ordem”. Segundo noticiou o *Correio*, o governador Meneghetti teria dito sobre o acampamento de Osório que

*já tomara tôdas as providências para prevenir qualquer movimento de agitação e que, com relação ao caso específico dos agricultores sem terra, estava equacionando medidas tendentes a resolver em definitivo seu problema, localizando-os em terras adequadas ao desenvolvimento de seu trabalho, o que não será tarefa impraticável tendo em vista o pequeno número dos elementos agrupados.*¹³³

A partir de sua manifestação, pode-se dizer que o governador esteve afeto as medidas tomadas na região, inclusive do impedimento de que técnicos da SUPRA ingressassem no acampamento, além de dirigentes sindicais e de jornalistas. Estas medidas, segundo ele, estariam no bojo dessas “providências para prevenir qualquer movimento de agitação”, uma vez que o órgão federal era visto pelo governo como seu epicentro. A esse respeito, Eliseu Torres chega a declarar que processaria Gonçalino Cúrio, se este não se retratasse da acusação de que o MASTER e a SUPRA eram órgãos comunistas de agitação¹³⁴. Além disso, mais uma vez o governador é taxativo ao prometer assentar os agricultores sem terras, afirmando que isso não seria difícil por conta do “pequeno número dos elementos agrupados”.

Tal promessa foi também reforçada por Israel Farrapo Machado, coordenador do IGRA, ao anunciar que o Instituto estaria iniciando, por determinação do governo, a identificação das áreas “reivindicadas pelos ‘sem terras’ de Osório, acampados há vários dias, aguardando decisão dos poderes competentes”. Depois desse trabalho concluído, o IGRA declararia a área como de “utilidade pública, para efeitos de desapropriação pelo Govêrno, e imediata imissão de posse”. Não obstante, ainda que essas terras de Osório fossem de fato declaradas de utilidade pública, sua desapropriação nunca se efetivou e as terras seguiram em disputas judiciais ao longo dos anos seguintes, durante a ditadura civil-militar, até ganhar seus contornos étnicos e a região de Morro Alto ser reconhecida

independente e imparcial, já que no dia anterior ele não havia informado que se tratava de uma nota do governo.

¹³³ *Correio do Povo*, n.º 296, Ano 68, 20/09/1963, p. 05.

¹³⁴ *ÚLTIMA HORA*, n.º 1079, Ano IV, 29/08/1963, p. 08.

como território de remanescentes de escravos.¹³⁵ Sobre os episódios do acampamento, segundo noticia o *Correio do Povo*, o coordenador do IGRA se manifesta dizendo

não ter ocorrido pròpriamente o intruzamento [sic] das terras, já que os agricultores (cerca de 200) *acamparam ao lado da faixa*. Afirmou também, *contrariando informações da SUPRA, não ter havido qualquer incidente de monta entre os agricultores e soldados da Brigada Militar*, adiantando, por outro lado, que o policiamento foi realmente severo, nas suas funções de resguardar as propriedades privadas envolvidas no movimento.¹³⁶

Em outras palavras, novamente o representante do governo negou as violências praticadas pelo aparato repressivo do Estado, embora justificasse que na defesa das propriedades privadas o policiamento teria sido “severo”; o curioso, neste caso, é que o próprio coordenador dizia que o acampamento estaria na beira da estrada, em terra pública, sem ocorrer uma efetiva intrusão de terras.¹³⁷

Já na segunda quinzena de outubro, algumas famílias¹³⁸ acamparam em terras da União, na localidade de Quebracho, na cidade de Bagé. Segundo a *Última Hora*, esse acampamento seria coordenado pelo presidente da “Associação dos Sem Terra”, João Abero, com auxílio da Frente de Mobilização Popular Pró-Reformas de Base. De acordo com o *Correio do Povo*, o líder dos acampados é apresentado como secretário da “Liga”, talvez, vinculando-o com as Ligas Camponesas. O jornal destacaria ainda que a terra do Quebracho teria sido arrendada pela União para Herminio Echevarria. A *Última Hora*, por sua vez destaca que as terras não estariam sendo aproveitadas “para fins agrícolas”, além de

¹³⁵ A esse respeito ver: BARCELOS; CHAGAS; FERNANDES; FUJIMOTO; MOREIRA; MÜLLER; VIANNA; WEIMER, 2004.

¹³⁶ *Correio do Povo*, n.º 299, Ano 68, 24/09/1963, p. 07.

¹³⁷ É importante destacar que, o caráter da região permitiria que o acampamento estivesse até mesmo em terras particulares com permissão dos proprietários, pois, conforme assinalaram os autores de *Comunidade Negra de Morro Alto*, os descendentes de escravos vislumbraram uma possibilidade na luta pela reforma agrária, por meio do MASTER e aproximação com o trabalhismo, de alcançar a regularização de suas terras, herdadas de seus ex senhores. A esse respeito, em alguns casos até mesmo sem ter conhecimento da referida herança, mas em outros casos, mesmo que poucos e de maneira irregular, eram proprietários pela tradição e ocupação. Fato que talvez explique as manifestações de apoio por parte de pequenos proprietários ao acampamento. BARCELOS; CHAGAS; FERNANDES; FUJIMOTO; MOREIRA; MÜLLER; VIANNA; WEIMER, 2004: 186-191.

¹³⁸ Para a *Última Hora*, apenas 8 famílias, já para o *Correio do Povo*, seriam numerosas famílias.

assinalar a presença de militares do Exército e Polícia que advertem os agricultores que não poderiam invadir as terras por se encontrarem arrendadas.¹³⁹

Dias após, o início do acampamento, Oscar Arejano Filho, funcionário da SUPRA, visitou o local para elaborar um parecer a João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência, denunciando que os agricultores teriam sido expulsos da localidade do Quebracho, por contingentes da Brigada Militar, comandados pelo delegado Deodato Coccaro, que os obrigou a “se instalarem junto a uma estrada próxima”. Contudo, diz ele, mesmo diante da intimidação dos brigadianos, os sem terra seguiam ali acampados.¹⁴⁰ Segundo Eckert, a atuação do Cel. Gonçalino, observador da Casa Militar do governo teria gerado uma manifestação do prefeito de Bagé, dizendo que o assunto não seria caso de polícia. Logo após a essa visita o Delegado Regional de Polícia teria desalojado os agricultores, como falamos acima, e movido um processo contra os camponeses e o presidente da Associação de Sem Terra de Bagé, “acusando-os de esbulho possessório. Este processo foi sustado com o apoio da SUPRA e da advogada da Associação dos Sem Terra”. Além disso, de acordo com a mesma autora, as terras em questão não poderiam estar arrendadas, pois elas já deveriam ter passado para o patrimônio da SUPRA. (ECKERT, 1984: 182-3).

Esses acontecimentos teriam sido noticiados pelo *Correio do Povo*, somente um mês após sua ocorrência, ainda assim sem muitos detalhes, dizendo apenas que o acampamento teria sido dissolvido por conta de ordem judicial e informando que Eliseu Torres era esperado em Bagé para estudar o “assunto surgido com a invasão de terras de Hermínio Echevarria, arrendadas à União”. Nessa matéria, o *Correio* destacaria que as terras tinham dono, sem mencionar seu caráter irregular e o fato de que não deveriam estar arrendadas.¹⁴¹ No final do mês de novembro, segundo a *Última Hora*, Torres entregaria ao governador Meneghetti, uma carta de João Pinheiro Neto, diretor geral da SUPRA, solicitando a “retirada do policiamento na gleba de Quebracho (Bagé)” ao que o governador teria prometido “atender o pedido imediatamente”.¹⁴²

No mês de dezembro, ainda em relação às terras do Quebracho, a SUPRA destinava um auxílio financeiro para os agricultores da localidade e anunciava que

¹³⁹ *Última Hora*, n.º 1127, Ano IV, 24/10/63, p.11; *Correio do Povo*, n.º 21 – Ano 69, 24/10/1963, p. 03.

¹⁴⁰ *Última Hora*, n.º 1132, Ano IV, 30/10/63, p.10.

¹⁴¹ *Correio do Povo*, n.º 45, Ano 69, 23/11/1963, p. 11.

¹⁴² *Última Hora*, n.º 1156, Ano IV, 30/11/63, p.09.

assentaria os agricultores de Bagé nas terras reivindicadas¹⁴³. Segundo Eckert, os trabalhos de instalação dos agricultores se iniciaram naquele mesmo mês. (ECKERT, 1984: 183-184) O problema, porém, persistia. Nesse sentido, dia vinte e quatro daquele mês o *Correio do Povo* publicou uma matéria intitulada “BAGÉ / VAI PARA JUSTIÇA A DISPUTA DE TERRA”, dizendo que o arrendatário estaria processando a Associação dos Sem Terra, mas sem dar efetivas informações a esse respeito. O jornal apenas noticia que um assessor de João Pinheiro, presidente da SUPRA, iria ao local a fim de estudar “o caso surgido entre a Associação dos Camponeses sem Terra, que é presidida pelo sr. João Bosco Abero e o sr. Hermínio Echevarria, arrendatário de uma fração de terra pertencente à União”, informando-o da situação. A matéria informa ainda que João Abero teria recebido um telegrama de Goulart, que já teria assinado um “decreto transferindo as terras do Quebracho para a SUPRA”, o que era visto como uma vitória pelos agricultores sem terra, um primeiro passo para assentá-los. A advogada do grupo, Élide Costa, declara à reportagem que a causa era vitoriosa pela assinatura do presidente, “adiantando também que não existe nenhum contrato entre o sr. Juvenal Echevarria¹⁴⁴ e a União.”¹⁴⁵

No caso em questão, o jornal *Correio do Povo* parece relativizar as determinações dadas pelo presidente da república, sugerindo que a questão do Quebracho ainda não estava resolvida. Ainda assim, ao contrário do que sugere o *Correio*, a *Última Hora* noticiou que em janeiro de 1964 as famílias que acamparam no Quebracho, começavam a empregar os recursos obtidos da União, “para construção de suas moradias naquelas terras, que, após levantamento que está sendo realizado serão divididas igualmente, calculando-se em 30 hectares para cada família”, afirmando ainda que em breve começariam o plantio.¹⁴⁶ Ou seja, o projeto de colonização do Quebracho já estava em andamento, o que reforçaria ainda mais o clima de radicalização social e política no Estado, inclusive mobilizando os ruralistas contra as “agitações” que seriam alimentadas pelo governo federal, segundo dizia.

¹⁴³ *Última Hora*, n.º 1161, Ano IV, 07/12/63, p.12; n.º 1162, 09/12/63, p.10. *Correio do Povo*, n.º 58, Ano 69, 08/12/1963, p. 27.

¹⁴⁴ Há uma confusão com os nomes na reportagem, mas pelo sobrenome acreditamos que esteja se referindo apenas ao Hermínio Echevarria, que aparece em outras reportagens como o arrendatário de parcela das terras do Quebracho, em Bagé.

¹⁴⁵ *Correio do Povo*, n.º 71, Ano 69, 24/12/1963, p. 03.

¹⁴⁶ *Última Hora*, n.º 1183, Ano IV, 03/01/64, p.12.

Nesse mesmo contexto, em janeiro de 1964, inicia-se a organização de um novo acampamento na cidade de Bagé, dessa vez visando a Fazenda Experimental Cinco Cruzes, também de propriedade da União. Segundo *Última Hora*, das trinta e nove quadras apenas dez¹⁴⁷ estariam sendo aproveitadas, o restante constituía o alvo das “mais de 80 famílias” que estavam organizando o acampamento. O novo presidente da Associação dos Sem Terra de Bagé, Magino Lucas, reuniu-se com o diretor da Fazenda, a fim de que este indicasse onde eles poderiam montar o acampamento. No entanto, “negando lhes as explicações solicitadas, o diretor da Fazenda pediu auxílio à Brigada Militar para impedir a ocupação”, o que teria motivado o cerco comandado pelo sargento Adelino Ferreira da Cruz, “prevendo-se o choque com a chegada dos ‘sem terra’”. Dias depois, o acampamento ainda estaria sendo organizado, mantendo-se o cerco no local, quando o referido sargento declarou que “os soldados que ali se encontram não têm condições de evitar acampamentos, mas sim para manter a ordem”. Na ocasião, teria havido um momento de negociação entre o governo federal e o MASTER de Bagé, com a SUPRA enviando para a delegacia regional do Ministério da Agricultura um “memorial reivindicando o aproveitamento da Fazenda Cinco Cruzes, [...], para um núcleo de colonização-modêlo e a transformação de parte da mesma em Escola de Agronomia e Veterinária”.¹⁴⁸ Pouco antes da ocupação, o *Correio do Povo*, chegara a afirmar que era infundada a notícia de que “agricultores sem terra de Bagé pretendiam invadir a ‘Fazenda Cinco Cruzes’”. De acordo com a reportagem, Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, teria questionado João Abero¹⁴⁹, o qual teria dito que a notícia não tinha fundamento e teria sido “feita com ‘objetivos políticos atendendo a interêsses da parte do chefe da referida Estação Experimental’”.¹⁵⁰

O acampamento, porém, concretizou-se no final de fevereiro de 1964, de acordo com Eckert, quarenta famílias de sem terras teriam acampado nas proximidades da Fazenda Cinco Cruzes. Mais uma vez, mesmo que o caso estivesse sendo estudado pelo Ministério da Agricultura, um forte contingente militar, composto pela Brigada Militar e Exército expulsou os agricultores da fazenda, sob a

¹⁴⁷ Em uma segunda matéria, esse número é reduzido para quatro apenas.

¹⁴⁸ *Última Hora*, n.º 1193, Ano IV, 15/01/64, p.05; n.º 1198, 21/01/64, p.14; n.º 1222, Ano V, 19/02/64, p.07.

¹⁴⁹ A matéria ainda situa este como presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra de Bagé, no entanto, pelo que vimos anteriormente este já havia transferido o cargo para Magino Lucas.

¹⁵⁰ *Correio do Povo*, n.º 94 - Ano 69, 22/01/1964, p. 09.

alegação de que não havia ordens de distribuir as terras, mesmo eles estando fora das terras. “No dia 8 de março, o Ministro decidiu pela entrega de 540 hectares da fazenda aos sem terra, divididos em glebas de 25 hectares, as quais, segundo o Delegado do Ministério da Agricultura do RS, seriam distribuídas em abril”. (ECKERT, 1984: 185-186) Sobre essa intervenção militar, e a articulação entre Exército e Brigada Militar, o jornal *Última Hora* assim se referiu:

À frente de um pelotão do Exército armado de mosquetões com baioneta calada, o próprio general Hugo Garrastazu, comandante da 3.^a Divisão de Cavalaria, expulsou sexta-feira as 30 famílias de camponeses sem terra que estavam acampadas no Passo da Morte, a 15 metros da Fazenda Experimental 5 Cruzes, neste Município. O comandante da 3.^a DC estava acompanhado, ainda, do coronel Osmar Mendes Paixão Côrtes, comandante do 3.^o RA Cav-75, e do major Fleury.¹⁵¹

Nesse mesmo período, por outro lado, Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA já havia também pedido o auxílio do Exército para garantir o trabalho da Superintendência, que vinha tendo seus funcionários barrados pela ação da Brigada Militar no Estado em diferentes acampamentos. A Radicalização e militarização dos conflitos, portanto, eram evidentes. Entretanto, ao contrário do que pretendia a SUPRA, o que vimos nesse acampamento foi a colaboração de alguns militares, do Exército, com as forças repressivas do Estado. O *Correio do Povo* tenta amenizar a ação do referido general, que segundo o jornal, teria apelado aos agricultores que voltassem as suas casas e que teria dado cinco mil cruzeiros aos camponeses ainda lhes prometendo transporte. Ainda assim, o jornal apresenta um relato interessante do deputado Justino Quintana (PTB), que classifica este ato como um “suborno”, pois ele “é presidente da Associação Rural, e portanto, ‘um representante dos latifundiários’”.¹⁵²

De todo modo, é importante destacar que o acampamento foi apenas transferido de local, sendo desmanchado depois da visita do ministro da agricultura a Bagé e aos acampados. Antes disso, todavia, o jornal *Correio do Povo*, noticia que o governador não admitiria invasões de terras por conta do decreto da SUPRA, embora o prefeito de Bagé já estivesse realizando o cadastro dos agricultores para

¹⁵¹ *Última Hora*, n.º 1232, Ano V, 02/03/64, p.03.

¹⁵² *Correio do Povo*, n.º 127, Ano 69, 01/03/1964, p. 48.

futuro assentamento na Fazenda Cinco Cruzes.¹⁵³ No dia oito de março, o ministro da agricultura, anunciou o loteamento de parte da Fazenda aos agricultores sem terra acampados na beira da estrada, atendendo parte das quarenta famílias que seriam contempladas, no prazo de trinta dias.¹⁵⁴ Muito embora essa e outras iniciativas do governo federal fossem a seguir barradas pelo golpe civil-militar de trinta e um de março, deve-se aqui apenas mencionar, que esse anúncio do ministro, segundo Rafael Lameira, gerou novas manifestações e protestos por parte dos ruralistas, que viram naquele anúncio uma tomada de posição do ministério em favor dos sem terras e contra a sua classe. (LAMEIRA, 2012: 142)¹⁵⁵

Deve-se ainda fazer referência a um outro acampamento ocorrido na cidade de Guaíba, em dezembro de 1963, onde cerca de oitenta famílias acamparam na Fazenda dos Pires, declarando que só sairiam de lá quando fossem atendidas suas reivindicações, encaminhadas ao governo no mês de julho. Neste mês, segundo Eckert, uma comissão do MASTER teria entregue um plano de ação a Meneghetti, que tinha sido solicitado pelo próprio governador, onde constavam os seguintes pedidos de desapropriação:

Tapes (50 mil ha); Camaquã (16 mil ha, fora 34 lotes já demarcados); Osório e Torres (52 mil ha); Rolante (20 mil ha); São Francisco de Paula (800 ha); Taquara (700 ha); Santo Antônio da Patrulha (50 mil ha); Guaíba (300 quadras); e Pelotas (450 quadras). (ECKERT, 1984: 220).

De acordo com essa autora, Meneghetti teria prometido aos agricultores “que seu ‘primeiro ato concreto sobre reforma agrária seria a desapropriação e distribuição de 50 mil ha de terra que reivindicam os camponeses da Fazenda Santo Antônio em Tapes”¹⁵⁶. Sobre o acampamento de Guaíba, Eckert diz ainda que o MASTER teria clamado pela solidariedade sindical e estudantil, no que foram atendidos com a doação de suprimentos, constituindo-se os estudantes como porta-

¹⁵³ *Correio do Povo*, n.º 131, Ano 69, 06/03/1964, p. 18 e 16.

¹⁵⁴ *Correio do Povo*, n.º 133 - Ano 69, 08/03/1964, p. 52.

¹⁵⁵ Lameira, afirma que logo após a estadia do ministro na cidade, a Associação Rural de Bagé aumenta ainda mais a mobilização ruralista contra a reforma agrária. A esse respeito ver: LAMEIRA, 2012. Tal informação é interessante de ser pensada com a última matéria do *Correio do Povo* aqui citada, pois nela aparece o envolvimento de um militar do Exército vinculado a FARSUL, o que provavelmente pode estar vinculada à prometida reação ruralista a possíveis invasões de terras por conta da assinatura do decreto da SUPRA, que estava em vias acontecer. Aliás, reação que é endossada pelo próprio governo do Estado, como já referenciado.

¹⁵⁶ Onde também ocorreria um acampamento, que em breve será tratado.

vozes dos sem terra com as forças policiais, diante do cerco que impedia a entrada de víveres. Sobre o cerco policial ao acampamento, diz o jornal *Última Hora*:

Com ordem de impedir o acesso ao acampamento, um pelotão (32 praças) da Brigada Militar está postado nas proximidades sob comando do capitão Clóvis Soares. Na madrugada de hoje com auxílio de guardas da Polícia Rodoviária, a Brigada passou a impedir o acesso de alimentos e, inclusive, folhas de zinco para cobrir as choupanas improvisadas.¹⁵⁷

Já o *Correio do Povo*, ao se referir a este mesmo acampamento, enfatiza a invasão de terras por “cerca de uma centena de famílias”, mas também a ação do governo:

Tendo conhecimento do fato, imediatamente as autoridades do Estado tomaram providencias. Foi enviado um forte contingente da Brigada Militar para ali, assim como, por determinação da chefia de Polícia, o delegado Olavo Fay Macedo, com as necessárias instruções para agir, em colaboração com o delegado de Guaíba, sr. Inácio Magalhães.¹⁵⁸

Além disso, ainda segundo o *Correio do Povo*, o líder do acampamento seria um “guarda-rodoviário” e que, na tarde em que se formou, teriam sido vistos no local “automóveis com chapas oficiais”¹⁵⁹. Nesse sentido, como sugere a matéria do *Correio* o acampamento seria não apenas uma afronta ao direito de propriedade, mas também estaria vinculado ao governo federal, o que seria visto como formas de agitação e de subversão da ordem. Tais questões, e o posicionamento desse periódico a seu respeito ficam ainda mais evidentes em outra matéria sobre a insegurança gerada pelos acampamentos e o caráter vacilante das informações oficiais. Segundo o *Correio do Povo*, Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, não sabia ao certo da situação legal das terras e que aguardava um relatório de técnicos da Superintendência, porém este científica que as terras “já não mais são de terceiros, e sim de quartos”, devido aos arrendamentos, subarrendamentos e locações. Torres afirma ainda que ao que estaria informado, “a legítima proprietária, que é viúva de rendimento”. A matéria apresenta Torres vacilante em suas informações, sendo recebida de terceiros e, contraditoriamente, em um primeiro

¹⁵⁷ *Última Hora*, n.º 1166, Ano IV, 12/12/63, p.17.

¹⁵⁸ *Correio do Povo*, n.º 60, Ano 69, 11/12/1963, p. 20.

¹⁵⁹ *Correio do Povo*, n.º 60, Ano 69, 11/12/1963, p. 20.

momento nada sabe, depois apresenta a situação das terras. Em seguida, em grande destaque de “esclarecimentos” apresenta dois arrendatários das terras, Luiz Máximo Garcia e Salvador Arieta Sobrinho, que apontam a viúva Iracema Possada Pires como proprietária de apenas duas quadras, das trezentas quadras de sesmaria, sendo vinte por cento dela cultivada com “mais de uma centena de trabalhadores”. Garcia ao “analisar os prejuízos” da invasão, frisa “a situação difícil surgida para o término do plantio de arroz, pois pelo menos cinco de seus empregados incorporaram-se ao movimento”¹⁶⁰.

Sobre a situação dos agricultores, apesar das reivindicações do MASTER ao governador, Eckert diz que eles foram despejados judicialmente no dia 23 de dezembro. Em suas palavras, a autora assim se refere a esse fato:

o que provocou surpresa e revolta porque o Governador havia prometido para uma comissão de líderes estudantis que desapropriaria a gleba em favor dos sem terra, autorizando de imediato o início dos cultivos. Os agricultores acusaram o IGRA de ter provocado o despejo, fornecendo aos arrendatários da fazenda dos Pires a relação nominal de cada um deles, obtida pelo IGRA graças ao artifício de fazer o levantamento das necessidades de cada um dos acampados. (ECKERT, 1984: 184-185)

Sobre esse mesmo acontecimento, a *Última Hora*, diz que os camponeses tinham sido efetivamente despejados, transferindo-se “para um corredor, às margens da BR2”, “onde aguardarão o cumprimento das promessas do governador Ildo Meneghetti”, que havia anunciado a desapropriação da Fazenda dos Pires.¹⁶¹ Mais uma vez o governo, portanto, apesar das promessas do chefe do executivo estadual em torno dos acampamentos, sua atitude foi de mera repressão e dissolução da concentração dos agricultores sem terra também em Guaíba. Nessa perspectiva, também a atuação do IGRA teria sido em benefício do processo judicial de despejo e não em favor do assentamento dos agricultores sem terra. Ainda em meados de janeiro, segundo dois editoriais do *Correio do Povo*, Eliseu Torres, delegado da SUPRA, estaria enviando gêneros para os sem terras que teriam permanecido na estrada acampados, após a expulsão da Fazenda dos Pires. Na segunda publicação, Torres teria visitado o local, onde teria apelado aos agricultores que aguardassem a assinatura do decreto da SUPRA, pois isto atenderia os

¹⁶⁰ *Correio do Povo*, n.º 61, Ano 69, 12/12/1963, p. 09.

¹⁶¹ *Última Hora*, n.º 1178, Ano IV, 27/12/63, p.07.

problemas deles e que solicitaria ao governo do Estado para que o DOPS devolvesse o equipamento de trabalho que lhes fora confiscado.¹⁶²

Em janeiro de 1964, forma-se um novo acampamento em áreas desapropriadas e não aproveitadas do Banhado do Colégio, em Camaquã.¹⁶³ Nesse caso, deve-se observar que essa ocupação ocorreu próximo o aniversário da colônia criada pelo ex-governador Brizola, com quem os agricultores manifestavam forte identificação.¹⁶⁴ Além disso, cabe destacar que já nos meses anteriores vinham ocorrendo ameaças de acampamentos na região, devido a não distribuição das terras pelo governo.¹⁶⁵ Antes desse acampamento de janeiro, segundo noticiou a *Última Hora*, houve denúncias de agricultores da região de que o IGRA estaria entregando glebas de terra aos seus antigos proprietários:

BASEADA em levantamento realizado por conta própria, comissão de agricultores do Banhado do Colégio fez entrega, ontem, a UH, da lista de lotes que a atual administração do IGRA entregou aos fazendeiros da região, em prejuízo dos camponeses que pretendem terra para trabalhar. De acôrdo com os dados que compõem o levantamento a seguinte área desapropriada foi presenteada aos latifundiários, por ordem do IGRA: lotes 36 a 40 do núcleo 3 ao fazendeiro Ney Azambuja; lotes 21, 30 a 35 do mesmo núcleo, ao fazendeiro José Olavo Fay, lotes 28 a 31 do núcleo 4, ao fazendeiro Dorival Ribeiro.

PREJUÍZO

Paralelamente, o IGRA permitiu que fosse construído no Banhado do Colégio uma represa destinada a favorecer o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra obra que prejudicará os lotes 14 a 18-A e 19 a 23-A e 24 do núcleo 2, causando danos, também aos lotes 78 a

¹⁶² *Correio do Povo*, n.º 77, Ano 69, 01/01/1964, p. 04; n.º 80, 05/01/1964, p. 04. É interessante aqui apenas destacar a presença do DOPS, pois este já apareceu em outras concentrações de agricultores sem terra realizando prisões e atuando nas mesmas, assim como já referenciado no caso de ameaça de acampamento em Camaquã. Em breve outras questões a esse respeito serão exploradas.

¹⁶³ Aqui é necessário recuar um pouco, uma vez que os camponeses do núcleo, segundo o jornal *Última Hora*, vinham alegando que desde que assumiu a nova direção do IGRA as distribuições de terra não estavam sendo realizadas, assim como outras providências de auxílio. (*ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1113, 08/10/1963, p. 05) Um mês após essas acusações, o IGRA inicia distribuição de títulos-provisórios, no qual se impõem algumas determinações: "A fim de salvaguardar a *coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo que deverão informar as relações dos agricultores*, dentro do núcleo colonial é expressamente proibido: a) reuniões e comícios públicos de *caráter político-partidário*; b) *movimentos ou reuniões públicas de caráter reivindicatórios*, principalmente com a participação de elementos estranhos ao Núcleo' – E, a seguir, em outra cláusula, o IGRA sanciona qualquer falta regulamentar com a exclusão dos agricultores do núcleo colonial, por simples decisão do Presidente do IGRA!..." (*ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1146, 19/11/1963, p. 06) [grifos meu]

¹⁶⁴ A comemoração dessa data foi, pelo que se depreende da *Última Hora*, um verdadeiro comício com a presença do ex-governador e funcionários e dirigentes da SUPRA, sendo que autoridades estaduais não se fizeram presentes, talvez, nem tenham sido convidadas. *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1161, 07/12/1963.

¹⁶⁵ *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1055, 01/08/1963, p. 05.

82_A e 83 a 87_A do núcleo 1 a 7, ainda por autorização do IGRA, estão em poder dos irmãos Andreotti, também latifundiários.¹⁶⁶

Além disso, outra acusação dos agricultores era que o IGRA estaria realizando obras que favoreciam “o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra” e não aos assentados. Após essas denúncias e o início do acampamento, Fernando Gonçalves, coordenador-chefe do IGRA naquele período, anunciou que iria denunciar a gestão passada por não ter procedido dentro da legalidade em relação às desapropriações do Banhado do Colégio, o que teria reduzido a área de dezenove mil para sete mil hectares¹⁶⁷.

Sobre os conflitos do Banhado do Colégio, Eckert diz que estes giravam em torno do ex-governador Brizola, devido à ligação deste com os colonos da região e esse teria sido o motivo dos títulos provisórios. Segundo a autora, Brizola conseguia “arregimentar forças políticas até de fora do estado” em apoio aos agricultores o que teria motivado algumas tímidas intervenções da SUPRA na região, além dos agricultores solicitarem que a colônia fosse transferida para esfera de responsabilidade deste órgão federal. Além disso, Eckert sinaliza que, mesmo com o reconhecimento da legalidade da desapropriação não houve novas distribuições de terras. (ECKERT, 1984: 204-205) A esse mesmo respeito, Marluza Harres, diz que havia problemas de demarcação dos lotes, o que abriu “margem para novos entendimentos com os proprietários, ocorrendo troca de áreas”. Conforme Harres, parte dos agricultores já assentados ainda mantiveram-se na luta pela Reforma Agrária, principalmente, em torno dos que deveriam estar recebendo terras naquele núcleo. Em consequência disso, por meio de funcionários da administração do Banhado, o IGRA deflagrou perseguição aberta aos líderes da associação, vinculada ao MASTER. Por conseguinte, além de não estar realizando as distribuições dos lotes aos sem terra, muitos deles estavam voltando aos seus antigos proprietários. Já as associações de agricultores sem terra que na gestão de Brizola haviam sido consideradas de utilidade pública estavam sendo agora perseguidas pelo próprio IGRA desarticulando-as. Ocorrências como esta geravam um clima de tensão na região, somadas as intimidações policiais, que segundo Harres, se tornaram uma constante inclusive com agressões físicas. Ainda de acordo com essa autora, a

¹⁶⁶ *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1179, 28/12/1963, p. 05.

¹⁶⁷ *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1218, 14/02/1963, p. 04.

partir de novembro de 1963, o núcleo estava sob um regulamento coercitivo, que em diversos dos seus artigos abria a possibilidade de expulsão, promovendo uma instabilidade relacionada à permanência dos assentados. (HARRES, 2002: 335-337, 339-340, 349-358)

Este conjunto de elementos teria motivado a formação do acampamento em janeiro de 1964, quando, segundo a *Última Hora*, 30 famílias teriam ocupado parte das áreas não aproveitadas e já desapropriadas pelo governo anterior. Assim como nos demais acampamentos, também no Banhado do Colégio aparece a figura do cel. Gonçalino Cúrio, “por determinação do governador Ildo Meneghetti e por solicitação do delegado regional de Camaquã, estêve durante a madrugada de ontem no Banhado organizando um dispositivo policial que mantenha os ‘sem terra’ à distância”. Segundo o jornal a sua ação ficou marcada “por ameaças de expulsão dos camponeses, e pela implantação de um clima de terror”. Além disso, novamente, percebemos elementos do poder executivo efetivando promessas que não seriam cumpridas. Dessa vez, coube esse papel a Ezelino Arteche, diretor-geral da Secretária de Agricultura, que reconhece “a justeza da pretensão dos camponeses” e anuncia que técnicos do IGRA iriam ao local “a fim de dizerem quais as terras que podem ser entregues, imediatamente, aos necessitados.”¹⁶⁸ Reforçando essa promessa, Israel Farrapo Machado¹⁶⁹, coordenador geral do IGRA, afirma ter tomado providências “no sentido de verificar as condições reais dos intrusos, com vistas ao seu aproveitamento em algumas das colônias do IGRA”. Ainda assim, ao ser entrevistado pelo *Correio do Povo*, Machado afirma que “o movimento foi bastante reduzido” e que os agricultores “decidiram intrusar as referidas Terras, em gleba que está em processo de desapropriação”.¹⁷⁰ A esse respeito, segundo informa Marluza Harres, havia entre fins de 1963 e meados de 1964, um grande temor por parte da administração do núcleo, por conta da pressão dos assentados pela retomada das distribuições de lotes. (HARRES, 2002: 339-340) Nesse sentido, a autora cita uma correspondência de Ercy de Paula Bubern ao “Sargento Comandante do Pôsto de Policiamento Banhado do Colégio”, onde o administrador do núcleo, informa que famílias de agricultores “oriundas de todos os recantos do município de Camaquã e outros municípios” estariam “intrusando as

¹⁶⁸ *Última Hora*, n.º 1184, Ano IV, 04/01/64, p.03.

¹⁶⁹ Que em breve seria substituído por Fernando Gonçalves na diretoria do IGRA.

¹⁷⁰ *Correio do Povo*, n.º 79, Ano 69, 04/01/1964, p. 03.

terras desapropriadas pelo Estado e ainda não distribuídas”.¹⁷¹ Sobre esse confronto, ainda que o acampamento tenha sido reduzido, como sugere Israel Farrapo Machado, deve-se destacar neste caso a existência de uma administração empenhada em evitar a ocupação dos lotes com um policiamento constante, o que teria gerado uma série de agressões físicas aos assentados, possivelmente contribuindo para que o acampamento não tivesse nesse momento o mesmo alcance e repercussão que outros, como o de Nonoai, por exemplo.

A seguir, em fevereiro de 1964, formou-se um novo acampamento em Tapes, como reação ao não cumprimento de promessa anterior do governador de desapropriar a Fazenda Santo Antônio para fins de reforma agrária. Esta localidade, com área de cinquenta mil hectares, tinha apenas dezessete mil ocupados por arrendatários, com cerca de oitocentas a mil pessoas ocupando a referida Fazenda. Segundo Eckert, no mesmo dia da ocupação, já havia na região cerca de “sessenta soldados da Brigada Militar”. (ECKERT, 1984: 186). A esse respeito, diz o jornal *Última Hora*:

PELOTAS, 22 (UH) – transportados em caminhões e camionetas dos próprios fazendeiros, 40 soldados da Brigada Militar, pertencentes ao Batalhão Policial aqui sediado, seguiram ontem para Tapes, onde, segundo denúncias dos proprietários da gleba 400 camponeses sem terra ameaçam invadir a Fazenda Santo Antônio naquele município.

[...]

Às 14 horas de ontem, ainda em veículos dos donos das terras, seguiu mais um reforço de 20 homens da Brigada fortemente armados.¹⁷²

A partir dessa citação, pode-se perceber claramente a cooperação entre ruralistas e força policial no combate ao movimento dos sem terra, em um contexto de forte radicalização política, onde a FARSUL havia manifestado que reagiria de qualquer forma contra as invasões e que auxiliaria o governo na repressão a estes intentos, “subversivos”, como diziam. De acordo com a mesma reportagem, a Brigada Militar, nesse contexto, teria informado que, iria defender “os fazendeiros contra ação dos camponeses”.¹⁷³

Mais uma vez, segundo Córdula Eckert, o Cel. Gonçalo Cúrio e o chefe da Polícia Civil, Armando Prates, impuseram aos agricultores a tática de fome, barrando

¹⁷¹ Correspondência do funcionário Ercy de Paula Gubert em 31 de janeiro de 1964. Apud.: HARRES, 2002, p. 340.

¹⁷² *Última Hora*, n.º 1225, Ano V, 22/02/64, UH, p.03.

¹⁷³ *Última Hora*, n.º 1225, Ano V, 22/02/64, p.03.

a entrada de líderes sindicais, estudantes, dirigentes do MASTER e funcionários da SUPRA, assim impedindo a entrada de qualquer auxílio e alimento aos acampados. O delegado Artur Flores Pinto, declararia que, cumprindo ordens do cel. Gonçalves: “Ninguém entra na Fazenda Santo Antônio. Nem jornalista, nem deputado, nem ninguém”.¹⁷⁴ Tal postura, por outro lado, leva Eliseu Torres, delegado regional da SUPRA, a solicitar o auxílio do III Exército, no que já teria sido garantido pelo presidente Goulart durante estada em São Borja, em outubro, conforme informa o jornal *Última Hora*¹⁷⁵. Ao mesmo tempo, em que ocorre a citada repressão policial na Fazenda Santo Antônio, uma empresa arrendatária de parte da propriedade, teria entrado com mandado de segurança sendo logo enviado para o local mais dois caminhões com soldados da Brigada Militar. Segundo Eckert, “a decisão judicial foi dificultada devido à confusa situação das terras, uma vez que existiam recursos pendentes há mais de 20 anos, pois vários fazendeiros diziam-se donos do imenso latifúndio de 52 mil hectares”. Dentre as ações repressivas, a polícia abriu até mesmo valetas para desviar a água do acampamento e obrigar os camponeses a abandonar o local. Além disso, todas as noites estes eram acordados com tiros de metralhadoras, aumentando a tensão, das cerca de mil pessoas que acamparam no dia vinte e um, cerca de “80 já tinham se retirados no dia 25 e os que ficaram começaram a ser fichados como comunistas pelo DOPS”. (ECKERT, 1984: 186-187)

O *Correio do Povo* ao tratar sobre este acampamento, citou informações do Cel. Orlando Pacheco, chefe da Casa Militar do Estado, segundo o qual, “o Governo já adotou as providências que se impunha [sic], fazendo deslocar elementos da Brigada Militar para aquele local”, aguardando a decisão judicial “da ação intentada pelo fazendeiro prejudicado, o qual pede a expulsão pura e simples dos intrusos.” Ainda de acordo com este Coronel, a polícia só agiria de posse da decisão judicial e que a Secretária da Segurança e o IGRA estariam a par da situação e “prontos para qualquer emergência. Foram adotadas medidas para que o movimento não se alastre, mas sem violência, pois o Governo quer resolver a situação pacificamente, aduziu o chefe da Casa Militar”.¹⁷⁶

Esse acampamento, contou também com a solidariedade de sindicatos e estudantes, além de outros setores sociais que, segundo a *Última Hora*, constituíram

¹⁷⁴ *Última Hora*, n.º 1227, Ano V, 25/03/64, p.03 e 17.

¹⁷⁵ *Última Hora*, n.º 1228, Ano V, 26/03/64, p.01.

¹⁷⁶ *Correio do Povo*, n.º 122, Ano 69, 25/02/1964. p. 20.

uma comissão que se dirigiu ao encontro do governador em Canela¹⁷⁷, onde se encontrava em sua residência oficial. A esse respeito diz Eckert:

Frente à repressão, além do apoio de entidades sindicais, estudantis e da Frente de Mobilização Popular, foi realizado um comício de apoio e formou-se uma comissão a fim de interceder junto ao governador Meneghetti. Esse encontro ocorreu em Canela e, na ocasião, **o Governador afirmou só ter tido conhecimento dos fatos através de um programa de televisão.** (ECKERT, 1984: 188-189)

O governador, portanto, tenta se desvincular das atitudes tomadas pelo aparato repressivo do seu governo, ainda que a Brigada Militar estivesse sob o seu comando direto e que o Cel. Orlando Pacheco tenha declarado ao *Correio do Povo* ter estado em Canela “com êle despachando e resolvendo assuntos de importância para a administração estadual”. Segundo o jornal *Última Hora*, o IGRA estava sendo omissos em relação ao acampamento, alegando que Fernando Gonçalves, o então coordenador geral do Instituto, teria afirmado que nada sabia a seu respeito, porque ainda não tinha recebido o relatório dos funcionários que havia enviado para o local.¹⁷⁸ No mesmo dia dessa publicação e da dissolução do acampamento, o *Correio do Povo* noticia que Milton Coelho de Souza e Pedro Beck, ambos do IGRA, mais um representante da secretaria do trabalho iriam pessoalmente ao local e que, “Fernando Gonçalves, já de posse de dados coligidos por aquela comissão, iniciará as providências para pôr termo à invasão, solucionando, à medida das possibilidades do Instituto, os problemas dos sem terra de Tapes.”¹⁷⁹ Ou seja, o IGRA teria se feito presente ao acampamento apenas no dia de sua dissolução, com a preocupação justamente de terminar com ele, ainda que promettesse resolver a situação dos agricultores sem terra. Nesse sentido, por exemplo, Gonçalves anunciou ter se reunido com o governador para tratar do caso da Fazenda Santo Antônio, ficando decidido que o advogado do Instituto iria a Tapes para efetuar um levantamento da situação do imóvel, a fim de estudar a possibilidade do Estado desapropriá-la ou comprá-la.¹⁸⁰

¹⁷⁷ *Última Hora*, n.º 1228, Ano V, 26/03/64, p.13.

¹⁷⁸ *Última Hora*, n.º 1228, Ano V, 26/03/64, p.01.

¹⁷⁹ *Correio do Povo*, n.º 123, Ano 69, 26/02/1964, p. 07.

¹⁸⁰ *Última Hora*, n.º 1229, Ano V, 27/02/64, p.03.

Deve-se observar, entretanto, que essa última promessa do governo em relação às terras de Tapes, somente foi feita após a dissolução do acampamento. Por outro lado, segundo a *Última Hora*, os sem terra teriam acatado a determinação do juiz de aguardar um possível acordo entre a SUPRA e a família proprietária. Pela determinação judicial, “se a mediação acusar a posse indevida de alguma área, a SUPRA dela se apossará distribuindo-a, posteriormente, aos sem terra.”¹⁸¹

Assim como no acampamento de Guaíba, também no caso de Tapes ocorre em meio a grande efervescência causada pelo decreto da SUPRA. Enquanto, o governador tenta se desvincular das práticas repressivas, o seu recém nomeado secretário de segurança, Poty Medeiros (UDN), disse em entrevista ao *Correio do Povo* que “foi solucionado o problema criado em torno da invasão da fazenda Santo Antônio, em Tapes”:

“Conforme comunicação que recebi do sr. Armando Prates Dias [UDN], chefe de Polícia, que determinei seguisse para Tapes, a fim de ‘in-loco’, adotar providências reclamadas em face da invasão de mais de 200 pessoas, na Fazenda Santo Antônio, voltou à normalidade aquele município”¹⁸²

A seguir, demonstrando confiança no seu correligionário de partido, Medeiros afirma ainda que:

as ações policiais se processaram em plena harmonia com os contingentes da Brigada Militar e autoridades locais, *visando garantir direitos legítimos*, assegurando a ordem e a tranquilidade públicas, com medidas aconselhadas pelas circunstâncias e julgadas necessárias pelos responsáveis na execução do serviço de policiamento.¹⁸³

Poty Medeiros justifica ainda as medidas adotadas pelo governo, que havia reconhecido “o mandato de manutenção de posse em favor dos proprietários”, conforme lhe foi informado pelo Delegado de Polícia local. Ainda na matéria é transcrito dois telegramas. Deve-se ainda citar o telegrama do secretário Medeiros à Associação Rural de Tapes, conforme transcrição do *Correio do Povo*:

¹⁸¹ *Última Hora*, n.º 1229, Ano V, 27/02/64, p.03.

¹⁸² *Correio do Povo*, n.º 124, Ano 69, 27/02/1964, p. 03.

¹⁸³ *Correio do Povo*, n.º 124, Ano 69, 27/02/1964, p. 03.

Senhores [...]; presidente, tesoureiro e secretário da Associação Rural de Tapes: Em nome do Excelentíssimo Governador, *agradeço honroso telegrama que lhe foi endereçado, comunicando tôdas as providências que vem sendo tomadas no sentido de assegurar a ordem e a tranquilidade públicas e as garantias aos cidadãos rio-grandenses, inclusive os legítimos direitos de proprietários rurais na forma da lei e consoante normas constitucionais vigentes.* Em face de mensagens de vossas senhorias que mereceram melhor atenção e para as medidas que se tornarem necessárias, informo que determinei que seguisse urgente para êsse município o sr. Armando Prates Dias, Chefe de Polícia.¹⁸⁴

Pode-se inferir de tal telegrama, que essa entidade ruralista havia auxiliado diretamente o governo do Estado nas providências por este adotadas em relação ao acampamento de Tapes. Nesse caso, não fica claro que tipo de auxílio teria havido, mas como vimos, no acampamento de Guaíba, este teria sido no transporte das milícias da Brigada para o local, dado que a FARSUL manifestara que reagiria de qualquer forma contra as invasões de terras. Sobre esse acampamento, tendo por base o depoimento do primeiro secretário do MASTER, Eckert diz que:

esta fazenda Santo Antônio 'é uma terra de ninguém', pois 'dos 50 mil ha apenas 17 mil estão ocupados por arrendatários poderosos há mais de 20 anos'. Os arrendatários não só ocupavam a área de 17 mil ha, como também a outra fração, despejando os camponeses que lá residiam e trabalhavam, incluindo vários herdeiros legítimos. Os herdeiros espoliados estavam integrados na Associação dos Sem Terra de Tapes e propunham a imediata desapropriação e distribuição das terras sem reivindicarem nada de especial, a não ser uma área para trabalhar em igualdade de condições com os demais camponeses. O que se pretende chamar a atenção é que um dos herdeiros espoliados era o presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra. (ECKERT, 1984: 189-190)¹⁸⁵

Por fim, deve-se ainda fazer referência ao acampamento formado em Canoas, após uma ação do DOPS que impedira cerca de quatrocentas famílias de agricultores sem terra de seguir para Encruzilhada do Sul, onde tomariam posse como herdeiros da Fazenda Dom Feliciano, na segunda quinzena de fevereiro. De acordo com a *Última Hora*, líderes dos sem terras e do Sindicato de Canoas teriam sido presos na ação do DOPS. Devido a essa ocorrência os agricultores montaram acampamento em frente à Associação dos Sem Terras de Canoas, onde se

¹⁸⁴ *Correio do Povo*, n.º 124, Ano 69, 27/02/1964, p. 03.

¹⁸⁵ A autora ainda lembra que, também no caso da Fazenda Itapuí, da qual um dos proprietários era o governador, havia herdeiros envolvidos no movimento. O fato de haver herdeiros envolvidos no movimento indica que as disputas pela Fazenda Santo Antônio são bem anteriores ao acampamento, o que talvez reforce a hipótese de entrosamento ruralista com o governo na repressão a ele.

encontravam sitiados pelo DOPS, com objetivo que fosse devolvido o veículo que lhes transportava “e soltas as lideranças camponesas”.¹⁸⁶ No mesmo dia dessa publicação, o *Correio do Povo*, em matéria intitulada “Movimento dos ‘sem terra’ embargado pela Brigada”, noticia o encontro de uma comissão desses agricultores com Fernando Gonçalves, coordenador do IGRA, reclamando que haviam sido impedidos de seguir viagem “embargado pela milícia estadual”. Diante da denúncia, segundo o periódico, Gonçalves “procurou um contato com o chefe de Polícia, sr. Armando Prates Dias, a fim de inteirar-se da extensão do movimento e tratar de medidas que trouxessem solução ao problema e para proteger os interesses dos agricultores”, ficando acertado um novo encontro com os agricultores. Gonçalves, ainda teria manifestado que não cabia ao IGRA “o policiamento e medidas de repressão”, dessa forma colocando que nada sabia do assunto. Além disso, solicita que os agricultores se dispersassem, o que não teria sido atendido, e que solicitaria auxílio do Instituto dos Advogados do Estado para receber sugestões de como proceder juridicamente.¹⁸⁷

No novo encontro entre agricultores e Fernando Gonçalves, este propõe a formação de uma comissão com “representantes dos ‘Sem Terra’, do IGRA, da SUPRA e da Secretária do Trabalho e Habitação” para “estudar o aspecto jurídico do problema”. Os agricultores sem terra, no entanto, rejeitam a proposta. O advogado deles repete o protesto contra ação policial e demonstra a autorização que possuíam para ocupar as terras herdadas de Gertrudes Xavier de Oliveira. “Acentuou que a polícia apreendera o ônibus em que viajavam os agricultores e que estes continuam acampados em Canoas, sofrendo tôda a sorte de dificuldades.” De parte do governo, Gonçalves busca deslegitimar o movimento, como se os agricultores fossem invadir a propriedade: “Explicou aos presentes a ‘invasão não é a forma de entrar na posse de um imóvel e que era necessário um ato jurídico para isso.” Além disso, afirma que não estava conseguindo fazer contato com Armando Prates, mas independente dos agricultores terem aceitado o acordo ele formaria uma comissão para apurar o assunto e que técnicos do IGRA iriam a Encruzilhada do Sul.¹⁸⁸

¹⁸⁶ *Última Hora*, n.º 1223, Ano V, 20/02/64, UH, p.07.

¹⁸⁷ *Correio do Povo*, n.º 118, Ano 69, 20/02/1964, p. 03.

¹⁸⁸ *Correio do Povo*, n.º 119, Ano 69, 21/02/1964, p. 03.

A *Última Hora*, por seu turno publica que os agricultores haviam rejeitado o acordo, sem entrar em detalhes. Segundo a matéria, uma reunião “de diferentes grupos sindicais” manifestou o repúdio à ação repressiva do Estado e criticou o IGRA por sua omissão, o qual teria inicialmente declarado que nada sabia e depois “admitiu que a ordem havia partido do próprio governador do Estado”¹⁸⁹. Embora houvesse a rejeição da proposta, segundo o *Correio do Povo*, o MASTER de Canoas teria enviado um representante para comissão formada pelo governo para “verificar a situação jurídica do caso”. Afirma ainda que, “os agricultores permanecem concentrados em Canoas, esperando, pacificamente, por uma solução”, diferente do jornal de Wainer que nada fala sobre os camponeses estarem já acampados¹⁹⁰. É interessante observar nessa matéria do *Correio* ocorre uma espécie de desencorajamento aos agricultores de tomarem a posse das terras e, no que diz respeito à ação policial, esta é amenizada e justificada. Tal desencorajamento transparece nas declarações do prefeito de Canoas, Hugo Lagranha, argumentando que se tratam de “trabalhadores pacatos e que não representam ameaça à paz social”, o prefeito, porém, lamenta que eles queiram se instalar nas terras que lhes foram doadas, “sem quaisquer recursos, levando mulheres e filhos.” Sobre o ônibus, Lagranha afirma que ele fora impedido de seguir por falta de autorização para viagem intermunicipal do DAER, que, segundo a matéria, teria sido confirmado pelos dirigentes do MASTER. O prefeito ainda nega que tenham ocorrido prisões, o que teria acontecido, segundo ele, é “que os passageiros do coletivo compareceram à Delegacia de Polícia e informaram as razões da viagem. Ninguém foi detido e nem as autoridades praticaram qualquer ato arbitrário.”¹⁹¹

Na sequência dessa mesma matéria, camponeses declaram, assim como já haviam declarado à *Última Hora*, que todas as autoridades haviam sido avisadas sobre a doação de terras da fazenda Dom Feliciano e que se instalariam no local, “frisando que não se tratava de uma invasão”. Uma passagem é curiosa por

¹⁸⁹ *Última Hora*, n.º 1224, Ano V, 21/02/64, p.02.

¹⁹⁰ O que leva Eckert, a atribuir a formação do acampamento apenas em março, no dia 05, no entanto, pelo que pudemos perceber este se deu desde o início do incidente com a Polícia.

¹⁹¹ Se foram presos ou não, acreditamos que isso não é relevante, o fato é que eles foram fichados e identificados, assim como ocorrerá em Tapes conforme apontado na página 82, quando os agricultores foram fichados como comunistas por policiais da DOPS. Tais registros policiais possivelmente podem ter sido úteis dentro da lógica de limpeza social e política do pós golpe e, até mesmo, na garantia dele, já que estes seriam possíveis resistentes a ele. Seja como for, a atitude policial foi de repressão e política.

transparecer o referido desencorajamento, por parte de autoridades conforme citado acima:

Acrescentaram que bem compreendem a posição do govêrno, querendo retê-los em Canoas, preocupado, talvez, com as condições do local em que vão se estabelecer. Entretanto, estão dispostos a correr o risco, por entenderem que, em qualquer circunstância, estarão melhor do que em Canoas e nas localidades vizinhas.¹⁹²

Ou seja, em um aparente alinhamento com a referida postura de desencorajar os agricultores, o jornal com essa passagem, tenta inverter a situação, por meio de supostas declarações dos herdeiros, dentro dessa lógica o governo não estaria sendo repressivo, mas estava preocupado com as condições do local. O *Correio do Povo* fecha a matéria afirmando que a concentração segue pacífica sem causar transtornos à polícia, “que vigiam à distância, mas sem interferir.” No dia 25, o jornal publicaria o parecer do IGRA, oriundo da anunciada comissão, de acordo com dois técnicos do Instituto, que declaram que estariam as “áreas completamente habitadas, sem possibilidade de serem transferidas a agricultores sem terra”. Tal parecer impossibilitava a ocupação da fazenda pelas famílias sem terra pretendentes. Milton Campos, um dos técnicos do IGRA que esteve em Encruzilhada do Sul, entrevistado pelo *Correio do Povo* afirma:

a) – existe uma herança muito antiga; b) – já foram realizados dois inventários sôbre esta partilha e um terceiro iniciado mas não concluído; c) – parte da região já foi a hasta pública, por falta de pagamento de impostos; d) há mais de 146 herdeiros e a terra doada por um dos herdeiros de fato e juridicamente lhe pertence, mas estão sendo aproveitadas por quatro irmãos dêste, cabendo, portando, como é óbvio, 6 hectares para cada um.¹⁹³

O técnico do IGRA, portanto, reconhece que as terras foram doadas aos agricultores por um dos herdeiros, mas não garante o direito desses seguirem para o local porque estariam ocupadas por irmãos do doador. Isso soa um tanto estranho, no entanto, o que de fato se efetiva é que ao invés do IGRA auxiliar os sem terra na tomada da posse das terras que lhes foram doadas ou herdadas, ele impede o acesso à terra, enquanto deveria fazer o contrário. Eckert, ao falar dessa situação, afirma que os agricultores “receberam uma propriedade, inclusive com os títulos

¹⁹² *Correio do Povo*, n.º 120, Ano 69, 22/02/1964, p. 03.

¹⁹³ *Correio do Povo*, n.º 122, Ano 69, 25/02/1964, p. 03.

devidos”. (ECKERT, 1984: 190) Ocorrência que coloca ainda mais em suspeição as declarações do IGRA. A *Última Hora* ao publicar a decisão do IGRA, difere apenas quanto ao número de doadores que teria sido divulgado pelo IGRA, apontando que seis herdeiros haviam doado as terras.¹⁹⁴ Seja como for, após esse episódio o *Correio do Povo* nada mais publica sobre o assunto, por outro lado o jornal deixou indicado que os agricultores seguiam concentrados em Canoas, logo, acredita-se que o novo acampamento divulgado, pela *Última Hora*, no início de março seja a continuação deste.

Conforme citado logo acima, no início de março, a *Última Hora* publicaria um novo acampamento em Canoas, acredita-se que na realidade o movimento tenha aumentado com o ingresso de outras famílias e reivindicações¹⁹⁵. É interessante observar que, segundo o jornal, o governador estaria evitando “entrevistas com os agricultores limitando-se ao IGRA, para o estudo do problema”. Além disso, na mesma matéria, a DOPS aparece atuando em conjunto com a Delegacia de Polícia daquela cidade, que já teriam realizado uma “batida” no acampamento dos ‘sem terra’. Nada de ilegal ao contrário do que aconteceu em outros acampamentos foi tentado até o momento, ficando a agitação policial em termos de ‘conselhos’ aos agricultores.”¹⁹⁶ Eckert sobre esse acampamento, informa que, instalam-se nas proximidades da parada 38 da BR-2, pedindo área de 4.750 hectares de três fazendas da redondeza – o que possibilitaria a alocação das famílias da Associação de Canoas. (ECKERT, 1984: 191) No dia seis de março, um dia após ter sido anunciado pela *Última Hora*, o acampamento era dissolvido de forma violenta pela polícia, mesmo não se caracterizando em invasão de terra: “os ‘sem terra’ não invadiram terra de ninguém, limitando-se a armar suas barracas às margens da BR2, a faixa e a cêrca. Não foi tocado um centímetro sequer da área pretendida. Sua finalidade era puramente ideal e seu efeito tão somente moral.” Diante dessas ocorrências, diz a *Última Hora*:

¹⁹⁴ *Última Hora*, n.º 1227, Ano V, 25/02/64, p.17.

¹⁹⁵ A concentração dos agricultores envolvidos no caso das terras da Fazenda Dom Feliciano, em Encruzilhada do Sul, ocorria em frente à Associação de Sem Terras de Canoas, a qual os agricultores eram vinculados pelo que se depreende das matérias jornalísticas. Esta concentração pode apenas ter mudado de lugar ou não, já que não saberíamos apontar o endereço dessa sede de Canoas, independente disso nada se noticia sobre a dissolução desta o que nos leva a crer que se trata do mesmo movimento apenas engrossado por outros agricultores e reivindicações.

¹⁹⁶ *Última Hora*, n.º 1236, Ano V, 06/03/64, p.01, 10 e 11.

uma comissão de camponeses, acompanhada pelos deputados Marino dos Santos (ARS) e Antônio Visinthainer (PTB) e de elementos da SUPRA, esteve no Piratini para protestar junto ao governador Meneghetti. A Bandeira Nacional esfarrapada, foi exibida ao *Chefe do Executivo, que prometeu sindicância. Prometeu também, que, em 15 dias, fará a entrega de 40 lotes em Itapoã*, para distribuição racional às 100 famílias de camponeses de Canoas. A mesma comissão, em contato com o diretor do IGRA, ouviu do sr. Fernando Gonçalves a afirmação de que só vai adotar providências depois de receber um ofício da Associação dos Sem Terra, encaminhado através do protocolo do Instituto.¹⁹⁷

Novamente, o governo faz promessas de atender aos sem terras, não obstante, como o próprio jornal observa em outra matéria da mesma edição, a dissolução do acampamento se dá no mesmo dia em que o governador emitiu nota oficial sobre o decreto da SUPRA, onde havia declarado que não toleraria qualquer invasão e agitação. A postura da *Última Hora* foi de cobrar uma satisfação de Meneghetti, sob pena de atribuir a ele as violências e aponta:

As contradições verificadas entre a palavra do governador e os atos de sua Polícia levam a um dilema: ou o sr. Ildo Meneghetti mistifica, ou o sr. Prates Dias está agindo em faixa própria, por cima da política agrária do Piratini. Não cremos na primeira hipótese, preferindo a segunda, por conhecermos muito bem o modo de agir do chefe de Polícia e de seu lugar-tenente, o delegado Francisco de Paula Aragon.

Cabe, entretanto, ao governador vir a público para dirimir as dúvidas e, de uma vez por todas, definir sua posição na questão dos 'sem terra'. Deve dizer, claramente, se considera a questão agrária um caso de polícia ou um problema social.¹⁹⁸

Córdula Eckert adere à segunda hipótese levantada pelo jornal, argumentando que, seria mais fácil governar mantendo “uma imagem liberal democrática” e que seu objetivo de dissolver os acampamentos era cumprido sem desgastar a sua imagem. Para a autora, o fato do governador “não assumir a responsabilidade da repressão, pelo contrário, oficialmente a repudiava e, inclusive, a condenava”, gerou dificuldades aos movimentos sociais, especialmente o MASTER, de combater os atos repressivos e a impunidade só os fomentou. (ECKERT, 1984: 296) O que nos permite concluir que, a *regularidade* (harmonia, busca de soluções pacíficas) no discurso de Meneghetti não só busca se contrapor ao governo da União e Brizola – por ser sabido do envolvimento destes com o

¹⁹⁷ *Última Hora*, n.º 1237, Ano V, 07/03/64, p.03.

¹⁹⁸ *Última Hora*, n.º 1237, Ano V, 07/03/64, p.02.

MASTER, acusados de promoverem agitações –, mas também isentar-se de responsabilidade diante das inúmeras violências que os sem terras vinham sendo vítimas. É importante destacar que, apesar do governador tentar se desvincular das práticas repressivas ele estava à frente do comando da Brigada Militar, assim como determinava a primeira medida do seu governo por meio de decreto. Portanto, ele estava pessoalmente na coordenação das atividades repressivas, como também estava na articulação do golpe de Estado¹⁹⁹. Nesse sentido, o próprio controle de um grupo, como o MASTER, com fortes ligações com o trabalhismo, especialmente com Brizola, poderia vir a ser fundamental para articulação do golpe, uma vez que estes fichados e identificados seriam facilmente controlados, evitando-se possíveis resistências. Além disso, fica claro que ao assumir o comando da Brigada Militar, Meneghetti acima de tudo estava preocupado com a manutenção da ordem conservadora e contrário aos movimentos reivindicatórios, que apenas agitavam e impediam o diálogo para a solução dos problemas.

¹⁹⁹ A esse respeito ver: MENEGHETTI, 2012; LAMEIRA, 2012; LAMEIRA, PADRÓS, 2010; WASSERMAN, 2010; ZARDO, 2010; CORTÉS, 2007; AFONSO, 1984; ABREU, 2013; FERREIRA, 2011.

3 POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO MENEGHETTI: À SERVIÇO DA ORDEM CONSERVADORA

Neste capítulo buscaremos em primeiro lugar, expor os resultados da Comissão Especial de Reforma Agrária, a consequente reestruturação do IGRA e o decreto-lei 4.781 que permite a alienação de terras incorporadas ao patrimônio do Estado; em segundo lugar algumas medidas que são anunciadas como reforma agrária que não se efetivam; e em terceiro lugar os resultados contraditórios da pressão social e política do primeiro acampamento do Passo Feio.

3.1 COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA AGRÁRIA

Pode-se dizer que a “política agrária” do governo Meneghetti teria procurado negar seu teor político, ao contrário do que ocorrera na administração Brizola, além de enfatizar a necessidade do estabelecimento da ordem no campo, muitas vezes relegando as próprias reivindicações dos sem terra a um segundo plano. Esta será, portanto, a diretriz adotada pela Comissão, justificada pelos maiores poderes da União para intervir no assunto pela necessidade do governo estadual de direcionar sua ação a uma política agrária e não apenas uma reforma agrária, mas sem que esta deixe de configurar entre as promessas de governo. Nesse sentido, como veremos a seguir, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) seria reestruturado em 1964, ganhando um novo regulamento em 1965, de acordo com as orientações e diretrizes traçadas pela Comissão Especial de Reforma Agrária. Por esta reestruturação, o IGRA deixaria de ser direcionado especificamente para os agricultores sem terra ou com pouca terra, abrindo espaço também para o atendimento de outros setores do campo. Assim, seguindo a lógica de direcionar a sua política aos setores de maior “dinamismo econômico” em setembro de 1964 é assinado o decreto-lei n.º 4.781, que permite a alienação de terras incorporadas ao patrimônio do Estado.

Antes de analisar o andamento e as conclusões da Comissão de Reforma Agrária, deve-se considerar que o IGRA, passou por um processo de desintegração do seu quadro de funcionários, para só depois ser reestruturado para suas novas funções. Tal fato é interessante ser observado, pois uma das justificativas para

reestruturação do IGRA seria a exiguidade do seu quadro de servidores. Em março de 1963, a *Última Hora* publica a seguinte manchete “Degola’ Total no IGRA” que se refere à demissão de trinta, dos trinta e dois funcionários do Instituto, restando apenas um agrônomo e um motorista²⁰⁰. Segundo a reportagem, entre os demitidos constavam “agrônomos, economistas, burocratas, motoristas e serventes”. Isto teria acontecido um dia após a posse do coordenador-chefe Israel Farrapo Machado.²⁰¹

Estes funcionários demitidos, que trabalhavam no escritório central do Instituto em Porto Alegre, publicam um manifesto em espaço pago no *Correio do Povo*, onde criticam o governo pelas demissões acusando-o de interromper as conquistas dos agricultores sem terras e pequenos produtores.²⁰² Acusações que conduzem Adolfo Fetter, secretário da agricultura, a alegar que o IGRA seguia seus trabalhos e que as demissões se tratavam de servidores que ocupavam “cargos de confiança do Govêrno passado” e outros foram “considerados supérfluos”, sendo demitidos por medida de economia. Defende que as demissões não tiveram motivação política, afirmando que seria prova disso a “permanência, em serviço, de numerosos servidores admitidos pela administração passada”.²⁰³ Apesar dessas declarações do secretário e das notícias falarem apenas de funcionários localizados em Porto Alegre, notamos que houve grande número de demitidos nas Inspetorias de Nonoai e Erechim, indicando uma desestruturação do IGRA. Só em Nonoai podemos contar dez demissões, todas no mês de março²⁰⁴; já em Erechim podemos

²⁰⁰ Conforme Córdula Eckert, entre esses demitidos estava Euzébio França, secretário-geral do MASTER, porém, este teria sido demitido no dia 11 de fevereiro, um pouco antes da referida notícia. Para autora, essa demissão é importante sinalizar, pois já demonstra o rompimento das relações do MASTER com o governo. (ECKERT, 1984: 173).

²⁰¹ *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 928, 02/03/1963, p. 05.

²⁰² *Correio do Povo*, n.º 127, Ano 68, 03/03/1963, p. 07.

²⁰³ *Correio do Povo*, n.º 135, Ano 68, 13/03/1963, p. 14 e 12.

²⁰⁴ **Of. N.º 66/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Alfredo Tente da Rosa”; **Of. N.º 67/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Garibaldi Severo da Rosa”; **Of. N.º 68/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Gentil Dias”; **Of. N.º 69/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Vitório de Aguiar”; **Of. N.º 70/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Jair Lemes”; **Of. N.º 71/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Etelvino Zamoner”; **Of. N.º 72/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Albino Zanella”; **Of. N.º 73/63 – Nonoai, 01/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Maria Léa Mariotti”; **Of. N.º 164/63 – Nonoai, 20/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Assessor da Chefia da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Cleto dos Santos”; **Of. N.º 171/63 – Nonoai, 21/03/63.** Assinado por “Aldo Antônio Diligenti / Assessor da Chefia da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “José Enio Marcondes dos Santos”; **Of. N.º 374/63 – Nonoai, 30/06/63.**

visualizar quatro demissões²⁰⁵, sendo que não é possível precisar quantos são demitidos da Fazenda Sarandi, conforme se observa no seguinte radiograma:

Comunico vos que pessoal oriundo [da] Fazenda Sarandi, que havia sido dispensado quando de sua última estada nesta Inspetoria, recusou-se a receber o aviso prévio. Ficou testemunhada e devidamente comprovada tal recusa.²⁰⁶

A esse respeito deve-se destacar que Israel Farrapo Machado, coordenador do Instituto, justifica essas demissões por conta de “exame que foi feito das despesas dessa Inspetoria”, referentes ao mês de janeiro, alegando que as “diárias examinadas, incluem todo o quadro de pessoal variável, o que, parece-nos, é uma exorbitância”, por isso, ele manda suspender totalmente o pagamento desses funcionários.²⁰⁷

Nesse contexto de desestruturação e esvaziamento do quadro de funcionários do IGRA, no dia primeiro de março de 1963, os jornais *Última Hora* e *Correio do Povo* noticiaram que Ildo Meneghetti havia nomeado uma comissão para elaborar um projeto de reforma agrária, em noventa dias, a qual ficaria conhecida pela imprensa como Comissão Especial de Reforma Agrária.²⁰⁸

Em seu decreto de criação da Comissão, Ato nº 116 do Governador, este propõe “equacionar o problema da terra”, objetivando uma reforma agrária de acordo com as peculiaridades do Estado. Para isto, a referida Comissão – vinculada à Secretária de Agricultura e presidida pelo seu secretário geral, Ezelino Arteché –, deveria elaborar um planejamento para efetivar a reforma agrária no Rio Grande do

Assinado por “Adão S. Chagas / Encarregado do escritório da Inspetoria de Terras de Nonoai – Remedita ao “José Enio Marcondes dos Santos”.

²⁰⁵ **Of. N.º 160/63 – Erechim, 14 de fevereiro de 1963.** Assinado por “João Pedro Gama Gauer / Aux. Escr. Rf. 6” – Remedita ao “Oscar Vargas”; **Of. N.º 161/63 – Erechim, 14 de fevereiro de 1963.** Assinado por “Lecy A. da Silva / Enc. da Contabilidade” – Remedita ao “Domingos Barros”; **Of. N.º 234/63 – Erechim, 01 de abril de 1963.** Assinado por “Lecy A. da Silva / Enc. da Contabilidade” – Remedita ao “Renato Alfredo Tagliari”; **Of. N.º 235/63 – Erechim, 01 de abril de 1963.** Assinado por “Lecy A. da Silva / Enc. da Contabilidade” – Remedita ao “Nadyr Galli”.

²⁰⁶ **RADIOGRAMA nº 20/63 – Nonoai, 06/03/1963** – Assinado: “Aldo Diligenti” Encaminhado a “Sr. Chefe Inspetoria Terras Erechim”.

²⁰⁷ **Carta. IGRA N.º 31/211 LFR/NM, Porto Alegre, 26 de março de 1963.** Assinado por “Agrimensor – Israel Farrapo Machado, Diretor” – Remedita a Antônio Pereira de Souza - “Chefe da Insp. de Terras” – Erechim.

²⁰⁸ *Correio do Povo*, n.º 125, Ano 68, 01/03/1963, p. 04; *Última Hora*, n.º 927, Ano IV, 01/03/63, p. 02. Ambos divulgam na íntegra o ato n.º 116 do governador Ildo Meneghetti, que cria Comissão de Reforma Agrária. Aqui é interessante observar que, no *Correio do Povo*, antes de apresentar o ato, em uma espécie de síntese do mesmo, o jornal fala em “questão agrária”, enquanto no ato aparece a expressão reforma agrária. Por seu turno, a *Última Hora* dá grande destaque ao prazo de noventa dias e que o governo não toleraria resquícios feudais.

Sul. Conforme decreto de criação do IGRA²⁰⁹, o planejamento e a execução de políticas de reforma agrária estariam no arcabouço de suas funções. Em uma declaração posterior de Israel Farrapo Machado, coordenador do IGRA, confirma que o órgão não estava efetuando nenhum planejamento e que estaria aguardando os resultados da Comissão de Reforma Agrária.²¹⁰ Dessa forma, a Comissão estaria executando uma das principais funções do IGRA, já indicando o esvaziamento de suas funções a exemplo de outros casos nacionais, tal como já havia indicado Aspácia Camargo.²¹¹

Ainda assim, convém destacar que seria chamado um representante sindical para compor a Comissão de Reforma Agrária, sendo indicado o nome de Luiz Vieira da Silva, presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, o qual declarou que manteria contato com dirigentes do MASTER, já que não havia agricultores sem terra compondo a Comissão.²¹² Ou seja, o governo havia indicado um sindicalista urbano e não alguém ligado ao movimento camponês para compor justamente uma Comissão destinada a discutir a reforma agrária no Estado.

A esse respeito, a despeito das já citadas relações do MASTER com líderes petebista ligados a Brizola.²¹³ É interessante observar que também a Frente Agrária Gaúcha (FAG), comandada pela Igreja Católica, não foi chamada para compor essa comissão. De qualquer forma, o governo pretendia constituir uma imagem de democrata, que estava buscando o diálogo entre as diferentes classes na perspectiva de encontrar soluções pacíficas e apaziguar os conflitos de classe, conforme a lógica de seu discurso.

²⁰⁹ O decreto n.º 12.812 criava o IGRA como um “órgão promocional e de planejamento” de políticas de Reforma Agrária, estando entre seus objetivos do IGRA: a) pesquisa e elaboração de projetos para “o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural”. *Diário Oficial*, n.º 99, Ano XX, 14/11/1961, p. 01-02.

²¹⁰ *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 966, 17/04/1963, p. 05.

²¹¹ A esse respeito ver: CAMARGO, 1981.

²¹² *Última Hora*, n.º 929, Ano IV, 04/03/63, p.15; n.º 930, 05/03/63, p.13.

²¹³ A indicação de um sindicalista urbano e não de alguém ligado ao movimento camponês que seria o principal interessado, podemos pensar que seguia a lógica do discurso eleitoral de Ildo Meneghetti, analisado por Mercedes Cánepa. A justificativa para tal postura estaria em um dos seus discursos de campanha: “E será também através dela [Social Democracia] que incorporaremos o poder público as *massas trabalhadoras, das cidades e dos campos*. Há uma nova realidade no nosso País. Não podemos fechar os olhos à essa realidade. O proletariado industrial das cidades importantes como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Caxias, etc. deve ser chamado através de seus sindicatos, efetivamente, a participar do poder que a Social Democracia vai instaurar em nosso Estado. *Quando falo em sindicato – atestem bem – refiro-me ao sindicato livre de injunções político-partidárias.*” (Apud. *Correio do Povo*: 8/5/1962 p. 7, CANEPÁ, 2005: 309)

Ao noticiar a posse dos membros da Comissão, o *Correio do Povo* não só referencia o ato como a primeira medida do governo estadual “para solucionar um dos problemas mais agitados pela administração passada”, a reforma agrária, mas também indica a diretriz “para a realização desta reforma” que “é bem mais técnica do que política e visa, realmente, introduzir uma política agrária mais consentânea com a realidade social e econômica do momento”.²¹⁴

A partir disso, segundo a visão que o governo procurava difundir de suas ações, pode-se dizer que a Comissão buscava se afastar do conflito político acerca da reforma agrária ao situar o problema em fronteiras técnicas, enquanto a mobilização camponesa pressiona por políticas de uma reforma consentânea com os seus interesses.²¹⁵

Por outro lado, é interessante observarmos que, a Comissão de Reforma Agrária não se furta totalmente à mobilização no campo, conforme se depreende de declarações de Paulo Brandão Rebello, engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura e integrante da Comissão. Brandão Rebello atribuiu o atraso dos trabalhos da Comissão ao fato do governador ter os incumbido “de dar uma solução imediata aos problemas decorrentes de mobilizações de massas rurais desenvolvidas no governo passado”.²¹⁶ A partir disso, deduz-se que a Comissão de Reforma Agrária preocupou-se também com o movimento camponês, embora não seja possível indicarmos em que nível exatamente ocorreu sua atuação. Não se pode, portanto, afirmar com segurança que o governo estaria realmente buscando o diálogo com os agricultores sem terra, mas pode-se deduzir que a Comissão pode ter aconselhado ou influenciado nas medidas tomadas em relação ao primeiro acampamento de Passo Feio – o único que havia ocorrido, até aquele momento, encontrando-se montado antes mesmo do governador Ildo Meneghetti tomar posse

²¹⁴ *Correio do Povo*, n.º 126, Ano 68, 02/03/1963, p. 14.

²¹⁵ Apesar de não ser a intenção deste trabalho entrar no debate sobre a questão agrária é interessante considerar que alguns apontamentos de Leonilde Sérvo de Medeiros. Para essa autora não havia “consenso em termos da caracterização do conteúdo da questão agrária”, mas as diferentes correntes apontavam “para a sua dimensão política, para o confronto entre classes e frações de classe em torno do problema da terra e dos direitos dos trabalhadores rurais”, levando a autora a concluir que: “O debate que se trava não é no sentido de buscar soluções técnicas para um problema econômico, mas sim de buscar soluções possíveis para um conflito que progressivamente deixa de ser latente, toma o campo, impõe-se à cidade e também coloca em jogo as alianças que até então imperara. As soluções ‘técnicas’ apenas encobriam a polarização dos interesses no seio da sociedade civil.” Ver mais a esse respeito: MEDEIROS, 1982: 14-36.

²¹⁶ *Correio do Povo*, n.º 212, Ano 68, 13/06/1963, p. 04.

no cargo e que tem em parte suas reivindicações atendidas, como já referimos no capítulo anterior.

Sobre os trabalhos da Comissão, que estariam atrasados, o governador Meneghetti concedeu uma entrevista coletiva onde expôs uma carta que teria enviado em resposta a um parecer do relator da Comissão, na qual aponta alguns de seus princípios e diretrizes. Nessa entrevista o governador chega a afirmar que a reforma agrária seria efetivada com ou sem reforma constitucional, principal debate político na esfera federal naquele momento. Aqui apenas cabe destacar esses princípios e diretrizes indicados por Meneghetti:

- 1 – Que o latifúndio e a exploração feudal da terra são incompatíveis com a moral, a razão e o espírito cristão do nosso povo.
- 2 – Que o trabalhador da terra deve possuir a terra em que planta.
- 3 – Que a posse de terras sem o devido aproveitamento constitui atentado aos interesses da sociedade.

A partir destes princípios, estabelece as seguintes diretrizes para possíveis medidas de resolução do problema:

- 1 – Criar um fundo estadual que possibilite recursos para um plano de colonização no Rio Grande do Sul.
- 2 – Este fundo deverá originar-se de empréstimos junto à União; da emissão de apólices com destinação específica; de uma taxa progressiva sobre toda a propriedade acima de mil e quinhentos hectares; de todas as disposições tributárias possíveis.
- 3 – A Secretaria da Agricultura nestas condições deverá organizar um esquema que estabeleça o critério para se julgar o que sejam terras aproveitadas e terras não aproveitadas, a fim de que a taxa a que me referi acima possa incidir de forma decisiva, justamente sobre as terras incultas.²¹⁷

Conforme, pode-se observar dos excertos acima, embora o direcionamento final da Comissão não tenha sido fiel às diretrizes do governador, este mantém uma posição muito próxima à linha moderada do seu partido, o PSD, que vinha preparando uma proposta alternativa ao projeto de emenda constitucional do deputado federal Bocaiuva Cunha (PTB).²¹⁸ Além disso, quando Meneghetti diz que faria a reforma agrária com ou sem emenda constitucional, pode-se depreender que ele estaria desqualificando essa discussão por já existirem, a seu ver, mecanismos

²¹⁷ *Correio do Povo*, n.º 217, Ano 68, 20/06/63, p. 20 e 18; *Última Hora*, n.º 1018, Ano IV, 20/06/63, p.03.

²¹⁸ A esse respeito ver: CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1982; TAPIA, 1986.

legislativos e legais para a realização de uma reforma agrária, sem afastar-se do compromisso de efetivá-la.

A partir da segunda quinzena de dezembro, o *Correio do Povo* começaria a divulgar o relatório dos trabalhos da Comissão de Reforma Agrária, publicando três extensas matérias sobre o tema. Na primeira delas, o *Correio do Povo* apresentava os trabalhos da Comissão nos seguintes termos:

[...] inicia por uma definição de princípios e a conseqüente conceituação de reforma agrária. Passa, a seguir, para uma análise da estrutura agrária do Rio Grande do Sul, encarando-a em seus diversos ângulos, quais sejam o da distribuição dos prédios, áreas, população e densidade demográfica, necessidades e disponibilidades de população e densidade demográfica, necessidades e disponibilidades de terras, produtividade agrícola. Analisa, depois, a estrutura sócio-comunitária rural, a família, a educação e capacitação profissional do agricultor. Aspecto sem dúvida fundamental é o que trata especificamente, da colonização em reforma agrária. Neste ponto o relatório faz uma análise da experiência de colonização verificada, no Rio Grande do Sul, durante o govêrno passado, e estuda o funcionamento do IGRA, propondo sua reestruturação, em termos de poder conduzir o processo reformista.²¹⁹

Já na terceira de suas matérias, sobre a questão da estrutura agrária gaúcha o *Correio do Povo*, destacaria que, na perspectiva da Comissão, seu principal problema residiria no Minifúndio e em menor medida no Latifúndio. Em seus termos, assim noticia o *Correio*:

A análise dos dados estatísticos revela a existência de nada menos que 100.362 propriedades com menos de 10 hectares, vale dizer *100.362 propriedades incapazes de produzir renda suficiente para o consumo das famílias que a explora*. O problema do minifúndio se apresenta ainda mais sério se considerarmos que, como tal, deve ser incluída a grande maioria das propriedades de 10 a 20 hectares, que se elevam a 110.647, e mais aquelas situadas nas zonas tipicamente pastoris, com área entre 50 e 100 hectares. *Não será exagêro dizer que, em vista da nossa baixa produtividade agrícola, cerca de 40% das propriedades rurais do Estado estão representadas por minifúndios*.

Por outro lado, para que se tenha uma idéia mais nítida do desequilíbrio na distribuição, pode-se mostrar que as propriedades com área inferior a 50 hectares, em número de 325.495, representando 85% do total do Estado, somam pouco mais de 5 milhões de hectares, o que equivale, aproximadamente, a 24% da superfície territorial coberta pela totalidade dos estabelecimentos rurais rio-grandenses. Enquanto isto, 1.193 propriedades com área

²¹⁹ *Correio do Povo*, n.º 72, Ano 69, 25/12/1963, p. 40 e 35.

superior a 2.000 hectares, representando 0,3% do total, ocupam 24,3% da área.²²⁰

Diante desse quadro, ainda conforme noticiou o *Correio do Povo*, a Comissão sugeriu ao governo um programa de colonização e recolonização, aglutinando os minifúndios e loteando as grandes propriedades. Segundo o *Correio*, para a Comissão essa é “a parte mais difícil da reforma, tanto pelas resistências que encontrará, como pela fabulosa quantia que nela deverá ser empregada”²²¹. Quanto aos minifúndios, como se pode perceber da citação acima, a preocupação maior da Comissão se referia ao problema de suas baixas produtividades, e não exatamente da concentração fundiária, mesmo que não deixasse de ser reconhecida. Nesse sentido, mantendo-se próximo ao discurso de governo que dá grande relevância a necessidade de aumentar a produtividade.

Quanto à segunda das matérias publicadas pelo *Correio do Povo*, que propositalmente deixamos por último, o jornal diz que pretende expor “as bases para um programa estadual de reforma agrária”, cujas deficiências da produção rural seriam frutos de distorções na estrutura agrária, resultado da falta de uma efetiva “política agrária” no Estado. Daí a necessidade, apontada pela Comissão “de traçar-se, imediatamente, uma política agrária, a ser posta em execução, através de metas a curto e a longo prazo”. Nessa perspectiva, segundo destaca o *Correio*, o IGRA seria apresentado como peça chave “no equacionamento, coordenação e execução da política agrária”, para isso ele deve estar “devidamente estruturado e dotado dos indispensáveis recursos materiais e humanos”, sugerindo que ele tomasse o formato de uma autarquia, o que lhe garantiria, segundo o relatório, “autonomia técnica, administrativa e econômica”.²²²

É interessante observarmos que o relatório, segundo o *Correio do Povo*, aponta para a necessidade de intervenção em três campos: “na redistribuição da propriedade rural, na produtividade e na infra-estrutura”. Tal concepção surge da própria definição de reforma agrária, esta, para a Comissão, “não é problema exclusivo de redistribuição de terras”, assim ela também requer elevar o padrão tecnológico e garantir assistência técnica; incentivar a profissionalização no meio

²²⁰ *Correio do Povo*, n.º 80, Ano 69, 05/01/1964, p. 48 e 26.

²²¹ Argumento que em breve será retomado para justificar a impraticabilidade de uma reforma agrária. *Correio do Povo*, n.º 80, Ano 69, 05/01/1964, p. 48 e 26.

²²² Lembrando que o Instituto foi alvo de diversas demissões.

rural; garantir proteção e segurança a comercialização, transporte e armazenamento; além de permitir o acesso a bens de produção, à assistência social e ao cooperativismo. Tais exigências são assinaladas no quesito “produtividade” e “infra-estrutura”, sem expor nenhuma medida concreta a ser tomada, todas as ponderações expostas aparecem a título de sugestão para um futuro planejamento.

Em outras palavras, pode-se dizer que a Comissão não teria cumprido o seu papel inicial que era promover um amplo planejamento de políticas de reforma agrária, pelo menos algo não compatível apenas com realidade das reivindicações camponesas, visto que a própria definição de reforma agrária da Comissão, incluía também demandas históricas da classe ruralista, com a qual se evitava, de certa forma, o confronto com seus interesses ao incorporá-los no relatório.²²³ Nesse sentido não foi realizado pela Comissão um planejamento de distribuição de terras, pois este “deverá ser desenvolvido, a par de outras medidas coercitivas”. Sugerindo-se, assim, a taxaço progressiva, apesar do imposto territorial estar vinculado aos municípios restringindo a ação do estado nesse aspecto, e o estabelecimento de um tamanho mínimo e máximo para as propriedades agrícolas.²²⁴

Ainda nessa mesma matéria, segundo o *Correio do Povo*, o relatório assinala a necessidade de “uma ponderável soma de recursos humanos e materiais” que deveria “ser mobilizada para consecução de um objetivo tão alto e significativo”, o que requereria a união de esforços públicos e privados. Nessa perspectiva, entraria a reestruturação do IGRA e a captação de verbas para aquisição de terras. A partir desses elementos, a Comissão concluiu que era impossível calcular “o ônus financeiro de um empreendimento reformista”. Argumentava-se que seria necessário para o assentamento das “350.000 famílias carentes de terra” a soma de “245 bilhões de cruzeiros”, o que não seria atingido “nem em 10 anos”, sendo que nesse período haveria um aumento natural da demanda inviabilizando ainda mais a sua execução.

Do relatório da Comissão de Reforma Agrária, pode-se dizer que um dos seus resultados foi o decreto 16.486, de 25 de fevereiro de 1964, que reestrutura administrativamente o IGRA, incluindo mudanças não apenas de nomenclaturas de repartições, mas também trocas de atribuições e a eliminação de algumas divisões

²²³ Denise Gross, indica o transporte, armazenamento e garantias de comercialização como as reivindicações históricas do ruralismo gaúcho. GROSS, 2002: p. 267.

²²⁴ *Correio do Povo*, n.º 77, Ano 69, 01/01/1964, p. 03.

administrativas. Dessa nova configuração administrativa deve-se destacar que ocorre uma concentração do poder decisório na presidência do IGRA, que continua a cargo do secretário da agricultura, e do Diretor Geral do Instituto. Este ganha também poderes coercitivos, conforme se depreende da seguinte passagem, que aparece entre as suas responsabilidades: “baixar portarias de louvor ou censura e aplicar penas disciplinares, nos termos da legislação em vigor”.²²⁵ Ou seja, não só se estabelece, burocraticamente, um maior controle do poder executivo sobre o IGRA, como também legitima as práticas repressivas e de perseguições que vinham ocorrendo nos núcleos de colonização. Além disso, deve-se atentar que, pouca coisa se alterou em termos das funções gerais do IGRA ao se comparar os artigos deste novo decreto com o de criação, n.º 12.812, de novembro de 1961. Vejamos os seguintes quadros comparativos: o primeiro sobre o artigo 2º de cada um dos decretos, o qual correspondia às funções do órgão de reforma agrária, e o segundo sobre a extinta Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais (CRALE), suas funções e como estas são divididas entre outras repartições do Instituto, suprimidas ou ainda se tornam genéricas e vagas:

Quadro I ²²⁶		
Art. 2º	Decreto n.º 12.812	Decreto n.º 16.486
Funções do IGRA que não se alteram:	a) pesquisa e elaboração de projetos para “o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural; c) organizar núcleos coloniais; d) propor medidas para coibir “ao altos preços dos arrendamentos e da parceria agrícola”; e) legalizar a posse da terra de pequenos agricultores; f) combater a exploração do trabalho no campo, estimular a produtividade e) valorização do homem no campo; g) incentivar o cooperativismo “entre as populações rurais; h) incentivar a criação de núcleos educacionais agrícolas; i) “fomentar a criação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas” na zona rural.	
Função do IGRA que se altera:	b) “promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo”;	b) “promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – <i>bem como daqueles proprietários em áreas economicamente insuficientes</i> ”.
Função que se acrescenta:	j) não existia;	j) “incentivar a efetivação de um ambiente social no campo, que seja atraente ao rurícola e ajude a fixá-lo permanentemente à vida rural”

²²⁵ Decreto 16.486, de 25/02/1964: *Diário Oficial*, n.º 187, Ano XXII, 28/02/1964, p. 01-02.

²²⁶ Não será seguida a rigorosamente a ordem dos itens dos artigos.

Quadro II ²²⁷	
Antigo IGRA: funções da CRALE, decreto n.º 12.812.	Novo IGRA: divisão das funções da extinta CRALE, decreto n.º 16.486.
a) cadastrar os “agricultores sem terra ou com terra insuficiente (minifúndio)”; b) cadastramento dos desempregados “rurais e urbanos” c) cadastrar as “populações desabrigadas” e aquelas em condições precárias de habitação, para elaborar “estudos sobre as necessidades habitacionais e as tendências ao déficit de habitações nas zonas rural e urbana”; d) cadastrar os menores de idade “abandonados e não escolarizados”; h) precisar “o valor real das terras e dos arrendamentos” de cada município;	Funções não incorporadas.
f) “inventariar as terras do Estado, ocupadas ou não por terceiros”;	Divisão de Geografia e Cartografia (DGC) e Divisão de Terras Públicas (DTP): “organização e manutenção de um cadastro das propriedades do Estado” ²²⁸
e) realizar pesquisas “sobre o nível de vida das populações rurais e urbanas marginais”; g) elaborar e reunir estudos técnicos “sobre o ambiente rural, especialmente quanto ao uso e distribuição da terra, produção e produtividade”; k) incentivar a formação de associações de pequenos produtores e sem terra, sendo estas declaradas de utilidade pública;	Divisão de Promoção e Organização Rural (DPOR): “a) execução de levantamentos e estudos de caráter social no meio rural; “b) coordenação de movimentos promocionais do rurícola; “c) incentivo à assistência às organizações associativas e comunitárias das populações camponesas.”
i) avaliar os “imóveis mais adequados à instalação de futuros núcleos de colonização e comunidades agrícolas”	Divisão de Colonização (DC): Elaborar “estudos e projetos de colonização e recolonização”
j) realizar “levantamentos sobre a produção e produtividade”.	Assessoria Jurídica (decreto n.º 16.433)

(Quadros elaborados pelo autor)²²⁹

Antes de fazermos apontamentos mais gerais, primeiro deve-se considerar que, quando abordamos a Comissão de Reforma Agrária, um dos principais problemas do campo para o governo estava no Minifúndio, que passa a configurar com maior destaque entre as preocupações do IGRA com a mudança do item “b”, do Quadro I, contudo, como indicado no Quadro II ele já estava entre as preocupações da CRALE. Quanto ao acréscimo do item “j”, no Quadro I, entre as funções do IGRA, devemos lembrar que, o discurso de governo é pautado pelo estabelecimento da “ordem”, levando-se em conta a dura repressão aos acampamentos do MASTER, a qual seguia o objetivo de impô-la, acreditamos que este item esteja diretamente

²²⁷ Idem ao Quadro I.

²²⁸ Em ambas aparece a mesma redação com uma pequena diferença, na parte da DTC apenas se acrescenta a palavra “atualizadas” após “manutenção”.

²²⁹ Decreto 12.812 de 14/11/1961: *Diário Oficial*, n.º 99, Ano XX, 14/11/1961, p. 01 e 02; Decreto 16.486 de 28/02/1964: *Diário Oficial*, n.º 187, Ano XXII, 28/02/1964, p. 01 e 02.

relacionado com essa política repressiva da ordem conservadora, assim como os poderes coercitivos relegados ao diretor geral. Em outras palavras, a garantia de “um ambiente social no campo” poderia ser a proteção à propriedade privada e, talvez, o incentivo à produção, que também pode ser inferida a partir da preocupação com o minifúndio, o qual é situado como problema de baixa produtividade. Neste sentido é interessante observar que nenhuma das novas divisões absorve o item “j” da CRALE, no Quadro II, que a partir do levantamento previsto e em casos que se apontasse a baixa produtividade de uma determinada área, mesmo em condições de produção, esta poderia vir a ser reivindicada para fins desapropriatórios. A única esfera que fala em desapropriação é a Assessoria Jurídica e, mesmo assim com ressalvas, já que esta apenas aconselha e não indica áreas passíveis para este fim.²³⁰

De maneira geral, quanto aos itens acima indicados que foram reformados ou mesmo suprimidos na nova estrutura do IGRA, deve-se lembrar que, para o discurso de governo, não tem sentido investir nas camadas de menor poder aquisitivo, já que estas não teriam condições de dinamizar a economia. Além disso, a falta de preocupação com a população urbana marginalizada, que pode ser fruto do êxodo rural, também não se configura em preocupação do governo, uma vez que ela seria absorvida, pela lógica do seu discurso, pelo almejado processo de industrialização. Aliás, como já foi dito aqui, a reforma agrária, de acordo com os elementos expostos pela Comissão Especial, não seria atingida nem em dez anos, o que leva Plínio Cabral, chefe da Casa Civil, a declarar que:

[...], a propósito da Reforma Agrária, disse o sr. Plínio Cabral que no seu entender impunha-se uma definição sobre o assunto, definição que o governador Meneghetti deu ainda em sua campanha eleitoral, a favor da Reforma, pròpriamente dita, mas com ressalvas. Contudo, por se tratar de matéria que depende de lei federal e dada a falta de recursos do erário estadual *o que preconiza é uma política agrária e, não, precisamente, a reforma.* Adiantou, completando seu

²³⁰ A Assessoria Jurídica, sua estrutura e competências, foi fruto de um decreto anterior ao da reestruturação do IGRA, nele se estabelecia que seria chefiada por um membro do Ministério Público, entre as atribuições desta aparecem: assessorar o IGRA nas suas atividades no âmbito jurídico; opinar nos processos administrativos referentes a concessões, a legitimações, a alienações e a discriminações de terras; assistir aos promotores de justiça “em matéria relativa a terras públicas e desapropriações”; “fornecer sempre que solicitado, à Procuradoria Judicial do Estado elementos de convicção, de fato e de direito, pertinentes às questões de terras e desapropriações”. Ou seja, apenas dava pareceres no âmbito jurídico sem sugerir ou encaminhar pedidos de desapropriações para fins de reforma agrária. Decreto 16.433, de 03/02/1964. *Diário Oficial*, n.º 16[?], Ano XXII, 03/02/1964. p. 01.

pensamento, que o governador deverá abordar o assunto, com detalhes, nos próximos dias, revelando minúcias do Plano [de Reforma Agrária] referido.²³¹ [grifos meu]

Em outras palavras, o governo evita colocar-se de frente contra a reforma agrária e, simultaneamente, esvazia o IGRA do seu caráter social e situando o problema em termos técnicos. Mesmo quando afirma que não teria como realizar a reforma, justificando o seu direcionamento a uma política agrária, o governo anuncia que lançará um Plano com esse fim, assim mais uma vez relegando ao futuro a resolução do problema sem abandonar a suposta pretensão de atacá-lo. É interessante observar que primeiro se fala em “Plano de Reforma Agrária”, para em seguida ser anunciado como “Plano de Política Agrária” e, por fim, “Plano de Colonização”. No dia em que o referido plano seria divulgado a imprensa, o *Correio do Povo*, baseado em depoimentos de Plínio Cabral, chefe da casa civil, e Fernando Gonçalves, então diretor geral do IGRA, em matéria intitulada “Govêrno revelará hoje seu Plano de Política Agrária”, publica que:

Sabe-se, aliás, que *ao invés de Reforma Agrária, pròpriamente dita, o que o projeto em tela preconiza é uma política agrária consentânea com as peculiaridades de nosso meio rural e com as possibilidades financeiras do Estado, pois medidas de maior profundidade e alcance chocam-se com atribuições privativas da união e dos municípios.*²³² [grifos meu]

Dessa passagem percebemos que o governo busca justificar a sua falta de ação em termos de reforma agrária, alegando conflito de competências com a união e municípios. Não obstante, Plínio Cabral e Fernando Gonçalves voltam a firmar compromisso, em coletiva de imprensa, com a reforma agrária, novamente apontando para os limites da ação do Estado, apresentando o “Plano Regional de Colonização”. Segundo Gonçalves, a primeira etapa deste seria o “levantamento das áreas a serem desapropriadas e colonizadas, dentro da verba específica de dois bilhões de cruzeiros”, para isso contaria com o apoio das prefeituras e da SUPRA. O diretor do IGRA afirma ainda que, o governo assentaria, em 1964, “cinco mil famílias, ocupando 100 mil hectares”, diante de tal objetivo as terras devolutas seriam essenciais para concretização deste plano. Nesse sentido, ainda de acordo

²³¹ *Correio do Povo*, n.º 108, Ano 69, 07/02/1964, p. 16.

²³² *Correio do Povo*, n.º 112, Ano 69, 12/02/1964, p. 20.

com Gonçalves, em um mês seriam distribuídos 140 lotes da Fazenda Sarandi, aqui devemos observar o critério de seleção, pois confirma a tendência de excluir as camadas baixas da população campesina:

Existem 500 inscritos, mas o órgão competente já está fazendo a necessária triagem. Será a experiência inicial do Plano Regional de Colonização. *A seleção do pessoal a ser beneficiado é fator importante para a política de auto-suficiência preconizada na Fazenda do Sarandi. Os possuidores de lotes deverão garantir a sua colonização.*²³³ [grifos meu]

Em outras palavras, um dos critérios da seleção seriam as condições do contemplado financiar a sua produção, visando “a política de auto-suficiência”, indicando, dessa forma, a exclusão de camadas sociais do campo de baixo poder aquisitivo – o que segue a lógica do discurso de governo, no sentido do direcionamento de suas políticas –, e abandonando a função do IGRA de auxiliar na produção dos assentamentos promovidos pelo órgão. Assim, mesmo que o referido plano, o qual é reproduzido na íntegra nessa mesma matéria do *Correio*, faça menção ao atendimento a “sem terras”, estes são nivelados pela sua capacidade de “garantir a sua colonização”. Apesar disso, mesmo com essa limitação excludente, o governo procura manter a sua postura favorável à reforma agrária, inclusive efetivando promessas que realizaria estudos para a formação de novos núcleos de colonização.²³⁴ Nesse sentido é interessante observar que, a *Última Hora*, ao tratar desse assunto, faz menção que Fernando Gonçalves, então coordenador do IGRA, teria declarado que havia dois bilhões para desapropriações e que se buscariam recursos externos. Além disso, as prefeituras estariam incumbidas de apontar terras municipais propícias a desapropriação.²³⁵ Ou seja, Gonçalves relega uma função que seria do IGRA as administrações das cidades, sendo interessante observar que nada foi informado, sobre esse intuito, a nenhuma das Inspetorias de Terra analisadas.

É importante lembrar que, essas manifestações surgem em meio a grande efervescência político-social, devido ao decreto da SUPRA, onde, de um lado, havia acampamentos pressionando pela execução de uma reforma agrária consentânea com o movimento camponês e, de outro lado, a entidade suprema ruralista, a

²³³ *Correio do Povo*, n.º 113, Ano 69, 14/02/1964, p. 20 e 14.

²³⁴ *Correio do Povo*, n.º 113, Ano 69, 14/02/1964, p. 20 e 14.

²³⁵ *Última Hora*, n.º 1218, Ano IV, 14/02/64, p.04.

FARSUL, organizando mobilizações pelo interior do Estado e incentivando a luta armada contra possíveis invasões provenientes da assinatura desse decreto. Portanto, nesse contexto o governo não poderia furtar-se da discussão, ao mesmo tempo em que também não poderia firmar uma posição clara de um lado ou de outro da disputa político-social que envolvia o assunto. Dessa maneira, a concretização da tendência de exclusão por um recorte econômico se dá por meio do decreto-lei 4.781, de vinte e oito de setembro de 1964, somente após o golpe civil-militar. Neste fica autorizada “a alienação, em concorrência pública, de bens imóveis do Estado”.

Este decreto, em seu primeiro artigo, autorizava o Poder Executivo “a alienar, em concorrência pública, as glebas de terras” do Estado,

por doações em pagamento, adjudicações para pagamento de taxas e impostos em executivos fiscais ou arrecadados pela Justiça provenientes de heranças jacentes, situadas em qualquer ponto do Estado.²³⁶

Em outras palavras estava liberada a venda, mediante concorrência pública, de terras incorporadas ao Estado, por intermédio do IGRA: por doações que pode ser entendida tanto como venda ou doação, levando-se em conta que a desapropriação, no fundo consiste em uma compra, mesmo que forçada, de terras pelo Estado, aquelas áreas desapropriadas pela gestão Brizola poderiam aqui ser englobadas²³⁷; adjudicações seriam aquelas propriedades cedidas, no caso em questão para pagamento de dívida com Estado ou arrematadas pela justiça de heranças que não se conhecem os herdeiros. Os demais artigos do decreto lei estabelecem os critérios de venda²³⁸: valor mínimo; critérios de valorização do imóvel a ser alienado; limite de área que pode ser adquirido e quem poderia ser contemplado. Nesse último aspecto, previa-se a prioridade daqueles que não possuísem terras ou daqueles com propriedade inferior aos 25 hectares estimulados como limite, estes apenas poderiam comprar o equivalente para completá-lo. Em nenhum dos artigos previa-se auxílio à produção. Ou seja, por meio de um recorte econômico estavam excluídos

²³⁶ Decreto Lei 4.781 de 28/09/1964: *Diário Oficial*, n.º 64, Ano XII, 29/09/1964, p. 01-02.

²³⁷ Provavelmente, aquelas terras que foram desapropriadas na gestão Brizola podem ter sido alienadas com respaldo desse decreto.

²³⁸ É interessante observarmos que, os mesmo parâmetros de venda, já aparecem em uma circular no final de dezembro de 1963 regulando as concessões dos lotes rurais e urbanos, alterando a circular 12/353 de 08/08/1961. **CIRCULAR Nº 25/866 – Pôrto Alegre, 06/12/1963** – Assinado: “Israel Farrapo Machado / Diretor” Encaminhado a “Chefe Inspetoria de Terras”.

todos aqueles que não teriam condições financeiras tanto de comprar as terras disponibilizadas pelo Estado, quanto de garantir a própria produção. Assim, concretiza-se o direcionamento do governo aquelas camadas que, em seu discurso, apresentariam maiores condições de fomentar o almejado desenvolvimento econômico.

Por conseguinte, esse decreto de Meneghetti e a própria reestruturação do IGRA podem ser encarados como uma alternativa de reforma agrária que visa à expansão da fronteira agrícola, com um claro recorte econômico excludente, o que atenderia setores sociais do campo com maior estabilidade e com condições de reversão de capital. Conforme observamos das recomendações da Comissão de Reforma Agrária e as preocupações do IGRA reestruturado, grande ênfase aos cadastros das terras devolutas, indicando que se houvesse algum projeto seja de colonização, seja de recolonização, estes se dariam em terras devolutas, tendência que se confirma com decreto 4.781.

3.2 REFORMA AGRÁRIA: REIVINDICAÇÕES DOS ACAMPAMENTOS, ATIVIDADES DO IGRA

De um lado, como vimos acima, as diretrizes da política agrária do governo, o relatório da Comissão Especial de Reforma Agrária e a própria reestruturação administrativa do IGRA tinham um sentido diferente daquele esperado pelos movimentos de trabalhadores rurais. De outro, veremos que o governo se viu também obrigado, ainda que parcialmente, a atender a algumas das reivindicações do MASTER.

Em meados de março de 1963, em meio a críticas sobre as demissões do IGRA e de que o órgão teria desaparecido por conta da criação da Comissão de Reforma Agrária, Adolfo Fetter, secretário da agricultura, argumenta que o Instituto seguia os seus trabalhos e, segundo noticiou o *Correio do Povo*, afirma o seguinte:

Ainda há poucos dias, conforme foi noticiado pela imprensa, o IGRA depositou em juízo a importância necessária para o Estado se emitir na posse de terras, no município de Rio Grande, visando resolver a situação de um grande número de pequenos produtores. O mesmo está sendo feito em relação a uma área no município de Lavras e novas emissões de posse estão sendo estudadas nos “Banhado do Colégio”, no município de Camaquã, visando corrigir irregularidades constatadas nos loteamentos ali realizados durante a gestão

passada. “Como se vê – continuou o dr. Fetter – o IGRA não desapareceu e está trabalhando. A comissão que foi constituída pelo governador do Estado e que vem se reunindo regularmente, visa estudar e propor medidas a serem adotadas pelo atual Governo em relação à reforma agrária, umas de caráter imediato, outras a longo prazo, sem caráter executivo, o que não importa em desprestígio ao IGRA”.²³⁹ [grifos meu]

Conforme expõe o secretário, alguns dias antes haviam noticiado que o Estado teria efetuado um depósito de Cr\$ 1.728.000,00 que teria concretizado a desapropriação de uma gleba de terras de duzentos e quarenta hectares em Rio Grande, a qual havia sido declarada de utilidade pública em dezembro de 1962, ou seja, pela gestão Brizola. Segundo o *Correio do Povo*, aproximadamente “60 famílias de agricultores sem terra” teriam “assegurada sua subsistência e, com seu trabalho, maior eficiência à produção de gêneros alimentícios”.²⁴⁰ Dessas informações publicadas por este periódico e as declarações de Fetter, não encontramos referências na documentação oficial sobre assentamentos em Rio Grande nem no município de Lavras, sendo importante destacar que, conforme assinala o excerto acima o depósito se faz “em juízo”, indicando que havia contestação judicial. Já sobre o Banhado do Colégio, a distribuição de lotes de terra teria paralisado durante a gestão de Meneghetti, inclusive, conforme visto no capítulo 2, motivando mobilizações nesse núcleo de colonização.²⁴¹

No caso de Rio Grande, de acordo com os relatórios de serviços da Inspeção de Camaquã: até o dia 31 de dezembro de 1962 haviam trinta e quatro lotes rurais demarcados, sendo que nenhum tinha sido concedido em 1963. No relatório do ano seguinte desta Inspeção, as informações se repetem, sendo curioso observar que, o mesmo número de lotes permanece situado como terras devolutas do Estado naquela cidade, confirmando que não houve a formação de um novo assentamento.²⁴²

Algo semelhante acontece em relação à Ibirapuitã, no município de Alegrete. Na segunda quinzena de setembro de 1963, em meio a uma publicação que

²³⁹ *Correio do Povo*, n.º 135, Ano 68, 13/03/1963, p. 14 e 12.

²⁴⁰ *Correio do Povo*, n.º 130, Ano 68, 07/03/1963, p. 03.

²⁴¹ A esse respeito ver: HARRES, 2002.

²⁴² INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA, DIRETORIA DE TERRAS, INSPETORIA DE TERRAS DE CAMAQUÃ, Relatório de 1963, p. 04; INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA, DIRETORIA GERAL, DELEGACIA REGIONAL DE CAMAQUÃ, SERVIÇOS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 1964, p. 13. Esta documentação apenas foi consultada para ver se havia alguma referência à formação desse assentamento anunciado em Rio Grande.

divulgava os trabalhos realizados pelo IGRA, afirma-se que havia uma comissão responsável por selecionar “30 famílias de agricultores a serem instalados nas terras denominadas Barragem do Ibirapuitã, de propriedade do Govêrno do Estado”.²⁴³ Em meados de fevereiro de 1964, em nova matéria apresentando um balanço das atividades do Instituto, Ibirapuitã aparece como um dos núcleos de colonização do Estado e que o IGRA havia demarcado lotes e distribuído a agricultores.²⁴⁴ No relatório de governo de 1963, este aparece entre os núcleos coloniais que teriam recebido assistência do Estado. Segundo este documento, o núcleo de Ibirapuitã estava em processo preliminar de instalação, que seria a construção de uma barragem no rio Ibirapuitã, após seriam distribuídos 1.500 hectares a trinta famílias sem terra da Associação de Sem Terra de Alegrete.²⁴⁵ Ou seja, apesar do que foi publicado no *Correio do Povo*, ainda não havia ocorrido a referida distribuição de lotes entre agricultores. Aliás, este projeto de colonização sequer aparece no relatório de governo de 1964, indicando que, possivelmente, ele não tenha sido concretizado e abrindo margens para se pensar que essas terras, se foram distribuídas, seguiram as regras do decreto-lei 4.781.

Seis dias antes do golpe de estado de 1964, Fernando Gonçalves, então coordenador-geral do IGRA, anuncia ao *Correio do Povo* que ele teria montado uma comissão para “fazer um levantamento das áreas que preenchem as condições mínimas para o estabelecimento de núcleos coloniais”, conforme critérios estabelecidos pelo Plano Regional de Colonização, o qual foi abordado anteriormente. Segundo Gonçalves, havia a pretensão de, em uma primeira fase, instalarem “cinco novos núcleos coloniais, em cinco regiões do Estado: Depressão Central, Missões, Campanha, Serra do Sudoeste e Planalto Médio”. Concretizado esse levantamento, este seria levado ao governador para dar o seu aval. Ainda nessa mesma matéria fala-se em um acordo que teria sido firmado com Waldomiro Mattos, presidente da Associação de Sem Terra de Canoas, “traçando as normas gerais de seleção de agricultores pretendentes a terra”.²⁴⁶ Parecidos com os casos citados antes, estes projetos não são tratados em nenhum dos relatórios de governo

²⁴³ *Correio do Povo*, n.º 298, Ano 68, 22/09/1963, p. 04.

²⁴⁴ *Correio do Povo*, n.º 105, Ano 69, 04/02/1964, p. 07.

²⁴⁵ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, v. II: 29-30.

²⁴⁶ *Correio do Povo*, n.º 147, Ano 69, 25/03/1964, p. 09.

analisados, indicando que eles não foram levados adiante.²⁴⁷ Mesmo eles estando no campo das promessas são dignos de nota, pois eles cumpriam a função de manter o governo ligado à problemática da terra, como também a imagem que buscava construir de social democrata ao estar buscando o diálogo inclusive com o MASTER, assim como visualizado no caso de Ibirapuitã. Mas obviamente este diálogo deve ser relativizado, tendo em conta a dura repressão que assolou os agricultores sem terra ao longo de 1963 e 1964.

Em relação às declarações de utilidade pública e/ou de interesse social do governo Meneghetti elas não se efetivam em desapropriações. Assim, configurando-se em promessas que não se concretizam aparentemente, já que elas não são totalmente contempladas entre as atividades do IGRA nos relatórios de governo. Apesar disso, elas são divulgadas, em alguns momentos, como desapropriações e não declarações de utilidade pública e/ou de interesse social como eram²⁴⁸. Nesse sentido, é necessário considerarmos o sentido jurídico desses termos. Desapropriação não se pode confundir com a declaração de utilidade pública, com esta o “Poder Público dá a conhecer o seu interesse por determinado bem, para fins de desapropriação”, por enquadrá-lo como “utilidade ou necessidade pública ou, ainda, um interesse social. A declaração precede, pois, à desapropriação e é ato-condição desta”. A declaração apenas indica a desapropriação, pois, o “Poder Público pode desistir da expropriação, revogando o decreto declaratório”, somente quando efetivada a desapropriação a propriedade é transferida para o Estado. (SALLES, 1980: p. 51-52. *Apud.*: HARRES, 2002: 232-233)

Como já referimos seriam cinco as declarações de utilidade pública nas seguintes regiões: Banhado do Taim, em Rio Grande, Giruá, Sarandi (Ronda Alta), Torres e Osório.

Na segunda quinzena de novembro de 1963, a *Última Hora* publica a seguinte manchete: “GOVÉRNO FÊZ TRÊS DESAPROPRIAÇÕES”. Apesar deste título, no entanto, o conteúdo da matéria, sem explicitar as diferenças jurídicas que destacamos acima, fala em “declaração de utilidade pública e interêsse social”:

²⁴⁷ Levando-se em conta que estes projetos ganham publicidade dez dias após a entrega do relatório de 1963, neste realmente não teria como aparecer, no entanto, a ausência se repete no ano seguinte, confirmando que a eles não foi dado andamento, constituindo-se apenas em promessas que visavam manter a autoimagem do governo como preocupado com o problema da terra.

²⁴⁸ Conforme veremos a seguir, isso não se aplica totalmente a *Última Hora*.

O último número do Diário Oficial publica *três decretos de declaração de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação*, de três glebas no interior do Estado, com o objetivo de submetê-las [sic] a planos de melhor exploração econômica (maior rendimento), através de planos especiais de colonização, cooperativismo, povoamento e trabalho agrícola. Tais áreas serão loteadas e distribuídas aos agricultores necessitados, através de seleção.²⁴⁹ [grifos meu]

As três glebas referidas, seriam as de Ronda Alta, de Torres e de Osório, totalizando, respectivamente, dez milhões de metros quadrados, dezesseis mil hectares e cinco mil e duzentos hectares. Observa-se da passagem acima que, as informações teriam sido extraídas do Diário Oficial, estabelecendo como objetivo “planos especiais de colonização”. Durante os acampamentos de Torres e Osório, Israel Farrapo Machado, então coordenador-geral do IGRA, afirma que havia “determinações para imediata desapropriação de ambas” as áreas reivindicadas pelo MASTER para “formação de mais duas colônias de agricultores ‘sem terra’.”²⁵⁰ Ou seja, o próprio governo publicita promessas de montar assentamentos nessas terras reivindicadas pelos agricultores sem terra. O mesmo ocorre com a área de Ronda Alta, o *Correio do Povo* ao noticiar que estava sendo encaminhada a declaração de utilidade pública para:

[...] Sarandi, distrito de Ronda Alta, cerca de 1.000 ha, na localidade denominada Papudo. Estas glebas já se encontram grandemente intruzadas [sic], abrigando 72 famílias de “sem-terra”, e a desapropriação visa resolver o problema social desta gente, sujeita a despejo eventual por parte dos proprietários.²⁵¹

É interessante observamos que, nesta passagem, o governo tenta se manter alinhado às reivindicações dos agricultores sem terra, pelo menos em nível de discurso, todavia, esse mesmo discurso os exclui do direcionamento de suas políticas, como já referimos.

Em fevereiro de 1964, as cinco declarações de utilidade pública e/ou de interesse social aparecem entre as atividades efetuadas pelo IGRA, sendo apresentadas com destaque como “DESAPROPRIAÇÕES”: 12.800 ha. em Giruá; 5 mil ha. no Banhado do Taim, em Rio Grande; 1.077 ha. em Sarandi (Ronda Alta);

²⁴⁹ *Última Hora*, n.º 1149, Ano IV, 22/11/63, p.04.

²⁵⁰ *Correio do Povo*, n.º 299, Ano 68, 24/09/1963, p. 07.

²⁵¹ *Correio do Povo*, n.º 14, Ano 69, 16/10/1963, p. 06.

1.600 ha. em Torres; 520 ha. em Osório.²⁵² O leitor mais atento já deve ter observado que, o tamanho das áreas oscila de uma reportagem para outra, no entanto isso seria irrelevante para a nossa análise. O importante é reconhecer que, essas declarações ao serem divulgadas como desapropriações estavam respondendo a pressão social promovida pelos acampamentos e diversas mobilizações populares em torno da reforma agrária, na perspectiva de, como já dito, manter a imagem de um governo preocupado com o problema da terra. Não obstante, a desapropriação parecia estar fora do cálculo político do governo Meneghetti, visto que, como já referido, os projetos de colonização estavam sendo direcionados às terras devolutas pela reestruturação do IGRA.

É interessante observar que, no relatório de 1963, essas declarações são tratadas como se fossem simultâneas à desapropriação, como se pode perceber pelo excerto abaixo citado:

*No tocante a desapropriações de terras foram declaradas de utilidade pública 5 glebas de terra, num total de 20.927,66 ha. [que] foram tomadas em caráter judicial, para conseguir-se a emissão de posse de várias outras glebas de terra.*²⁵³

Eckert, a respeito desse mesmo documento, no entanto, diz que:

[...] pelo decreto nº 15.336 de 26/07/63, foi declarada de utilidade pública e interesse social, uma área de terras com 12.800 hectares, situada no município de Giruá, área esta objeto de um acampamento em abril de 1962; pelo Decreto nº 15.6000, de 17/09/63, foi declarada urgência para a desapropriação da área de cinco mil hectares, no Banhado do Taim, município de Rio Grande; pelo Decreto nº 15.902, de 19/11/63, foi declarada de utilidade pública e interesse social a área de 1.007,66 hectares, no município de Sarandi (Ronda Alta), área esta visada por agricultores acampados nesse município; pelo Decreto nº 15.903, de 19/11/63, foi declarada de utilidade pública e interesse social a área de 1.600 hectares no município de Torres, área visada por agricultores sem terra que realizaram acampamento nesse município em setembro de 1963; e pelo decreto nº 15.906, de 19/11/63, foi declarada de utilidade pública e interesse social a área de 520 hectares, no município de Osório, também visada por agricultores acampados em setembro de 1963. (ECKERT, 1984: 207-208)

Ou seja, apesar da Mensagem fazer menção a desapropriações, estas ainda não estavam efetivadas, aliás, não se fala em distribuição de terras nessas áreas.

²⁵² *Correio do Povo*, n.º 105, Ano 69, 04/02/1964, p. 07.

²⁵³ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, v. II: 102-103.

Ao analisarmos o relatório de 1964 percebemos que além de não se tocar no assunto, também não há referência a projetos de colonização naquelas regiões. Ou seja, essas declarações de utilidade pública e/ou de interesse social, provavelmente, caíram no esquecimento até caducarem os decretos ou ainda foram direcionadas e regidas pelo posterior decreto 4.781, que incumbia e autorizava o IGRA a alienar terras que foram incorporadas ao patrimônio estadual.

No caso da declaração de utilidade pública e interesse social de Osório, sabemos, pelo que já foi exposto no capítulo anterior, que a desapropriação nunca se concretizou, uma vez que as terras seguiram em litígio,²⁵⁴ o que deve ter levado a perda de valor para o decreto correspondente a declaração. Sobre Torres, não podemos fazer nenhuma inferência, deve-se apenas lembrar que o acampamento da região contou com apoio, inclusive, de elementos da UDN daquela cidade, mas assim como todos os casos não se faz menção alguma sobre distribuição de terras nessa localidade no relatório de 1964. Já o caso de Rio Grande, deduz-se que seja o mesmo que abordamos anteriormente²⁵⁵, porém, é preciso deixar claro que, naquele caso não temos referência a qual área seria, o que inviabiliza a certeza se é realmente o Banhado do Taim.

Quanto à declaração de Giruá, na área conhecida como Rincão dos Vieiras, Eckert diz que Brizola chegou a estudar “a possibilidade de utilização de uma área de cerca de 12.800 ha reivindicada pelos *sem terra* da região”, porém, este projeto não se concretizou. (ECKERT, 1984: 139) De acordo com debate travado na Assembleia Legislativa, onde pesam acusações de que o governo estaria realizando um “negócio agrário”. O deputado Osmar Lautenschleiger (PTB), segundo o *Correio do Povo*, argumenta que havia indícios nesse sentido, indicando que “estaria para ocorrer uma irregularidade”, afirmando que a área havia sido adquirida pela família Vieira:

[...] por volta de 1.800, nunca tendo sido procedido o inventário das terras. Um cidadão residente em Santa Rosa, sr. Fridolino Lintz adquiriu os direitos hereditários de muitos pretensos proprietários ou herdeiros daquelas terras e em dezembro de 1960 fêz o inventário no foro de Giruá. Procedido o inventário, o sr. Fridolino Lintz, que é tabelião, ingressou em juízo com uma ação de reivindicação para imitar-se na posse das terras. A ação de domínio ou escrituras de cessão de direitos, alegaram posse de dez, vinte, trinta ou mais anos.

²⁵⁴ Conforme abordado no capítulo 02, p. 68-69.

²⁵⁵ Ver p. 106-107.

Hoje ainda a área se encontra em litígio. [...] No govêrno passado tentou-se uma solução administrativa para o problema, tendo em vista um movimento de agricultores sem terra e a reação dos ocupantes, criando-se uma situação de intranquilidade. O sr. Leonel Brizola decretou a utilidade pública da área, para fins de desapropriação, medida muito combatida naquela zona, na época. Dois dias antes de deixar o govêrno, porém, s. as. anulou o ato anterior. [...] o sr. Brizola [depois de] deixar o Govêrno não mais se falara no 'Rincão dos Vieira'. Mas no fim do mês passado, o sr. Ildo Meneghetti baixou um decreto declarando a área de utilidade pública também para fins de desapropriação.²⁵⁶

Deve-se atentar que, a acusação de que estava se efetivando um negócio agrário faz parte do jogo político de uma postura oposicionista do referido deputado, no entanto, este nos deixa indicado que a propriedade das terras era fruto de um litígio antigo o que poderia ter inviabilizado o processo desapropriatório levando ao caducamento da declaração. É interessante observarmos que, segundo o relatório de governo de 1963, a Procuradoria Geral teria sustado “o pedido de imissão imediata da posse das terras pelo Estado”, indicando que houve entraves em seu encaminhamento. Por não termos tido contato com a documentação da Inspeção de Terras de Santa Rosa, que abarcava o município de Giruá, não temos nenhuma indicação do caminho que seguiram estas terras, assim também não se exclui a possibilidade delas terem sido reguladas pelo decreto 4.781 de alienação das terras públicas incorporadas ao patrimônio estadual.

É interessante observarmos que, depois do golpe civil-militar houve empenho por parte do órgão de reforma agrária, via Delegacia Regional do IGRA de Nonoai, antiga Inspeção de Terras²⁵⁷, em serviços de medição de Ronda Alta. Isto pode ser percebido, por meio de dois radiogramas: o primeiro solicitando “duas ou três pessoas para continuar medição secção Ronda Alta”, uma vez que, pelo que deixa compreendido o radiograma, o pessoal responsável por abrir uma das estradas que o IGRA estava engajado teria sido “posto nos serviços de desmatção” da “serra do Rio Passo Fundo”; em resposta, Adão Chagas, responsável pelo escritório da então Delegacia Regional do IGRA de Nonoai, determinava que fosse retirado alguns operários da “desmatção” da Serra Rio Passo Fundo para a

²⁵⁶ *Correio do Povo*, n.º 272, Ano 68, 23/08/1963, p. 03. Essas denúncias seriam reforçadas pelo mesmo deputado, quase um mês depois, ao pedir informações sobre os planos do governo sobre “a desapropriação da fazenda Rincão dos Vieiras, em Giruá. Explicou o orador que, a julgar pelos fatos, a conduta do govêrno em relação à referida gleba tinha tôdas as características de um negócio agrário para beneficiar alguns interessados.”

²⁵⁷ O decreto de reestruturação do IGRA muda a nomenclatura das Inspeções de Terras para Delegacia Regional do IGRA.

medição da “Secção Ronda”.²⁵⁸ Em outras palavras, parece ter ocorrido os trabalhos iniciais para o loteamento da área. Ainda assim, deve-se observar que Ivaldo Gehlen levanta a dúvida se a área de Ronda Alta estaria, ou não, dentro da área da Fazenda Sarandi. (GEHLEN, 1983: 107, 132-133) Embora não se tenha certeza a esse respeito, é interessante observarmos que o próprio relatório de governo de 1963, faz de certa forma, a mesma aproximação ao referenciar Ronda Alta na parte que trata sobre a Fazenda Sarandi, na seguinte passagem:

Estão sendo atendidas ainda mais 36 famílias que se encontram acampadas em Ronda Alta, aguardando distribuição de terras. Prossegue o trabalho de demarcação de lotes, na gleba de mato da Fazenda [Sarandi], nas proximidades de Ronda Alta.²⁵⁹

Isto é importante ser mencionado, pois inferimos que a área de Ronda Alta, declarada de utilidade pública e interesse social, tenha seguido os regulamentos da lei 4.781, assim como em Sarandi. Conforme constata Ivaldo Gehlen teriam ocorridos negociatas na Fazenda Sarandi que permitem a reconcentração destas terras desapropriadas na gestão de Brizola. De acordo com este autor, não houve mais assentamentos na região de Sarandi depois de 1964, só voltando a acontecer em 1979. Ainda segundo Gehlen, em setembro de 1964, Meneghetti teria transformado “a desapropriação judicial em amigável”, indenizando os proprietários “com um valor vinte vezes superior ao que havia sido depositado” (Cr\$ 100 mil). Além disso, o governador teria diminuído “de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra”. (GEHLEN, 1983: 103 e 140) Esse beneficiamento segue a mesma lógica imposta pelo decreto 4.781, o que talvez indique o caminho que tenha seguido as terras desapropriadas da região de Sarandi como um todo. Acerca dessas terras podemos constatar o interesse ruralista, por meio de contatos com a Inspetoria de Terras de Erechim, por parte de uma das entidades da FARSUL, a Associação Rural de Campinas do Sul, onde o presidente desta escreve ao chefe daquela repartição pública:

²⁵⁸ **RADIOGRAMA 04-64 – Porto Alegre, 14/05/1964** – Assinado: “Adão Chagas” Encaminhado a “Antonio Pereira de Souza Chefe Inspetoria Terras Erechim”; **Radiograma nº 35/64 – Erechim, 18/05/1964** – Assinado: “Antônio Pereira de Souza Chefe Delegado Regional de Erechim” Encaminhado a “Adão Schleder Chagas Enc. Escritório Delegacia Regional IGRA Nonoai”.

²⁵⁹ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, v. II: 30.

Prezado Amigo,
 Com o presente apresento-lhe os srs. Urnau João Passini e Daniel Marchetto e os *recomendo ao amigo como pretendentes a terra agricultavel* [sic], *de preferência no núcleo de Sarandi*.
 [Solicita informação de] como e por intermédio de que órgão é feita a distribuição de lotes naquela fazenda e se as inscrições dos pretendentes tem de ser feitas nessa 4ª. Inspetoria. *Estou encaminhando estes dois pretendentes à rumo, sem ter um informação* [sic] *certa e oficial, e teria mais três cidadãos nas mesmas condições que desejam ser encaminhados.*²⁶⁰ [grifos meus]

Esta evidência não só demonstra a integração desta entidade ruralista com a referida Inspetoria, mas também que esta área era cobiçada por outros setores sociais do campo além dos agricultores sem terra. Diante disso, é interessante observarmos que, de acordo com Gehlen:

No governo Meneghetti, ainda, iniciou-se a distribuição das áreas consideradas mecanizáveis da Fazenda, a maior parte da terra de campo [...], em 40 glebas apropriadas para granjas com tamanhos que variavam de 100 a 200 ha.. Os beneficiados foram em sua maioria pessoas de confiança do partido do governo e que desempenharam alguma forma de liderança partidária, caracterizando corrupção com interesse eleitoral.
 [...]
 Da mesma Fazenda Sarandi também foram transferidos 1.775 ha para Eletrosul, para formação da bacia de captação de água de uma hidrelétrica no Rio Passo Fundo. Outros 5.806 ha foram vendidos, depois de 1964, para políticos e líderes partidários da extinta ARENA da região, verdadeiros “testas de ferro” para acobertar as rendosas transações imobiliárias. (GEHLEN, 1983: 147-148)²⁶¹

Ou seja, a região de Sarandi, que abarcava Ronda Alta, foi fruto de “rendosas transações imobiliárias”, levando-se em conta que estas terras haviam sido incorporadas ao patrimônio do Estado muito provavelmente esses negócios tenham sido regulados pela lei 4.781. Aliás, o que estava dentro da perspectiva do discurso de governo de direcionamento de sua política, o que corrobora com os apontamentos de Gehlen. Por ora basta indicar que, ainda segundo este autor, que o projeto da Fazenda Sarandi foi abortado no governo de Ildo Meneghetti.

3.2.1 Reflexos do Acampamento de Passo Feio

²⁶⁰ **Carta da “Associação Rural de Campinas do Sul”. Campinas do Sul, 05 de dezembro de 1963.** Assinado por “U. H. HÖSCHELE, Presidente” – Remedita a “Antônio Pereira de Souza / DD. Chefe da Insp. de Terras” – Erechim.

²⁶¹ Tabela VI do Ivaldo.

Quanto ao acampamento do Passo Feio, como já referido, mesmo que algumas de suas reivindicações tenham sido atendidas pelo governo, os trabalhadores rurais, não escaparam à repressão policial, que chega até mesmo a resultar em uma CPI.

Alguns dias antes do acampamento ser dissolvido, Israel Farrapo Machado por meio de uma carta²⁶² solicita ao chefe da Inspetoria de Erechim a análise da “demarcação feita na mesma Reserva [Florestal de Nonoai], [da] distribuição de lotes e verificada a possibilidade de serem colocadas algumas famílias de agricultores dos ora acampados no Passo Feio” e informa que seria necessário:

[...] proceder um estudo de toda a área da Reserva de Nonoai, para constatação de partes desmatadas ou desprovidas de pinhal industrializável. *Visa êsse trabalho a coleta de elementos para o estudo das conveniências ou não de ser demarcadas partes (ou a totalidade) da mesma e distribuídos os lotes entre os agricultores sem terra da região.*²⁶³

A mesma determinação era válida para o Toldo Indígena de Nonoai, conforme a mesma carta. É interessante lembrar que, durante o segundo acampamento dessa região o governo atribuiu a responsabilidade da reserva a SUPRA e ao SPI, embora, como percebemos aqui, o IGRA estivesse controlando não só a demarcação e posse desses lotes, mas também buscava registrar, conforme outro item da carta, o número de indígenas daquela localidade.²⁶⁴ Importa-nos dessas solicitações, observarmos que houve certo empenho em atender os agricultores sem terra acampados no Passo Feio, devido à grande repercussão que este apresentou na imprensa e nos meios políticos, porém, deve-se frisar que estava apenas determinado o “estudo das conveniências ou não” de serem loteadas aquelas áreas para fins distributivos.

Em meados de março, segundo matéria publicada no *Correio do Povo*, divulgou-se que em torno de sessenta agricultores teriam sido alocados pelo cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho, provisoriamente, em terras do Estado, porém, eles

²⁶² Em parte já comentada no capítulo 02, página 50.

²⁶³ **Carta. IGRA DTC N.º 6/77 IFM/TR, 11 de fevereiro de 1963.** Assinado por “Agrimensor – Israel Farrapo Machado, Diretor” – Remedita a “Antônio Pereira de Souza / DD. Chefe da Insp. de Terras” – Erechim.

²⁶⁴ Conforme abordado no capítulo 02, p. 56-62

estavam sendo ameaçados por “intrusos”.²⁶⁵ Ou seja, eles haviam sido alojados em lotes já ocupados o que deve ter gerado um conflito entre os próprios sem terra. No final do mesmo mês, Adolfo Fetter, secretário da agricultura, anuncia a *Última Hora* que das trezentas famílias que acamparam no Passo Feio, trinta e seis iriam receber terras da Reserva Florestal de Nonoai.²⁶⁶

A partir destas matérias é interessante assinalar que, o governo tenta manter uma imagem reformista. De acordo com o que já vimos anteriormente, a região de Nonoai era foco de grande tensão político social entre distintos grupos sociais de diferentes níveis econômicos. Durante o governo Brizola, em meio a negociações com a FARSUL, a formação dos núcleos de colonização se direcionam para as terras indígenas, o que evitava e minimizava o confronto com o latifúndio e, conseqüentemente, gerava um conflito entre grupos sociais de menor respaldo político, agricultores sem terra versus indígenas. Ao que nos parece, Meneghetti utilizou-se da mesma estratégia do seu adversário, assim se mantinha vinculado ao compromisso de efetivar uma reforma agrária, enquanto evitava as desapropriações e o conflito com os ruralistas, mas fomenta ainda mais o conflito entre fracos. Simonian afirma que os dois governadores “tiveram papel de destaque quanto à expropriação dos toldos indígenas do Rio Grande do Sul”. A autora ainda frisa que, embora fossem “adversário formais, quanto à questão indígenas, eles se igualaram”, ambos expropriaram os toldos indígenas, Meneghetti os de Nonoai e Serrinha e Brizola estes e outros. (SIMONIAN, 2009: 479)²⁶⁷

Carini indica-nos que, no primeiro mandato de Ildo Meneghetti, este decreta a lei 3.381, que “autorizava o governo a vender os 6.624 ha da reserva [de Serrinha], denominando a área loteada de ‘Secção Marechal Rondon”. Para o autor, tal medida beneficiou a incipiente empresa rural tritícola mecanizada, originada pelo intrusamento das reservas por descendentes europeus, especialmente os vindo da região serrana por conta do esgotamento da fronteira agrícola. (CARINI, 2005: 161)²⁶⁸ É interessante essa medida do primeiro mandato de Meneghetti, não só

²⁶⁵ *Correio do Povo*, n.º 125, Ano 68, 01/03/1963, p. 07.

²⁶⁶ *Última Hora*, n.º 977, Ano IV, 30/04/63, p.03; *Correio do Povo*, n.º 175, Ano 68, 30/04/1963, p. 18.

²⁶⁷ A esse respeito, Joel João Carini tem a mesma posição que a autora, ao apontar o período de 1949 a 1963 como o auge das expropriações do território indígena na região de Nonoai, “nos governos de Valter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel Brizola”. (CARINI, 2005: 135)

²⁶⁸ “lei nº 3.381, de janeiro de 1958. / Autoriza o Estado a alienar terras de sua propriedade, localizadas no Município de Sarandi, lugar denominado ‘Serrinha”. Os termos dessa lei são semelhantes ao decreto lei 4.781, indicando um beneficiamento de setores sociais com maior

porque este contribuiu com a espoliação indígena no seu primeiro mandato, mas também porque nos indica que as terras indígenas seriam as mais suscetíveis a projetos de colonização ou assentamentos de agricultores sem terra.²⁶⁹

No interregno entre as últimas matérias jornalísticas mencionadas, as Inspetorias de Terra de Erechim e Nonoai estiveram, especialmente a primeira, em volta dos serviços de loteamento da reserva florestal de Nonoai e de parte desmembrada desta – conhecida como seção João Caruso, que mudou de nome em 1963 para 4ª Seção Planalto. Apesar de alegarem urgência na execução desses trabalhos, eles ocorrem de forma morosa, conforme podemos perceber pelos seguintes radiogramas:

De ordem Coordenador Chefe, solicito mandar proceder verificação glebas desmatadas Reserva Florestal Nonoai, localizando as plantas, fim possibilitar estudos desmembramento mesmas para serem *divididas lotes rurais e colocados agricultores sem terras* calculo aproximado areas. [sic] *Face urgência caso requer deveis imobilisar* [sic] *peessoal necessário [d]essa Inspetoria e Nonoai, solicitando se necessário Major Fagundes.*²⁷⁰ [grifos meu]

Quase um mês depois, em meados de abril, o trabalho de demarcação ainda não havia iniciado. Conforme se constata em correspondência do chefe da Inspetoria de Erechim a Israel Farrapo Machado, aquele alega que estaria providenciando “medidas preliminares” para dar “início imediato [ao] serviço [de] demarcação [de] terras” em lotes da Reserva Florestal.²⁷¹ No final do mesmo mês, Adolfo Fetter, secretário da agricultura, deliberou que se agilizasse a demarcação dos lotes da “faixa de terras desmatadas” da “Reserva Florestal de Nonoai e situada

capacidade de autofinanciar a produção. Dava-se preferência “aos posseiros e intrusos”, estes podiam possuir outras terras, desde que comprovassem residir naquele local a pelo menos seis anos “com residência habitual e cultura efetiva”.

²⁶⁹ Ao longo desses dois anos de mestrado, foram inúmeras as notícias vinculadas na grande imprensa relacionadas ao confronto de indígenas e os assentados da década de sessenta. Apenas a título de curiosidade, durante as minhas pesquisas na Divisão de Terras Públicas, um dia o atual secretário da agricultura do governo Tarso Genro veio especular sobre o que eu estava ali pesquisando. Após ouvir uma síntese muito superficial do que seria meu tema de pesquisa, ele afirma que o governo estaria tentando resolver este problema, o qual ele atribuía a responsabilidade a gestão de Brizola. Ironicamente, alguns meses depois, os indígenas foram covardemente atacados pela Brigada Militar em frente ao Palácio Piratini demonstrando a falta de compromisso e respeito com os povos indígenas que é relegada de uma administração a outra.

²⁷⁰ **RADIOGRAMA of. 63/136 – Pôrto Alegre, 06/03/1963** – Assinado: “FARRAPO MACHADO DIRETOR” Encaminhado a “Sr. Chefe Inspetoria Terras Erechim.

²⁷¹ **Radiograma nº 88/63 – Erechim, 02/04/1963** – Assinado: “Antonio Pereira de Souza Agrimensor Chefe inspetoria Terras Erechim” Encaminhado a “Israel Farrapo Machado / Diretor Diretoria de Terras e Colonização” POA.

ao longo da linha divisória da mesma, com as terras colonizadas no município de Iraí”. Nessa área seriam “colocados os agricultores ‘sem terra’ oriundos do acampamento de Passo Feio e que foram colocados nos lotes demarcados da área desmembrada da Reserva (Secção João Caruso), pelo Coronel Gonçálio Cúrio de Carvalho”. Além disso, na mesma correspondência, Fetter determinava fazer contatos com a Brigada Militar, a fim de evitar “a entrada de novos intruzos”, que “viria a embaraçar e dificultar a solução do problema”. A solução apontada seria a recolocação destas famílias em outro local.²⁷²

Ou seja, ainda no final de abril não havia sido resolvido o problema destes agricultores que estariam em glebas já ocupadas, conforme visto mais acima, o que, sem dúvida, deve ter desestruturado o trabalho daqueles que já se encontravam assentados; assim como impossibilitado que os novos assentados dessem início aos seus cultivos, uma vez que se previa que fossem realocados em outras glebas do Estado. Aliás, a autorização para se iniciar os trabalhos agrícolas, só ocorre em julho de 1963, sendo que o loteamento definitivo ainda não estava concluído, apesar do que foi divulgado na imprensa, e que logo eles seriam transferidos.

A questão da produção pode ser observada a partir da transcrição de um ofício do Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Israel Farrapo Machado, que é encaminhado, dentro de outro ofício, ao Comandante da Polícia da Reserva de Nonoai: de acordo com informações de “João Muniz Reis, Chefe da Secção de Faixa de Fronteira”, estava “autorizado a conceder licença para derrubada de mato, para roças, aos agricultores da Secção João Caruso”, conforme forem feitas as “subdivisões programadas”.²⁷³ Apenas lembrando que é nesta seção que o cel. da Brigada Militar e porta-voz do governador, Gonçálio Cúrio de Carvalho, havia alocado os agricultores sem terra provenientes do acampamento de Passo Feio.

Será durante o segundo acampamento da região, que é publicitada a transferência de trinta e quatro famílias que estavam assentadas na seção João Caruso, originárias daquele acampamento, para a Fazenda Sarandi, ou seja um mês depois destes obterem autorização para o início do plantio. De acordo com a *Última Hora*, os deslocamentos de assentados seria um dos motivos desencadeadores do

²⁷² **Carta nº 66/328 – POA, 29/04/63.** Assinado por “Israel Farrapo Machado / Diretor” – Remedita ao “Sr. Chefe da Inspetoria de Terras de Erechim”.

²⁷³ **Of. N.º 397/63 – Nonoai, 12/07/63.** Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Chefe Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Tenente Lacerda” “Cmte. do Destacamento Policial da Reserva Florestal – Nonoai”.

novo acampamento na região, uma vez que o IGRA teria desprezado lista dos agricultores sem terra que tinham “sido selecionados para receber terras” nesta Fazenda. Segundo Eckert são esses agricultores, inicialmente preteridos a serem assentados em Sarandi, que formam esse segundo acampamento na região de Nonoai. (ECKERT, 1984: 176) Além disso, conforme a mesma reportagem,

o Delegado Nunes [da cidade de Nonoai] por conta própria, ou a mando do IGRA, fêz nova “transmigração”, deslocando oito famílias da Fazenda Sarandi para Ronda Alta, deixando-os quase desabrigados numa antiga e úmida serraria, onde alguns já adoeceram. Dizem os camponeses que essa medida foi tomada em represália pela invasão do Toldo.²⁷⁴

No dia seguinte a essas acusações, Adolfo Fetter, secretário da agricultura, defendeu as medidas tomadas, alegando que essas transferências não eram represálias e que teriam sido acordadas com os camponeses.²⁷⁵ A esse respeito, é interessante observar que, no início da segunda quinzena de maio, entre outras determinações, solicitava-se a verificação da “possibilidade e receptibilidade de transferência dos intruzos [sic] colocados em lotes já ocupados”²⁷⁶. Ou seja, aparentemente houve certo diálogo com os agricultores que teriam sido alojados pelo Cel. Gonçalino na região de Nonoai, no entanto, estes são tratados como “intrusos”, revelando certa tensão entre eles e a administração daquele núcleo. Além disso, deve-se observar que estava aberta a possibilidade de transferi-los dois meses antes de autorizarem o início dos cultivos, que conforme já dito se dá em julho. Ou seja, somente após liberado o cultivo ocorre à mudança, o que possivelmente tenha sido fruto de descontentamentos por gerar instabilidade em sua produção. A nota de Fetter acerca desses deslocamentos é publicada na íntegra no *Correio do Povo*, observemos a seguinte passagem:

Esta gleba compõe-se de 2.235 hectares de terras desmembradas do Parque Florestal de Nonoai, por decreto governamental n.º 13.795, de 10 de julho de 1962. A referida área foi dividida em 96 lotes, inicialmente, *quando a atual administração tomou posse no Governo, encontrou aquele núcleo em situação calamitosa*. Em princípios de fevereiro do corrente ano, já havia ali cerca de 175 famílias, o que, dividido, tocará uma área inferior a 13 hectares para cada lote,

²⁷⁴ *Última Hora*, n.º 1073, Ano IV, 22/08/63, p.03.

²⁷⁵ *Última Hora*, n.º 1074, Ano IV, 23/08/63, p.05.

²⁷⁶ **ORDEM DE SERVIÇO Nº 4– Porto Alegre, 16/05/63.** Assinado por “Israel Farrapo Machado / Diretor” – Remedita ao “Sr. Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai”.

extensão de terra insuficiente para o sustento de uma família, transformando assim em núcleo minifundiário.

Nossa preocupação inicial foi resolver o problema da exiguidade de área com que se debatia cada família, para sua subsistência. Os técnicos do IGRA, agindo calmamente, persuadiram 34 famílias a aceitar lotes na Fazenda Sarandi, em troca das terras que ocupavam. Assim sendo ficou regularizada a situação de 141 famílias, com a transferência das outras 34. As famílias transferidas, compostas por antigos acampados em Passo Feio, onde se encontravam à beira da estrada em situação deprimente, estão agora devidamente colocadas, em situação definitiva, plenamente satisfeitas e trabalhando com afinco em suas lavouras, usando ferramentas e enterrando sementes doadas pela Secretaria, morando em residências construídas com material recebido do órgão estadual. [...] [...]

No entanto, havia em Sarandi um grupo de 8 famílias em situação irregular, e mesmo duvidosa. *Estas famílias estavam ali intrusadas, prejudicando os demais agricultores do núcleo, sem que soubéssemos as origens das mesmas. Podemos afirmar que não estavam acampados,* pois estes sempre são auxiliados. Estas famílias, cremos, foram vítimas de alguma promessa enganosa, ou a mando de algum interesse excuso [sic]. No entanto, não foram expulsos ou abandonados. Foram, isto sim, retirados do local, pois prejudicavam os que ali trabalham. Estão morando em uma casa desocupada, recebendo toda assistência, até que tenhamos possibilidade de normalizar a situação.²⁷⁷

Deve-se observar que não se reconhece ou convenientemente se esquece que, as trinta seis famílias haviam sido alojadas na seção João Caruso em lotes já ocupados – logo após a dissolução do acampamento de Passo Feio –, assim desloca-se a responsabilidade da formação de minifúndios à gestão passada. Dessa forma justificava-se a transferência de trinta e quatro, das trinta e seis famílias oriundas daquele acampamento, para a Fazenda Sarandi, que por sua vez motiva a exclusão de oito famílias desta localidade. Quanto a este segundo grupo, é como se o secretário estivesse atribuindo a responsabilidade aos próprios agricultores que foram retirados dali, por serem intrusos ingênuos e enganados por “algum interesse escuso”, mas nega que tenha os abandonado e afirma que o governo estava prestando a devida assistência. O destino final destas oito famílias é desconhecido, já que a documentação administrativa não se refere a elas, o que possivelmente indica que elas realmente foram abandonadas a própria sorte. Além disso, aqui é importante lembrar que as terras de Ronda Alta, para as quais eles teriam sido transferidos, seguem provavelmente o caminho da lei 4.781.²⁷⁸ Ainda deve-se destacar que – apesar do secretário afirmar que, as famílias já estariam trabalhando

²⁷⁷ *Correio do Povo*, n.º 272, Ano 68, 23/08/1963, p. 10.

²⁷⁸ Conforme abordado neste capítulo, p. 114-115.

nas terras recebidas na Fazenda Sarandi – a área aparentemente não havia sido loteada para receber as trinta e quatro famílias que para lá foram deslocadas, revelando ser uma solução improvisada e sem planejamento. Isto é evidenciado uma semana após a essa publicação, quando Israel Farrapo Machado, coordenador do IGRA, solicitava que fossem designados dois agrimensores “para Fazenda Sarandi”, a fim de proceder levantamento de polígonos de mato e a divisão de lotes.²⁷⁹ Ainda a esse respeito, na segunda quinzena de setembro, Machado em nota à imprensa faz um balanço das atividades do IGRA, onde afirma que na Fazenda Sarandi estariam

[...] medidas as 16 glebas *entregues aos agricultores ‘mecanizados’*. [...] *esclarece ainda estarem também demarcadas as áreas a serem entregues às 36 famílias de agricultores que estavam acampadas na área desmembrada da Reserva Florestal de Nonoai*, totalizando 131 lotes.

Na Fazenda Sarandi, a demarcação de lotes prossegue em ritmo acelerado. Estão trabalhando cinco turmas de agrimensores, na gleba denominada Mato dos Castelhanos, onde futuramente colocar-se-ão mais de 300 famílias de agricultores “sem-terras”. [...]

“Estamos prestando assistências aos agricultores instalados na Fazenda Sarandi. Dêsses agricultores, 85 e suas famílias recebem alimentação, assistência médica e roupas, pois trata-se na realidade de pessoas desprovidas de quaisquer recursos”, diz a nota.

Ainda naquela região, ficou esclarecido terem sido demarcados 14 lotes rurais, que somam 2.235 hectares, desmembrados da reserva Florestal de Nonoai, nos últimos dias da administração passada. Êsses lotes eram destinados aos antigos intrusos da Reserva Florestal, que se encontravam ali instalados há mais de 10 anos. No entanto, foram encontradas 141 famílias residindo na gleba, o que forçou um novo planejamento na divisão dos lotes, para acomodar essas 141 famílias. A dissolução do acampamento de sem-terras’ do Passo Feio, por outro lado, veio agravar a situação, pois 36 famílias ficaram alojadas nos lotes, desacomodando as demais.

Nos estudos realizados pelo sr. João Muniz Reis, chefe da S. da Fronteira, aconselharam a transferência desses excedentes para outro local, pois a presença dos mesmo ali traria a condição prejudicial, tanto social como economicamente, de minifúndio à novel colônia. *As famílias excedentes foram mobilizadas para outra área, estando totalmente superado o impasse. As famílias foram transferidas para lotes existentes na Fazenda Sarandi.*²⁸⁰ [grifos meus]

Novamente se justifica a transferência, responsabilizando a administração passada. Apesar da nota concluir que o impasse estaria superado, deve-se destacar que também se afirma que já estariam demarcados os lotes “a serem entregues” as

²⁷⁹ **RADIOGRAMA 311/650– Pôrto Alegre, 30/08/1963** – Assinado: “FARRAPO MACHADO DIRETOR” Encaminhado a “Sr. Chefe Inspetoria Terras Erechim”.

²⁸⁰ *Correio do Povo*, n.º 298 – Ano 68, 22/09/1963. p. 04.

famílias oriundas do primeiro acampamento de Passo Feio. Assim, por meio dessas contradições, fica por um lado a dúvida se elas realmente estavam já acomodadas e, por outro lado, a certeza de que elas ainda não estavam assentadas um mês antes, conforme divulgou o secretário da agricultura. Ainda deve-se frisar, dessa passagem, que também estavam recebendo terras na Fazenda Sarandi agricultores “mecanizados”, que sem dúvida, pelo que já vimos anteriormente, não seriam agricultores vinculados ao movimento dos sem terra.

Nesses termos, pode-se inferir que esses agricultores sem terra provavelmente foram abandonados à própria sorte, já que as terras da Fazenda Sarandi foram relegadas a negociações de venda, seguindo provavelmente os regulamentos da lei sancionada por Meneghetti de alienação de terras públicas. Assim mantendo-se a coerência de seu discurso quanto a quem deveria ser direcionada a administração pública, o incentivo àqueles que teriam, nas palavras do governo, “condições de dinamizar a economia”.

Em outras palavras, pode-se dizer que esses agricultores muito provavelmente não permaneceram nas terras recebidas, sendo que alguns deles se engajaram na luta desencadeada no final da década de setenta e início dos anos oitenta.²⁸¹ Dessa forma, estes assentamentos, seguidos de deslocamentos, apenas serviram para manter a imagem do governo vinculado à proposta reformista, porém, como os atendidos não seriam o alvo do direcionamento da administração pública, segundo a lógica do seu discurso, esses são abandonados e substituídos por aqueles que teriam condições de dinamizar a economia, no caso em questão agricultores já mecanizados²⁸² e os granjeiros.

3.3 ATIVIDADES DO IGRA E OS CASOS DE NONOAI E ERECHIM

Como vimos ao longo de 1963 e 1964, o IGRA havia passado por um processo de transformação em seu regulamento legal, abrindo espaço para questões que ultrapassavam os princípios para os quais ele foi criado em 1962, sendo direcionado a uma política agrária caracterizada por um teor mais técnico que

²⁸¹ A esse respeito ver: GEHLEN, 1983.

²⁸² Sobre estes agricultores mecanizados deve se fazer uma ressalva, alguns poderiam ser arrendatários sem terra. No entanto, isto não invalida o nosso argumento, já que estes apresentavam melhores condições econômicas, que inclusive os permitiram mecanizar seus trabalhos agrícolas. A esse respeito ver: CARINI, 2005.

desqualifica o problema social da questão agrária. Diante de alguns casos isolados, de acordo com o que foi visto anteriormente, o governo atende algumas reivindicações do MASTER, no entanto elas acontecem dentro de um quadro de forte pressão política e social e de uma série de contradições, sendo logo descaracterizadas em termos sociais: por exemplo algumas “desapropriações” e as trinta e seis famílias do primeiro acampamento do Passo Feio.

Nesse sentido, deve-se então passar a analisar as atividades do IGRA e os casos das Inspetorias de Terra de Nonoai e Erechim, a fim de visualizar o direcionamento delas, a quem e a que elas estavam atendendo. Desse modo, pode-se dizer que os serviços do IGRA, em grande medida estavam atendendo demandas de outros setores sociais, especialmente os ruralistas, que não aqueles para os quais ele havia sido criado para assistir, ainda no governo Brizola.

As atividades do IGRA encontram-se detalhadas nos relatórios de governo de 1963 e 1964, sendo interessante observar que, de um ano para o outro, ocorre uma redução em termos de volume de informações considerável. Tal situação é reflexo direto do golpe civil-militar de 1964, que anula os agentes de pressão por uma reforma agrária consentânea com as reivindicações dos agricultores sem terra. De qualquer forma, em 1963 ainda podemos visualizar os toldos indígenas recebendo alguma assistência mínima e alguns poucos agricultores assentados, mesmo com as suas contradições, da falta de assistência e das perseguições políticas; por outro lado, em 1964, esses toldos sequer são citados no relatório desse ano, apenas aparecendo informações sobre a Fazenda Sarandi que teria sido concluído o processo desapropriatório. Aliás, algumas dessas medidas de 1963, de acordo com o que expusemos antes, apenas serviram como forma de publicidade do governo não apresentando resultados efetivos, por exemplo, as “desapropriações” e o caso das trinta e quatro famílias assentadas na Fazenda Sarandi, ambas já tratadas nesse capítulo.

Conforme informações do relatório de 1963, o IGRA teria mantido a assistência aos Toldos Indígenas e dos núcleos Coloniais de Itapoã, Ibirapuitã, Fazenda Sarandi e Banhado do Colégio. No Toldo Nonoai e Serrinha, havia “intrusos” nos acampamentos e esse “conflito” não estava resolvido; menciona Ibirapuitã, o qual já analisamos anteriormente, que estaria em estudos preliminares para formação de um núcleo de colonização; aparece ainda informações sobre a

população do Toldo Carreiros, em Passo Fundo, e que o Estado teria prestado assistência sem especificá-la.²⁸³ Chama-nos a atenção, o Toldo Inhacorá, sobre o qual Carini diz que 82% do território deste toldo teria sido destinado à reforma agrária, sem especificar durante qual governo isso teria ocorrido. (CARINI, 2005: 135-136) De acordo com o relatório de 1963, afirma-se que as lavouras estariam “destocadas, em condições de serem trabalhadas mecânicamente” e que o IGRA teria planejado estradas para região. Só esta informação já seria suficiente para inferirmos que o Instituto estaria atendendo nesse toldo outros grupos sociais, que não aqueles para os quais ele fora criado para assistir, já que é pouco provável que agricultores sem terra ou até mesmo indígenas tivessem condições de investir em uma agricultura mecanizada. Na sequência, afirma-se que estava em andamento “a instalação de uma turbina em colaboração com a Estação Experimental da D.P.V. [Divisão de Produção Vegetal], para o fornecimento de força à serraria já instalada e luz para o povoado”, esta apenas aguardava a conclusão da hidroelétrica para iniciar os trabalhos. Apesar de não indicar se a serraria fazia parte de iniciativa privada ou exploração estatal das madeiras da região, é provável que este local estivesse passando pelo mesmo processo que passou outras áreas indígenas. O caso desse toldo, talvez, seguisse passos semelhantes ao exemplo de outros do norte do Estado, como sugere Carini.²⁸⁴

Independente do processo de ocupação do Toldo Inhacorá, importa-nos destacar que, a indústria madeireira, indubitavelmente, não seria função do IGRA assisti-la, diferente do que acabamos de evidenciar. Aliás, o documento deixa claro as suas pretensões empresariais naquele local, ao apontar que foram destinados “recursos obtidos da ‘Renda Industrial’, no valor de Cr\$ 1.712.222,80”.²⁸⁵ Em outras palavras, com certeza, o IGRA não estava atendendo a interesses de agricultores sem terra ou pequenos produtores, mas sim da incipiente empresa-rural, pelo caráter mecanizado da produção, e a indústria madeireira.

O relatório de 1963, apenas menciona que os toldos Votouro, Guarani e Ventara estavam sob a jurisdição da Inspetoria de Nonoai e o número de indígenas de cada um deles, mas nada aparece sobre auxílio a estes ou a assentados. Apesar disso, podemos constatar que houve certa assistência a esses toldos por intermédio

²⁸³ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 25-26.

²⁸⁴ Para o autor o processo de ocupação das terras indígenas era intimamente ligado ao setor madeireiro. A esse respeito ver: CARINI, 2005.

²⁸⁵ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 25-26.

da Inspetoria de Erechim. Logo nos primeiros dias de governo, essa Inspetoria solicitava uma verba de Cr\$ 800.000,00 para assistência social com fim de atender os indígenas.²⁸⁶ Conforme veremos a seguir, ao analisarmos as obras viárias o valor destinado à assistência social é inferior a esta solicitação, mas em maio daquele ano, fez-se um novo pedido de ajuda, solicitando-se cem sacos de sementes de trigo para os três toldos mais o de Serrinha.²⁸⁷ Este pedido teria sido parcialmente atendido pelo IGRA, que distribuiu setenta sacos de sementes tritícolas, sendo trinta para o Toldo de Ventara e os demais para Votouro e Guarani para as plantações coletivas dos índios, ficando excluído Serrinha.²⁸⁸

A respeito dessas questões, deve-se observar que não cabia ao IGRA atender às reivindicações dos indígenas, assim como também não caberia ter promovido assentamentos em terras indígenas durante o governo Brizola. Isso também não significa, porém, que o governo Meneghetti estivesse questionando a expropriação indígena, mas se por um lado ele talvez tenha assistido minimamente a produção indígena, não encontramos a mesma postura em relação aos assentados que se encontravam naquela região. A área que contemplava as atribuições das Inspetorias de Nonoai e Erechim havia assentados que não receberam o mesmo incentivo à produção, antes pelo contrário, conforme vimos no caso das famílias do acampamento de Passo Feio.

Por outro lado, se no caso desses agricultores oriundos do acampamento do Passo Feio percebemos o IGRA de certa forma criando empecilhos ao início de sua produção, o mesmo não ocorre em relação a outros setores tanto na Inspetoria de Erechim, quanto na de Nonoai. Nesse sentido, devemos atentar para exemplos de funcionários do Estado e militares que recebem terras e autorização para cultivá-las. Em outubro de 1963, o encarregado pelo Toldo Ventara, Ney dos Santos Mesquita,

²⁸⁶ **Radiograma nº 75/63 – Erechim, 15/02/1963** – Assinado: “Antonio Pereira de Souza Agrimensor Chefe inspetoria Terras Erechim” Encaminhado a “Diretor Diretoria de Terras e Colonização” POA. Não foi possível identificar se houve o recebimento desse auxílio solicitado.

²⁸⁷ **Radiograma nº 92/63 – Erechim, 13/05/1963** – Assinado: “Antonio Pereira de Souza Agrimensor Chefe inspetoria Terras Erechim” Encaminhado a “Israel Farrapo Machado / Diretor Diretoria de Terras e Colonização” POA

²⁸⁸ **Of. N.º 378/63 – Erechim, 03 de junho de 1963.** Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Chefe de Inspetoria de Terras” – Remedita ao “Ney dos Santos Mesquita / encarregado do Toldo Índigena de Ventarra” – Getúlio Vargas; **Of. N.º 379/63 – Erechim, 03 de junho de 1963.** Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Chefe de Inspetoria de Terras” – Remedita ao “Pedro Batista dos Santos / encarregado do Toldo Índigena Votouro” – São Valentim.

recebe autorização “para cultivar uma área de terra no referido Tôldo”.²⁸⁹ No início do ano de 1964, um ofício recebido em Nonoai, traz anexa a seguinte relação de funcionários do Estado, civis e militares, ocupantes de glebas da 4ª Seção Planalto, antiga João Caruso:

Lote número 1, Cabo Neri 4,000 hectares, Soldado Artemio Marafiga 4,0000 hectares, Soldado Decesar 3,0000 hectares.

Lote nº 2

Soldado Neri²⁹⁰ 1,0000 hectares, Sargento Volmir 4,0000 hectares, Sargento Eucreci 4,0000 hectares, Soldado Alexandre [Gorffo] 3,0000 hectares.

Lote nº 3

Soldado Neri 1,0000 hectare, Guarda Florestal, Modesto Pereira dos Santos 5,0000 hectares, Guarda Florestal, Ovidio Batista de Oliveira e Sargento João Ari Lopes 2,0000 hectares.

Lote nº 4

Guarda Florestal, Ovidio Batista de Oliveira 5,0000 hectares, Capataz do DAER, Antonio de Oliveira Santos 1,0000 hectare, Funcionário da D.P.V., Eugeneio Pereira de Abreu 1,0000 hectare.

OBSERVAÇÃO: existem outros soldados que estão roçando nos mesmos lotes, áreas para o cultivo de feijão.”²⁹¹

Entre militares e civis podemos contar, pelo menos, doze nomes de funcionários públicos, sem mencionar os “outros soldados” da observação, ocupando e cultivando glebas rurais de uma área que havia sido loteada, no governo Brizola, para assentar agricultores sem terra e pequenos produtores. Deve-se observar o fato de existirem, além dos doze nomes citados, os “outros soldados”, pois a partir disso, podemos deduzir que a área ocupada por eles pudesse ser maior do que é referido no excerto acima. De outro lado, enquanto estes funcionários recebiam essas terras, nota-se que havia assentados da gestão passada que estariam abandonando e vendendo os seus direitos sobre os lotes recebidos na mesma seção Planalto, conforme se depreende do seguinte ofício:

Se na área desmembrada do Parque Florestal de Nonoai, hoje denominada ‘4ª SECÇÃO PLANALTO’, pode-se aceitar vendas de direito ou mesmo permutas, para a mesma secção ou outra qualquer. Fazemos essas perguntas porque já existem várias casos [sic] do especificados [sic] acima, já concretizados e, caso não caiba autorização, acarretará prejuízos às partes interessadas.²⁹²

²⁸⁹ **Of. N.º 742-63 – Erechim, 15 de outubro de 1963.** Assinado por “Lecy Amaral da Silva – Of. Adm. Pad. 6-5 / Respondendo pela Chefia da Inspetoria de Terras de Erechim” – Remedita ao “Exator Estadual” – Getúlio Vargas.

²⁹⁰ Fica a dúvida se é o mesmo Cabo Neri e o Soldado Neri.

²⁹¹ **nº 01/64 – Planalto, 07/01/64.** Assinado por “Ovidio Batista de Oliveira / Guarda Florestal” – Remedita ao “Adão Chagas” “Encarregado da Inspetoria de Terras Nonoai”.

Tal ocorrência muito provavelmente era resultado não só da falta de assistência a estes agricultores, como também das perseguições que teriam ocorrido naquela região. Cabe lembrar aqui que, de acordo com o que já vimos a partir de apontamentos de Ivaldo Gehlen, o mesmo teria acontecido na Fazenda Sarandi, onde além dos funcionários se apropriarem de algumas glebas, também aconteceu uma reconcentração fundiária. Nesse sentido, devemos observar alguns casos que, claramente, as terras estavam sendo direcionadas a outros setores sociais que não os agricultores sem terra ou pequenos proprietários. Esse é o caso de “Hermínio Tissiani Cia Ltda” que é convocada pela Inspetoria de Nonoai para regularizar a sua situação, segundo documentos administrativos a determinação vinha diretamente de Israel Farrapo Machado, então coordenador do IGRA.²⁹³ Aliás, alguns meses antes dessa convocação, Adão Chagas teria advertido

um determinado cidadão que não se estabelecesse nas terras de domínio do Estado em que a referida Firma cultivava e na qual possui algumas cabeças de gado. Informamos ainda, que a Firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda é detentora de duas glebas de terras do Estado, uma delas achando-se totalmente aproveitada com uma granja de trigo e soja.²⁹⁴

Enquanto muitos agricultores sem terras lutavam pela concessão de um lote, esta firma tinha em seu domínio dois, sendo interessante destacar as culturas desta de “trigo e soja”. Além deste caso, faz-se necessário apontar a “Firma Balestrin & Cia. Ltda”, que foi autorizada “a extrair e serrar, pinheiros e madeiras de lei existentes no lote nº 2 da 2ª secção Coroados”. No ofício que esta serraria aparece, o qual é enviado ao delegado de polícia de Nonoai é ainda informado que

Com este estou dando conhecimento a essa Delegacia de Polícia, dos poderes que a referida firma exerce sobre às madeiras em apreço, considerando que elementos estranhos segundo consta,

²⁹² **238/63– Planalto, 15/10/63.** Assinado por “Alexandre Norberto Scherer/ Encarregado da Região Planalto-Iraí” – Remedita ao “Chefe da Inspetoria de Terras de Nonoai”.

²⁹³ “O presente tem o fim de convidar V. As. A fim de regularizar a situação das terras ocupadas pelo [sic] Firma. / O aviso em referência foi expedido pelo Agr. Israel Farrapo Machado, DD Diretor da Diretoria de Terras e Colonização.” **Of. N.º 511/63 – Nonoai, 26/09/63.** Assinado por “Adão S. Chagas / Encarregado da Inspetoria de Terras de Nonoai” – Remedita ao “Hermínio Tissiani Cia Ltda”

²⁹⁴ **Radiograma nº 139/63 – Erechim, 13/08/1963** – Assinado: “Antonio Pereira de Souza Chefe inspetoria Terras de Erechim” Encaminhado a “Israel Farrapo Machado diretor D.T.C.” POA

venham invadir seus depositos, [sic] dizendo-se com direito a referida madeira.²⁹⁵

Ou seja, enquanto o IGRA mantinha o acesso destas serrarias e granjas de trigo e soja a essas terras, também buscava garantir e proteger os investimentos delas na região. Segundo Carini, o processo de “ocupação/colonização” do norte do Estado estava intimamente ligado ao comércio da madeira, desde a década de 1920, “uma atividade completava a outra”, gerando “uma comunidade de interesse em torno da madeira”. Esse processo, de acordo com o mesmo autor, promoveu “uma verdadeira faxinação, retirando das terras de matos e campos dessa região, como se fossem entulhos, os índios guaranis e, sobretudo os caingangues”, além destes, incluiu-se entre os expropriados “caboclos e negros, coletores e agricultores pequenos posseiros”. (CARINI, 2005: 146-148)

Dessas considerações de Carini, deve-se atentar que o comércio madeireiro estava fortemente enraizado no norte do Estado e fazia parte do processo de usurpação do território indígena. Por conseguinte, podemos compreender o porquê do IGRA, via Inspetorias de Erechim e Nonoai, atuar no sentido de garantir os interesses econômicos da extração da madeira. Tal atitude, sem dúvida, estava em consonância com o discurso de governo, no sentido de atender os setores de maior dinamismo econômico. Aliás, antes mencionamos que os indígenas teriam recebido sementes de trigo para lavoura coletiva. Entretanto, é interessante assinalarmos que, para Carini, a modernização da agricultura, na década de 1950, “através da triticultura, veio agravar ainda mais a disputa por terras para lavouras no Planalto Médio e médio Alto Uruguai”, acrescenta-se ainda, “o esgotamento da fronteira agrícola, à extração madeireira e ao crescimento populacional”, que promoveram “uma verdadeira ‘corrida para dentro das reservas’”. (CARINI, 2005: 149)

Ou seja, pode-se inferir que as sementes que oficialmente foram destinadas e solicitadas para os índios, na verdade podem ter chegado a outro alvo, tendo-se em conta o princípio de direcionamento dos investimentos públicos do discurso de governo e as considerações de Carini sobre os toldos indígenas do norte do Estado e o emprego da força de trabalho do índio nessa lavoura. Em agosto de 1964, os “silvícolas que habitavam o toldo da Serrinha, foram localizados nos toldos de

²⁹⁵ **Of. N.º 27/64 – Nonoai, 26/03/64.** Assinado por “Adão S. Chagas / Enc. Da Insp. De Terras de Nonoai” – Remedita ao “Napoleão Almeida” “Delegado de Polícia” Nonoai.

Votouro e Nonoai”. Segundo informações da Inspetoria de Nonoai, Serrinha estaria “completamente ocupada por mais de 600 famílias” de não índios.²⁹⁶ Em meados de outubro do mesmo ano, Antônio Pereira de Souza, delegado regional do IGRA de Erechim²⁹⁷, solicitava autorização para retirada de benfeitoria dos índios “para aproveitá-las em fechos de invernadas no Toldo Votouro”.²⁹⁸ Portanto, dois meses após a transferência dos silvícolas as suas benfeitorias não estavam sendo utilizadas por eles, embora elas não sejam especificadas, essa ocorrência revela que essa mudança foi feita sem planejamento para os indígenas.

Voltemos ao relatório de 1963, antes de abordarmos os núcleos de colonização que ele referencia. Em parte intitulada de “Revisão Agrária” apresenta a seguinte síntese:

O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária no decurso do ano de 1963, além das atividades normais, se faz mister citar as seguintes, por Diretoria:

Pela Diretoria de Terras e Colonização foram demarcados 1.288 lotes rurais, totalizando uma área de 18.349,47 ha.

Os levantamentos poligonais internos e linhas divisórias, totalizaram 1.509.327,7 metros.

Na seção de Discriminação e Legitimação foram promulgadas pelas autoridades competentes 924 sentenças abrangendo 16.085,90 ha.

As Inspetorias de Terras, em conjunto, procederam a 3.790 vistorias locais, para fim de legitimação, concessões de lotes, expedição de títulos, soluções de litígios e emulações.

Na Seção de Títulos foram registrados 3.437, abrangendo 51.957,67 ha.²⁹⁹

Ao tomar por base essas informações poderíamos nos iludir diante de números tão expressivos, todavia eles devem ser ponderados. Em primeiro lugar, devemos atentar que as demarcações de lotes rurais não foram acompanhadas de distribuição dos mesmos. Nesse sentido, apenas encontramos alguma referência à distribuição de lotes no Núcleo Colonial de Itapoã, onde trinta e quatro agricultores teriam recebido, segundo o relatório de 1963, cinco quadras de terras para safra 1963/1964, sem especificar quantos lotes isto representaria, além dos agricultores

²⁹⁶ **Inf. 154/64 – Nonoai, 27/08/1964** – Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Delegado Regional” encaminhado “Sr. Diretor”; **Inf. 155/64 – Nonoai, 27/08/1964** – Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Delegado Regional” encaminhado “Sr. Diretor”.

²⁹⁷ Com a mudança de nomenclatura das Inspetorias de Terras para Delegacia Regional do IGRA, muda também o cargo de chefe da Inspetoria para delegado regional.

²⁹⁸ **Of. N.º s.n./64 – Erechim, 01 de outubro de 1964.** Assinado por “Antônio Pereira de Souza / Delegado Regional do I.G.R.A.” – Remedita ao [Israel Farrapo Machado] / Diretor da DTP – Porto Alegre.

²⁹⁹ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, vol. I: 102.

do primeiro acampamento de Passo Feio que teriam sido assentados em lotes da Fazenda Sarandi.³⁰⁰ Além do mais, faz-se necessário aqui visualizar o caráter de algumas demarcações, pois se de um lado o discurso de governo manifestava preocupação com o minifúndio, estabelecendo como tamanho padrão de vinte e cinco hectares para as terras que seriam vendidas pela lei 4.781, por outro lado, onde havia assentados da gestão passada percebemos a divisão de lotes com áreas menores do que determinava o decreto de alienação. Na Fazenda Sarandi, segundo o mesmo documento, “foram demarcados 120 lotes com área de 20 hectares e mais de 16 glebas de 237 hectares em média”, sendo essas glebas maiores para agricultura mecanizada como já referido; porém, “deduzindo a área demarcada na Fazenda Sarandi, verifica-se que os 16.026,14 ha foram distribuídos em 1.168 lotes com uma área média por lote de 13,72 ha.”. O mesmo processo de “minifundização” pode ser observado para antiga seção João Caruso, a 4ª seção Planalto, onde ocorre nova subdivisão dos lotes, segundo o relatório de 1963, ela “contava com 99 lotes, passando êsse número para 149, igual ao número de moradores (famílias) instalados – Área da Secção 2.499 hectares – Média 16,8 ha”.³⁰¹ Tais ocorrências, talvez, tenham tido alguma influência no conseqüente abandono dos lotes por parte de agricultores sem terra assentados nessas duas localidades, somando-se a falta de assistências e as perseguições.

Do excerto acima devemos também relativizar acerca das concessões e dos títulos, para isto observemos as seguintes tabelas, correspondentes às expedições e aos registros destes em 1963 e 1964, respectivamente:

Legitimações:			
Lei nº 1542/51	987	área	15.554,75 há
Lei nº 3107/57	153	“	3.460,85 ha
Concessões art. 34	28	“	331,54 ha
Leis especiais	34	“	377,38 ha
Transferência de domínio	3	“	1.549,26 ha
Concessões:			
Lotes rurais	2.048	área	30.313,18 ha
Chácaras	91	“	360,73 ha
Lotes urbanos	93	“	9,98 ha
Total	3.437	“	51.957,67 há

(MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 19.)

³⁰⁰ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 28 e 30.

³⁰¹ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 18.

Identificação	Unidade de Medida	Quantidade
Demarcações	Hectare	24.184
Descriminação de Terras	Hectare	2.711
Legalização de Terras	Concessões	2.049
Títulos Expedidos	Títulos	2.387

(MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964, 1965, Vol. II: 103.)

De acordo com a primeira tabela, as emissões de títulos seguiam, em sua maioria, os regimentos das leis 1.542 e 3.107.³⁰² Apesar dessas informações serem apresentadas em 1963 como “revisão agrária”, conforme visto acima, o conteúdo de ambas as leis que as embasavam não era no sentido de garantir o acesso à propriedade da terra por camadas sociais de baixo poder aquisitivo. Na realidade, elas poderiam até mesmo promover uma concentração fundiária, apesar de estipular limites de tamanho, pois em diferentes artigos delas existiam brechas que poderia permitir esse processo. Por exemplo, o artigo 6º da lei 1.542, previa que:

Nas ocupações de terras de domínio patrimonial do Estado de mais de vinte e cinco e menos de quarenta hectares, aqueles a cujo favor tiverem sido expedidos, em face desta lei, títulos de propriedade, terão, em igualdade de condições, preferência para a compra da área excedente.³⁰³

Na lei 3.107, segundo o inciso terceiro, do seu primeiro artigo, as concessões não poderiam exceder quinhentos metros quadrados, mas “sómente por motivos ou fins especiais”, “dependendo a alienação, neste caso, de despacho do Chefe do Poder Executivo”. Nesse sentido, apesar de se referir ao artigo terceiro, que estipulava apenas um lote urbano ou chácara por interessado, o parágrafo único dele confirma a centralização decisória em relação às terras públicas do Estado:

Mediante despacho do Chefe do Poder Executivo, poderá ser ultrapassado o limite previsto neste artigo, desde que se configurem situações de interesse público, tais como a instalação de

³⁰² Estas são diversas vezes referenciadas nos processos nas Inspetorias de Terras de Nonoai e Erechim.

³⁰³ Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=24&hTexto=&Hid_IDNorma=24 Acesso em: 03/09/2013.

estabelecimentos de ensino, de assistência social ou religiosa, hospitalares, industriais e outros que visem o bem estar coletivo.³⁰⁴

Nota-se que, a indústria é inserida e especificada como “bem estar coletivo”, apesar desse parágrafo se referir a lotes urbanos e chácaras, as de lote rurais também dependiam de “despacho do Chefe do Poder Executivo”. Assim, esse parágrafo indica-nos elementos que poderiam ser considerados para emissão desses despachos, sendo interessante apontar que esta lei é do primeiro mandato de Ildo Meneghetti. Em ambas, a concessão ou emissão de título de posse ficava estabelecida a obrigatoriedade de comprovar que o “posseiro ou seus herdeiros e cessionários” tivessem tornado as terras requeridas em produtivas. A lei 1.542, inicialmente, previa em seu artigo primeiro que, comprovada a ocupação e a produtividade por dez anos consecutivos poderia adquirir “a propriedade, desde que feita prova de sua incapacidade financeira”. A redação desse artigo, segundo o artigo sétimo da 3.107, havia sido modificada

[...] pela Lei nº 1.713, de 28 de dezembro do mesmo ano [1951], passa a ter a seguinte redação:

Todo aquele que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar por dez anos ininterruptos trecho de terras devolutas não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivos por seu trabalho e tendo nele sua morada, poderá requerer ao Estado que lhe seja expedido título de legitimação.³⁰⁵

Em outras palavras, a única parte da lei 1.542 que, de certa maneira, previa o atendimento de populações pobres do campo ou da cidade é excluída, tornando-a mais uma lei que beneficiava aqueles com maior poder de barganha, que não precisariam de auxílio do Estado para ter acesso à propriedade da terra. Esses apontamentos, sobre essas duas leis, fazem-se necessários, na medida em que elas regulam a maioria dessas concessões e emissões de títulos que, na realidade, acabam por se constituírem em grandes negócios agrários para o Estado. Tomando

³⁰⁴ Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=53116&Hid_exto=&Hid_IDNorma=53116 Acesso em: 03/09/2013.

³⁰⁵ Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=24&Hid_Texto=&Hid_IDNorma=24 Acesso em: 03/09/2013.

por base os relatórios das atividades das Inspetorias de Nonoai e Erechim, podemos perceber as seguintes arrecadações nas rubricas de concessão³⁰⁶:

Inspetoria:	1963 (Cr\$)	1964 (Cr\$)
Nonoai ³⁰⁷	2.959.867,80	5.236.244,20 ³⁰⁸
Erechim	12.998.402,85	20.403.927,60 ³⁰⁹

(Tabela elaborada pelo autor)³¹⁰

Segundo Hely Lopes Meirelles, “pela concessão o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública”, esta “pode ser remunerada ou não” para exploração “por sua conta e risco”. Ela é regulamentada pelo contrato de concessão de uso do bem público³¹¹, o qual pode ser alterado unilateralmente pela administração pública. (MEIRELLES, 1998: 327, 232, 234, 442) Por conseguinte, é preciso levar em conta que, a concessão não se constitui em acesso à propriedade, uma vez que esta continua sob a posse do Estado. Logo, essas atividades não estavam promovendo uma “revisão agrária” de acordo com as reivindicações de agricultores sem terras ou pequenos proprietários de menor poder aquisitivo; isto não só pelo caráter jurídico dessas concessões, mas principalmente pelo recorte econômico que elas acabam apresentando. Conforme dito, a grande maioria delas estava fundamentada nas leis 1.542 e 3.107, as quais exigiam que fossem previamente dadas condições de produtividade às terras concedidas. Em outras palavras exigia por parte dos

³⁰⁶ Infelizmente, os relatórios não trazem os valores arrecadados com a emissão de títulos, mas é possível que este esteja declarado

³⁰⁷ Valores de Nonoai, não são especificados o caráter dos lotes concedidos, se é rural, urbanos ou chácara, já em Erechim esses são mais detalhados.

³⁰⁸ O valor de Nonoai de 1964 correspondem a 108 concessões deferidas e 26 entre indeferidas e anuladas, estas também apresentam arrecadação; já os valores de 1963, nem todas trazem a cifra arrecadada, elas totalizam 276 deferidos, sendo que apenas 99 trazem a cifra proveniente, e entre indeferidos e anulados contam-se 10 processos declarados nos relatórios mensais.

³⁰⁹ O valor de Erechim de 1963 correspondem a aproximadamente 214 concessões rurais, 21 chácaras e 5 lotes urbanos deferidas e entre indeferidas e anuladas contam-se aproximadamente 93 lotes rurais, 09 chácaras e 07 lotes urbanos, assim como em Nonoai, tanto os processos indeferidos quanto os anulados apresentam também alguma arrecadação, em alguns casos valores aproximados ou até mesmo maiores que os deferidos; sobre os valores de 1964 é preciso levar em conta que não foram encontrados os relatórios dos meses de abril, maio e dezembro, logo o valor arrecadado por essa rubrica com certeza foi maior do que registramos acima, de qualquer maneira, a cifra correspondem a 261 lotes rurais (destes 46 não tem especificado o seu valor), 06 chácaras (destas 03 não tem especificado o seu valor) e 05 lotes urbanos deferidos e entre indeferidos e anulados contam-se 68 lotes rurais, 05 chácaras (destas 03 não tem especificado o seu valor) e 04 lotes urbanos; além destes ainda aparecem 14 sem especificação do seu caráter, apenas o valor de Cr\$ 619.325,00.

³¹⁰ Tabela montada a partir dos relatórios de atividades das Inspetorias de Nonoai e Erechim.

³¹¹ Atualmente elas se dividem em duas, concessão de uso e concessão real de uso, porém, a última apenas é instituída em 1967. (MEIRELLES, 1998: 234) Logo o que visualizamos na documentação seria uma concessão de uso de um bem público.

agricultores a capacidade de se autogerir e financiar, dessa forma beneficiando os estratos sociais superiores do campo.

É interessante observarmos, que nos exemplos acima, ocorre um aumento considerável na arrecadação das concessões em 1964, assim como da emissão de títulos, o que vem ao encontro do que já mencionamos da conclusão de Jorge Rubem Tapia. Para este autor, os setores conservadores da política nacional cobijavam as terras devolutas para expansão da fronteira agrícola, mas essa seria direcionada a modernização da agricultura, o que também está em consonância com o discurso de governo Meneghetti, já que para este não teria sentido a reforma agrária sem a mecanização do campo. Como já visto, o discurso de governo e as resoluções da Comissão de Reforma Agrária, indicam que se houvesse algum projeto de assentamento, este seria direcionado às terras devolutas e aos setores de maior dinamismo econômico. Além disso, especialmente a Comissão, abria espaço para projetos de colonização privada.

Nesse sentido, é interessante observarmos que, em setembro de 1963, o governo do Estado, por meio do IGRA, firma um convênio com a Associação União Popular para um projeto de colonização na Fazenda Florida. Segundo denúncias do deputado Antônio Visintainer (PTB), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, esta fazenda esteve nos planos de desapropriação da gestão passada para ser distribuída a agricultores sem terra, sendo vendida a referida Associação com o aval do governo do Estado que estaria promovendo uma “negociata”.³¹² Ildo Meneghetti, segundo o *Correio do Povo*, teria manifestado, na solenidade de entrega dessa Fazenda, em São Luiz Gonzaga, que a União Popular a colonizaria para agricultores com “tradição agrícola” e com condições de cultivá-las com seus próprios recursos. De acordo com a mesma matéria, a Fazenda Florida de oito mil hectares seria “distribuída” e “colonizada em regime de cooperação” com o IGRA e a colonizadora privada: assim previa-se que de trezentas a trezentas e cinquenta famílias seriam beneficiadas com a compra dos lotes por duzentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros cada, sendo que a fazenda teria custado vinte milhões.³¹³

³¹² *Última Hora*, n.º 1104, Ano IV, 27/09/63, p.04; *Correio do Povo*, n.º 302, Ano 68, 27/09/1963, p. 07 e 14. Esta segunda matéria, traz ainda a defesa do governo, por meio das falas dos deputados Gregório Beheregary (UDN) e Ary Delgado (PSD), que declaram, em síntese, que se provasse as acusações. Tendemos a acreditar que realmente o que estava se promovendo era um negócio agrário de colonização e não uma reforma agrária, como algumas matérias jornalísticas e declarações do governo apresenta.

³¹³ *Correio do Povo*, n.º 301, Ano 68, 26/09/1963, p. 13

Portanto, se a venda foi uma “negociata” ou não, acreditamos que não seja tão relevante para o que se pretende aqui discutir, e sim que a sua colonização de fato seria um grande negócio agrário, onde com a venda de um único lote cobriria o valor da compra de toda a fazenda. Além do mais, claramente, só pelo que expusemos acima, pode-se afirmar que, este projeto não beneficiaria as camadas de baixo poder aquisitivo, já que se previa o loteamento a quem tivesse “tradição agrícola” e capacidade de financiar o seu próprio cultivo. Em um ofício da Delegacia Regional de Camaquã do IGRA, do início de outubro de 1964, percebemos que o Estado não só esteve afeto aos serviços de demarcação dessa fazenda, como também estava financiando, pelo menos em parte, esses trabalhos. Neste ofício Dirceu João Sefrin, “responsável pelo expediente”, solicita que Paulo Rebello, diretor da Divisão de Colonização e Recolonização intervisse junto ao “Diretor da Divisão de Administração” para complementação de verbas para, entre outras coisas, “cobrir as despesas decorrentes dos serviços executados no Banhado do Manteiga e a serem executados na Fazenda Florida”.³¹⁴

Sobre estas mesmas questões, cabe ainda destacarmos algumas atividades que foram realizadas nos núcleos coloniais de Itapoã, na Fazenda Sarandi e no Banhado do Colégio. Nesse primeiro caso, é interessante observarmos que, conforme se depreende do relatório de 1963, o financiamento da produção se dá não pelo IGRA, mas pelo Instituto Riograndense do Arroz (IRGA). O órgão dos arrozeiros teria financiado a safra 1962/1963, a qual é comercializada pela Cooperativa Agrária Lagoa Negra Ltda, que dos 12.462 sacos produzidos, teria vendido 11.662, obtendo uma renda de Cr\$ 30.362.546,30. Segundo o mesmo documento, deste valor foram “descontadas as despesas e restituídos” ao IRGA os financiamentos realizados, no total de Cr\$ 18.976.164,70, restando um lucro de Cr\$ 11.386.381,60”. O leitor mais atento, provavelmente já percebeu que estes investimentos e auxílios ocorreram, na realidade, no governo de Brizola. As únicas atividades que encontramos em 1963, correspondem a serviços de infraestrutura e de empréstimo de maquinário agrícola do Estado, além da construção de cinco casas de moradia. Assim como a primeira safra, a segunda safra 1963/1964 também estava sendo financiada pelo IRGA com mil duzentos e cinquenta sacos de sementes de arroz, no valor de Cr\$ 5.600.000,00, e oitenta e cinco toneladas de

³¹⁴ **Of. 73/64 – Camaquã, 01/10/1964** – Assinado: “Dirceu João Sefrin / Resp. p/Expediente” Encaminhado a “Dr. Paulo Rebello” “Diretor da Divisão de Colonização e Recolonização”

fertilizantes, no valor de Cr\$ 3.289.500,00. Ou seja, o IGRA não estava auxiliando a produção desse núcleo, isso vinha sendo realizado pelo IRGA, inclusive na gestão anterior.³¹⁵ Além disso, deve-se atentar que o sucesso da primeira colheita justifica, de certa forma, a falta de assistência a estes primeiros assentados, uma vez que o relatório menciona que o IGRA teria fornecido “assistência médica e alimentos a diversos agricultores que não dispunham de recursos, isto é, aqueles que foram contemplados com terras, depois da última colheita”. Estes seriam os trinta e quatro agricultores que, anteriormente, mencionamos que teriam sido assentados em cinco quadras daquele núcleo.³¹⁶

Sobre a Fazenda Sarandi, devemos observar que, excluindo aquelas famílias do primeiro acampamento do Passo Feio, o relatório de 1963 apenas cita as distribuições realizadas em janeiro de 1963, que teriam assentado oitenta e quatro famílias em uma área de 2.906,68 hectares, ou seja, ainda na gestão de Brizola. É interessante que, segundo o mesmo documento, as trinta e quatro famílias, que para lá foram transferidas, teriam sido alojadas nessa mesma área. Dessa distribuição realizada na gestão anterior, podemos perceber dezesseis granjas compostas por “tricultores mecanizados”, em uma área de 3.803,79 hectares, o que demonstra que o IGRA, mesmo antes da sua descaracterização também atendeu a interesses ruralistas, inclusive, relegando a estes uma área consideravelmente superior do que a destinada aos agricultores sem terra. Já na gestão de Meneghetti estes perdem ainda mais espaço com aquela transferência, mantendo intocada a área granjeira, e, diferente do núcleo de Itapoã, aparentemente, tiveram prejuízos em sua safra, conforme se depreende da seguinte passagem:

A colheita do trigo foi diminuta. Apenas produziu a semente plantada, isto é, na proporção de 1 saco e meio para cada saco de semente. Sementes fornecidas: milho 67 sacos, feijão 35 sacos, trigo 80 sacos (em débito com a Secretaria da Agricultura).³¹⁷

A única colheita dos assentados que é referenciada “foi diminuta”, apenas conseguindo obter as sementes para nova plantação do trigo. Além disso, os agricultores estariam “em débito com a Secretaria da Agricultura”, por conta das

³¹⁵ Em relação à gestão passada, é preciso lembrar que, o MASTER recebia recursos financeiros do Estado, por ser considerado de utilidade pública. Logo, é bastante provável que este núcleo também tenha recebido algum auxílio por meio do MASTER.

³¹⁶ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, vol. II: 28-29.

³¹⁷ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, vol. II: 31.

sementes fornecidas, o que possivelmente indique que essas outras lavouras também não vingaram positivamente. Deve-se observar que, se estes receberam algum auxílio à produção com a venda de sementes, os granjeiros também receberam o mesmo auxílio e, diferente dos primeiros que tiveram prejuízos, estes de 1.398 sacos de trigo plantados, conseguem colher 5.508, o que pode ser reflexo de maior incentivo a sua produção.³¹⁸ Este assentamento será o único que o relatório de 1964 traz alguma informação: segundo este teria sido concluído o processo desapropriatório “amigavelmente”, “tendo o Estado dispendido [sic] alí a soma de Cr\$. 1.298.323.239, para uma área desapropriada de 21.889 ha e 1568 m²”. Previa-se que:

Desta área, 1.775 ha serão cobertos pelas águas da barragem da Uzina [sic] Hidroelétrica do Rio Passo Fundo, 3.000 ha será ocupado pela reserva florestal, centro de treinamento para filhos de agricultores, posto experimental e administração, restando para colonização cêrca de 17.000 ha.

Atendendo às condições das terras abrangidas por esta área, poderemos ali localizar 387 famílias assim distribuídas:

349 lotes coloniais, perfazendo 7.450 ha;

38 lotes mecanizáveis perfazendo 9.55[0] ha.³¹⁹

Em primeiro lugar, deve-se observar que parte dessa área estaria destinada a um dos tripés de investimento do governo que objetivavam a industrialização do Estado, com a construção de uma Hidrelétrica. Em segundo lugar, dos dezessete mil hectares que seria para colonização, novamente, separa-se uma área muito superior para incipiente empresa-rural. Caso as áreas referidas fossem divididas igualmente, enquanto os “lotes coloniais” teriam em média, aproximadamente, vinte e um hectares, os “lotes mecanizados” apresentariam uma área com cerca de duzentos e cinquenta e um hectares. O que reforça os apontamentos que já fizemos sobre essa região anteriormente, ou seja, estamos diante de um processo de reconcentração fundiária.

Por fim, o relatório de 1963 sobre o Banhado do Colégio menciona uma série de atividades que aparentemente atenderam os assentados, no entanto é preciso ter

³¹⁸ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, vol. II: 30-31. Infelizmente, a documentação não nos traz quanto os agricultores sem terra teriam recebido dessa semente, mesmo assim pode-se deduzir que os granjeiros tenham recebido mais incentivos do que os primeiros. Tendo se por base os resultados da produção do trigo e o próprio direcionamento da política de incentivos do discurso de governo.

³¹⁹ *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964, 1965*, Vol. II: 104.

em conta que este local tinha grande visibilidade política e os termos desses auxílios. Segundo Córdula Eckert, o ex-governador Brizola conseguia “arregimentar forças políticas até de fora do estado” em apoio aos agricultores o que teria motivado algumas tímidas intervenções da SUPRA na região, além dos agricultores solicitarem que a colônia fosse transferida para esfera de responsabilidade deste órgão federal. Ainda de acordo com essa autora, mesmo com o reconhecimento da legalidade da desapropriação não houve novas distribuições de terras. (ECKERT, 1984: 204-205) Marluza Harres, em sua tese de doutorado, aponta que havia problemas de demarcação dos lotes, o que abriu “margem para novos entendimentos com os proprietários, ocorrendo troca de áreas”. Conforme Harres, parte dos agricultores já assentados ainda mantiveram-se na luta pela Reforma Agrária, principalmente em torno dos que deveriam estar recebendo terras naquele núcleo. Por consequência disso, o IGRA, via funcionários da administração do Banhado, deflagrou perseguição aberta aos líderes da associação, vinculada ao MASTER. (HARRES, 2002: 335-337) Por ora, é interessante observarmos que, o Instituto além de não estar realizando as distribuições dos lotes aos agricultores sem terra, muitos deles estavam voltando aos antigos proprietários e algumas das atividades expostas se confundem com a própria perseguição política.

Segundo o relatório de 1963, o IGRA teria auxiliado no preparo de terra com tratores do IGRA nos lotes rurais do núcleo n.º 4. Neste mesmo núcleo, com título de “assistência técnica”, afirma-se que o Instituto teria procedido à lavra de 329 hectares e a discagem de 376 hectares de terras para culturas extensivas.³²⁰

De acordo com Marluza Harres, em seu estudo sobre o Banhado do Colégio, a “reforma agrária não foi ampliada e, de certa forma, ficou praticamente limitada à ocupação estabelecida inicialmente”, sendo que no governo Meneghetti, “foram interrompidos os processos de demarcação e distribuição dos lotes”. (HARRES, 2002: 329) A partir disso, pode-se perceber algumas incoerências com as atividades descritas acima pelo governo. Em primeiro lugar, nota-se que estes trabalhos se limitaram a uma área diminuta ao considerarmos a área total dos quatro núcleos; o núcleo n.º 4 que teria sido beneficiado com esses trabalhos é justamente o que apresentava a menor área. Ou seja, percebe-se o quanto este atendimento foi mínimo e restrito a apenas um dos núcleos e, mesmo assim, parte deste não é

³²⁰ MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, vol. II: 31-32.

atendida levando-se em conta o tamanho da área trabalhada (329 ha lavrados e 379 discados) e o tamanho total dele (458 ha).³²¹

Entre os anos de 1963 e 1964 pode-se notar uma diferença considerável em termos de atividades relatadas pelo IGRA nas Mensagens a Assembleia Legislativa. Apesar das incoerências e contradições, ainda podemos perceber algumas poucas atividades atendendo os assentados e indígenas, sendo que estes não cabiam ao órgão atendê-los. Para Eckert, os resultados apresentados no relatório de 1963 eram frutos das pressões dos movimentos populares, sobretudo do MASTER – objeto de seu estudo; já o ano de 1964, demonstra “que a questão da reforma agrária deixara de ser uma questão importante para o Governo Meneghetti”, por decorrência do golpe que teria anulado os agentes de pressão pela Reforma Agrária. (ECKERT, 1984: 205-209) Seja como for, é interessante observamos que, de acordo com informações extraídas de Eckert, chegamos ao número de oito núcleos criados na gestão Brizola e que permaneceram na gestão Meneghetti: Fazenda Sarandi (Sarandi), Banhado do Colégio (Camaquã), Itapoã (Viamão), Libório Pimentel (São José do Ouro); Taquari; Seção Tupi e Seção Guarani (ambas em São Valentim); Seção João Caruso (este muda de nome para 4ª Seção Planalto, Reserva Florestal de Nonoai). (ECKERT, 1984: 137-140) Ainda na região de Nonoai, segundo Joel Carini, agricultores sem terras e pequenos agricultores teriam recebido glebas do toldo de Serrinha. (CARINI, 2005: 166-167 e 170-171) Ou seja, pelo menos nove núcleos deveriam constar nestes relatórios, no entanto, alguns deles sequer são citados, o que pode ser um indício do abandono deles por parte do governo, casos de Libório Pimentel³²², Taquari e São Valentim. Além disso, alguns dos toldos que existiam assentados, estes agricultores sequer são mencionados, apenas os indígenas.

3.3.1 Um dos pilares do tripé de investimentos para o processo de industrialização

³²¹ A esse respeito ver: HARRES, 2002.

³²² Ao longo do ano de 1963 e início de 1964, aparecem diversas notícias, nas páginas da *Última Hora*, acusando o IGRA de ter abandonado os núcleos. Isso ocorre nas trinta e três Colônias de São José do Ouro, conhecidas como Espigão, terras que teriam sido desapropriadas na gestão passada e que os agricultores estariam sendo despejados, somando-se acusação de anular a lista dos beneficiados com terras na região³²². Depois de terem sido expulsos do Espigão, ocorre nova acusação de transferi-los para a gleba de Libório Pimentel, na qual já havia famílias que seriam locadas ali, desrespeitando outra lista de espera, sem oferecer condições básicas de se manterem no local. *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1050, 26/07/1963, p. 10; n.º 1055, 01/08/1963, p. 05; n.º 1060, 08/08/1963, p. 05.

Dentre as funções do IGRA³²³, como seria de se esperar, nada constava sobre obras viárias. Não obstante, essa seria uma das principais atividades executadas pelo órgão de reforma agrária nos anos de 1963 e 1964, como já mencionamos no início deste capítulo. Curiosamente, essa ênfase dada ao transporte coincide com um dos pilares do tripé de investimento para o processo de industrialização almejado pelo discurso de governo, que seriam o transporte, a energia elétrica e a comunicação. A esse respeito, é interessante observar, que o relatório de governo de 1963, determina o seguinte:

Caberá ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem a execução da política rodoviária do Estado. Assim, ficará afeto ao D.A.E.R. o planejamento de nosso sistema de transporte rodoviário, o estudo das obras recomendadas, a execução das mesmas e a conservação da rede existente.³²⁴

Ou seja, fica claro por este documento que o IGRA estava realizando tarefas competentes a outro órgão do Estado, em um evidente desvio de função. Ainda assim, este mesmo relatório de governo justificava da seguinte forma tal situação:

[Por] força de suas atribuições, também teve atuação no setor de transportes.
Foram realizados projetos de pontilhões a serem construídos em caminhos vicinais do Estado.
Construíram-se 17,4 Km de estradas vicinais, que passaram a servir os núcleos coloniais instalados.³²⁵

Já o relatório de 1964, aparece de forma mais clara a justificativa acerca do destaque dado ao transporte. Segundo este documento, as colônias criadas não foram contempladas com programas de transporte, ao que o IGRA anunciava um “programa de estradas coloniais”, que visava suprir essa carência.³²⁶ Antes de qualquer coisa, é preciso fazer algumas considerações: em primeiro lugar, essa não é uma função do Instituto, uma vez que, como vimos, essa era a função de outro órgão do Estado, o DAER; em segundo lugar, em nenhum momento dos relatórios de governo analisados, no que diz respeito à parte do DAER, fazia-se distinção entre

³²³ Ver página 100.

³²⁴ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 36.

³²⁵ *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 85.

³²⁶ *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 50.

áreas de sua responsabilidade e de outro setor do Estado – o que parece nessa citação do IGRA acima é que havia uma distinção entre as estradas que ligam os núcleos e as demais rodovias do Estado, o que não é realidade; em terceiro lugar, se as estradas beneficiavam os núcleos, também beneficiavam os latifúndios e demais fazendas em torno dos núcleos, tornando questionável a quem realmente se destinava essa política de transportes do IGRA.

Observemos a seguinte tabela, extraída do relatório de 1963, que sintetiza as obras viárias a que o órgão de reforma agrária esteve afeto:

PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO
A – INÍCIO DE OBRAS 1 – Estrada Planalto à Volta Grande 2 – Estrada de Severiano de Almeida à BR-14 3 – Estrada de Parai à Rodovia Estadual RS-45 4 – Estrada de Aratiba à Sede 5 – Ponte sobre o Rio Lambedor	Planalto Severiano de Almeida Nova Prata Aratiba Severiano de Almeida
B – PROSSEGUIMENTO DE OBRAS 1 – Alargamento da Estrada Aratinga-Itati 2 – Estrada do Arroio Tapixi-Secção – Quebra Dente – Secção Muniz – Arroio Sutil 3 – Estradas e pontilhões na colonização do Banhado do Colégio	São Francisco e Osório Camaquã e São Jerônimo Camaquã
C – CONCLUSÃO DE OBRAS 1 – Estrada de Vera Cruz à RS-2 próximo a Bom Princípio 2 – Estrada Entre Rios e Linha 1º de Março 3 – Estrada Rodeio Bonito à Jaboticaba 4 – Estrada de Nonoaí ao Povoado Rio dos Índios 5 – Estrada de Paim Filho à Carlos Gomes 6 – Estrada de São Domingo à Casca 7 – Ponte sobre o Rio São Domingos 8 – Ponte sobre o Rio Despraiado 9 – Ponte sobre o Rio Ligeirinho 10 – Estrada de Paulo Bento a Jacutinga – Erexim e Campinhas do Sul 11 – Variação de estrada Ibirapuitã Mormaço, Espumoso (incluindo o aterro da ponte do Despraiado) 12 – Reconstrução da estrada de Ibirapuitã – Mormaço – Espumoso 13 – Conservação das estradas São João Nonoaí, Gaurama à Carlos Gomes 14 – Exploração e locação das estradas de Vera Cruz à Pôrto Lucena – Severiano de Almeida BR-14 – Sede Dourado – Aratiba – São Domingos – Parai e Passo do Pese – Sananduva 15 – Conservação das estradas do Cruzaltina – Ciriaco – São Jorge – São Pedro, Ciriaco-Trinta e Cinco-Muliterno 16 – Conservação das estradas do Arroio Tapixi – Quebra Dente – Muniz – Santa Lísia 17 – Conservação da estrada Tainhas – Aratinga – Terra de Areia-Curumim	Pôrto Lucena a Santo Cristo Pôrto Lucena Palmeira Nonoaí Paim Filho Casca Casca Soledade Gaurama Erexim e Campinhas do Sul Soledade Soledade São Valentim, Nonoaí, Gaurama Pôrto Lucena, Severiano de Almeida, Aratiba, Casca, Nova Prata e Sananduva Passo Fundo, Nova Prata e Casca Camaquã e São Jerônimo São Francisco de Paula à Osório

(MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: p. 170-171)³²⁷

A partir da comparação das localidades dessas obras com as dos núcleos de colonização ou das “desapropriações” já referidas, percebe-se que grande parte dos empreendimentos não tinham relação com os núcleos de colonização, apesar da justificativa do governo para o IGRA estar empenhado em obras viárias. Para essas obras podemos pensar em três grupos de classificação: o primeiro, aquelas que se justificariam o empenho do IGRA, por se tratar de infraestrutura dos assentamentos ou atender a eles; o segundo grupo, seriam aquelas que se houvesse a concretização dos projetos de novos núcleos de colonização poderiam se justificar; e, por fim, o terceiro grupo seriam aquelas que não apresentavam relação alguma nem com os núcleos já existentes e os anunciados projetos de novos assentamentos.

Das vinte e cinco obras listadas da tabela acima, podemos encaixar, pelo menos, dezesseis no terceiro grupo, são elas: A-2 a A-5, C-1 a C-3, C-5 a C-12, C-14 e C-15. Apesar de algumas situarem-se próximas aos assentamentos da região de Nonoai, nenhuma delas correspondem a serviços executados dentro dos núcleos de colonização, para isto basta olhar as cidades onde as obras se concentravam. Outras seis obras poderiam entrar no primeiro grupo, são elas: A-1, B-2, B-3, C-4, C-13 e C-16. No entanto, apenas a B-3 atendia diretamente um núcleo de colonização, no caso o Banhado do Colégio e, talvez, a C-4 atendem-se os toldos da região de Nonoai. As demais apenas beneficiariam os assentamentos indiretamente. Já no segundo grupo seriam apenas dois casos: B-1 e C-17, pois ambas abarcavam a região de Osório, onde havia terras declaradas de utilidade pública para fins desapropriatórios, porém, o projeto de criar um assentamento ali não foi efetivado. Logo estas duas obras também poderiam estar inseridas no último grupo. No computo geral dessas obras de 1963, percebe-se que a grande maioria não estava atendendo os agricultores sem terra ou pequenos proprietários assentados e, mesmo algumas das que seriam justificáveis o empenho do IGRA, os benefícios podemos pensar que seriam indiretos.

Ao observarmos os gastos das Inspetorias de Nonoai e Erechim, sendo que esta esteve afeta a algumas dessas obras, percebemos não só o grande empenho

³²⁷ A título de simplificação, quando nos referirmos a estas obras ao longo do texto utilizaremos a letra e o número correspondente, por exemplo, A-1 “Estrada Planalto à Volta Grande”, C-9 “Ponte sobre o Rio Ligeirinho”.

do IGRA nos serviços viários, como também a maior parte das despesas girando em torno delas. Observemos a seguinte tabela:

Inspetoria / Ano	Total Despesas (Cr\$)	Construção e conservação de estradas, pontes e pontilhões (Cr\$)	Pessoal de Obras (Cr\$)	Indiretos ou relacionáveis (Cr\$)
Nonoai / 1963	17.899.248,60	2.108.092,80	6.605.323,30	2.029.481,60
Erechim / 1963	57.262.138,20	4.083.763,60	11.827.093,80	5.229.946,00
Nonoai / 1964	20.512.786,60	2.000.000,00	9.285.743,90	3.674.336,60
Erechim / 1964	36.316.501,40	21.017.131,50	7.066.361,70	2.980.059,00

(Tabela elaborada pelo autor)³²⁸

A Inspetoria de Nonoai, nestes dois anos, esteve dedicada a obras de construção e conservação da estrada Nonoai ao Rio dos Índios, da estrada São João ao Rio dos Índios, da estrada Nonoai ao Rio Passo Fundo; enquanto a de Erechim esteve afeta as obras de construção e conservação da estrada Paulo Bento a Jacutinga, da estrada Gaurama a Carlos Gomes, estrada vila Severiano de Almeida a BR-14 e estrada Aratiba a Vila Dourado, constam ainda algumas pontes e pontilhões nos dois casos. Do total das despesas em 1963 de Nonoai, percebe-se que foram gastos diretamente com essas obras, somando-se a segunda e terceira coluna, Cr\$ 8.713.416,10, o que equivale a aproximadamente 48,68% das despesas. Além dessas despesas diretas, devemos considerar outras que, em parte, estavam relacionadas com essas obras, entre elas os gastos com combustíveis e lubrificantes, com material para conservação de aparelhagem de engenharia e agronomia, com veículos e maquinário e com demarcação e discriminação de terras. Esses itens encontram-se sintetizados na última coluna acima, correspondendo a cerca de 11,34% das despesas realizadas naquela inspetoria. Por outro lado, os gastos com assistência social aparecem de forma espaçada, ou seja, nem todo mês houve verba para este serviço – apenas em agosto e dezembro –, atingiram uma cifra de Cr\$ 262.873,00, correspondendo a aproximadamente 1,47% das despesas

³²⁸ Tabela é montada a partir das discriminações das despesas apresentadas nos Relatórios das Atividades da Inspetoria de Terras de Nonoai de fevereiro a dezembro de 1963 e de janeiro a dezembro de 1964; Relatórios das Atividades da Inspetoria de Erechim de fevereiro a dezembro de 1963 e os de 1964 não foram encontrados os meses de abril, maio e dezembro, logo os valores de 1964 seriam maiores do que estamos aqui considerando, mas a título de amostragem eles atendem o nosso objetivo de demonstrar a grande dedicação aos serviços viários. Há outras rubricas de despesas que não estamos aqui considerando, estas seriam em sua maioria relacionada ao pessoal fixo das Inspetorias e manutenção administrativa.

totais, enquanto 60,02%, entre os gastos diretos e indiretos giravam em torno das obras viárias.

O ano de 1964, esse quadro praticamente se repete em Nonoai, onde os gastos diretos com as obras viárias atingiam o valor de Cr\$ 11.285.743,90, o equivalente a cerca de 55% dos gastos totais; levando-se em conta os gastos indiretos, os mesmo já referidos para 1963, chega-se ao valor de Cr\$ 12.960.08,50, correspondendo a 72,93% das despesas totais, que estiveram em volta dos serviços viários. Sendo novamente interessante comparar com o valor dispensado a rubrica assistência social – que apenas aparece em julho, agosto e dezembro –, chegando ao valor de Cr\$ 273.190,00, correspondendo a apenas 1,33% dos gastos totais.

Na Inspeção de Erechim, em 1963, ainda seguindo os números da tabela acima, nota-se que foram gastos diretamente com as obras viárias um total de Cr\$ 15.910.856,40, o que correspondia a aproximadamente 27,78% dos gastos totais. Considerando-se os gastos indiretos, os mesmos que referimos anteriormente, percebe-se que 36,92% do orçamento dessa Inspeção girou em torno das obras viárias. Enquanto era gasto Cr\$ 342.159,00 com assistência social, representando apenas a cerca de 0,59% das despesas totais e, assim como em Nonoai, essa rubrica não é contemplada em todos os meses, apenas de agosto a novembro.

Um pouco diferente de Nonoai, que mantém um quadro praticamente estável de um ano para o outro, em Erechim ocorre um aumento considerável nos investimentos nessas obras no ano seguinte. Em 1964, a Inspeção de Erechim investiu diretamente nelas o valor de Cr\$ 28.083.493,20, o equivalente a cerca de 77,33% das despesas totais. Ao considerar os gastos indiretos chega-se a cifra de Cr\$ 31.063.552,20, o equivalente a aproximadamente 85,53% dos gastos gerais em torno desse serviço. Enquanto é investido em assistência social o valor de Cr\$ 298.740,00, correspondente a cerca de apenas 0,82%. Vimos antes, que chegou-se a solicitar uma verba de Cr\$ 800.000,00 para assistência social dos indígenas, em 1963, nem mesmos somando a verba dessa rubrica nos dois anos chega-se a esse valor.

Por último, aqui ainda faz-se necessário indicar que o relatório de 1964, aponta um programa de estradas que se sintetiza da seguinte maneira:

As metas visadas se consubstanciam na construção, num prazo de 2 anos, de 1.473 km de estradas que beneficiarão a 13.445 propriedades coloniais, dentro do seguinte esquema:

No Alto Uruguai 994 km
 Nas Missões (Fazenda Florida) 20 km
 Nos Campos de Cima da Serra 119 km
 Na Encosta Superior do Nordeste 69 km
 No Planalto Médio 84 km
 Na Depressão Central 17 km
 Na Encosta do Sudeste 140 km ³²⁹

É preciso notar que os núcleos de colonização existentes concentram-se na faixa norte do Estado, logo as regiões apontadas acima que se situam fora desse eixo não estariam os contemplando. Aliás, a única colônia que aparece discriminada nessa passagem, curiosamente, é o projeto da Associação União Popular da Fazenda Florida, que se constituía em uma iniciativa privada, que abordamos anteriormente, a qual apresentava fortes características mercantis e não de assistência e beneficiamento de agricultores sem terra ou com pouca terra.

Ou seja, visualizando as despesas das duas Inspetorias chegamos à conclusão que a verba do IGRA em sua maioria foi destinada aos serviços viários de construção e conservação de estradas, pontes e pontilhões. Tarefa que não seria responsabilidade desse órgão, claro que poderia se relativizar esse fato, caso estas obras estivessem atendendo a melhorias dos núcleos de colonização, no entanto não é isso que constatamos para a grande maioria delas. Além do mais, vale a pena repetir, que se elas atendiam em parte a necessidade de escoamento dos núcleos, também beneficiavam o setor ruralista do em torno e investia-se em um dos pilares do tripé de investimento para se efetivar a industrialização. Aliás, como já referido, uma das principais reivindicações ruralistas. No Plano Trienal de Meneghetti, a única informação que aparece sobre o IGRA era uma verba de Cr\$ 2.703.432,00.³³⁰ Desta verba podemos constar que Cr\$ 2.000.000,00 foram canalizados para o pagamento de despesas relativos às obras da estrada Erval Grande à Praia Bonita.³³¹ Ou seja, a grande maioria da verba prevista do Plano Trienal foi canalizada a essa obra viária, assim como aconteceu com as verbas das Inspetorias de Nonoai e Erechim que foram direcionadas a esse tipo de serviço.

³²⁹ MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: vol. I, 50.

³³⁰ PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963: 54.

³³¹ Radiograma nº 52/64 – Erechim, 07/07/1964 – Assinado: Antônio Pereira de Souza Delegado Regional do IGRA Erechim” Encaminhado a “Secretaria da Fazenda” POA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo tentamos demonstrar, não se compreende o discurso do governo Meneghetti sem situá-lo como oposição ao ex-governador Leonel Brizola, ao presidente da república João Goulart e ao órgão federal de revisão agrária, a SUPRA, uma vez que ele se constitui a partir de *inversão*, em *jogo negativo* construindo as *positividades* de sua imagem política. Apesar do envolvimento de Ildo Meneghetti e seus secretários no advento do golpe civil-militar de 1964, na perspectiva de seu discurso, ele lutava pela manutenção do “princípio de autoridade democrática”, em defesa da ordem contra as propaladas “agitações comunizantes” do país e do Estado.

Nesse sentido, o discurso buscava construir a imagem de um governo que estaria empenhado em unir e pacificar, aquilo que estava dividido e sublevado pelas “agitações” de seus opositores, visando um objetivo que seria maior: o desenvolvimento econômico. Podemos dizer que, essa imagem autoconstruída de pacifista do governo, visava principalmente desvincular Meneghetti das violências, conforme visto no segundo capítulo, que vinham sendo praticadas pelo aparato repressivo do Estado contra os agricultores sem terra em, praticamente, todos acampamentos promovidos pelo MASTER, o qual de utilidade pública transformou-se em caso de polícia, ao longo de 1963 e 1964. Entretanto, conforme constatado, uma das primeiras providências do governo foi vincular diretamente ao chefe do poder executivo o comando da Brigada Militar. Ou seja, o governador esteve intimamente ligado à repressão policial dos acampamentos, mesmo que este tentasse negar tal envolvimento para manter a sua imagem democrática, evidenciando assim que a sua principal preocupação era a manutenção da ordem conservadora contra as “agitações” reivindicatórias. Assim, sabendo-se das ligações do MASTER com o trabalhismo, mesmo que este tivesse a sua autonomia, reprimi-lo pode ter significado uma neutralização preventiva ao golpe que estava por vir, evitando-se possíveis resistências. Aliás, a própria perda do status de utilidade pública pode estar relacionada com a desarticulação do MASTER, já que isso também significava a perda de recursos financeiros que eram obtidos na época de Brizola.

Conforme indicamos no primeiro capítulo, o eixo central do discurso de governo se situava na perspectiva de atingir um pleno desenvolvimento econômico – abrindo diferentes *ramificações enunciativas* – que se daria por meio do almejado processo de industrialização do Estado. A partir dessa concepção de discurso, a fim de alcançar este intento, o Poder Público não poderia mais comportar-se como entidade “assistencialista” e deveria se constituir em agente “promocional” desse desenvolvimento. Para atingi-lo, não adiantava, na lógica do discurso, atender as “camadas de baixos ingressos”, e sim incentivar e financiar a iniciativa privada que apresentava mais condições de inverter e gerar capitais, assim dinamizando a economia. Além disso, a partir dessa mesma oposição entre “Estado Assistencialista” e “Estado Promocional”, sendo o primeiro vinculado a seus opositores, desqualificava-se políticas de correção social, dentre as quais poderíamos elencar a própria reforma agrária.

Na perspectiva desse discurso, atingindo-se o pleno desenvolvimento econômico diversos problemas sociais por si desapareceriam, já que estes são inerentes ao caráter de subdesenvolvimento do país. O “destino natural” para este intento, na concepção do discurso, era o processo de industrialização, assim o próprio empresariado ganhava um papel de solucionador dos problemas sociais. Segundo esse discurso, a partir do fomento industrial reter-se-ia o êxodo rural com a geração de empregos e a abertura de fábricas pelo interior do Estado, enquanto a luta por terra seria justamente de manutenção do modo de vida campesina contra a sua proletarização. Dessa forma, generalizavam-se interesses patronais a diferentes camadas sociais. Aliás, dentro dessa lógica, não tinha sentido econômico realizar a reforma agrária sem mecanizar a produção agrícola, evidenciando-se também um direcionamento a incipiente empresa rural e, mais uma vez, relegando a reforma a um segundo plano.

A partir das conclusões da Comissão Especial de Reforma Agrária, que havia sido criada para elaborar um programa de reforma agrária, cumprindo o que talvez fosse a principal função do IGRA, podemos constatar que, na realidade, ela apenas faz sugestões para planos futuros. Em outras palavras, ela não havia cumprido o objetivo que havia sido publicitado, no momento da sua constituição, pelo menos, nada relacionado com as reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais. Pode-se dizer que, essa Comissão apenas serviu como

tentativa de manter o governo vinculado às propostas reformistas, de alimentar a sua imagem democrática e de empenhar-se em apaziguar os conflitos de classes. Nessa perspectiva, buscando um suposto diálogo com diferentes setores sociais, ele nomeou um sindicalista urbano para integrá-la e não, contraditoriamente, alguém vinculado aos agricultores sem terra ou com pouca terra. As diretrizes apontadas por seus relatórios se direcionaram a uma “política agrária” que nega o teor político do problema da terra, delimitando-a em fronteiras técnicas, ainda justificando que a União angariava maiores poderes para intervir sobre a reforma agrária. Assim, relegavam-se as demandas do MASTER a um segundo plano, sem, contudo, abandonar as promessas em torno da reforma agrária. A própria noção difundida de reforma agrária escapava às reivindicações populares, englobando interesses e demandas dos setores ruralistas. Além disso, esse redirecionamento era justificado pela premissa de que nem em 10 anos a reforma agrária seria atingida, sendo a principal preocupação apontada à questão do minifúndio que era situada no âmbito da produtividade e não da concentração fundiária.

Por meio dessas diretrizes, o IGRA passaria por uma reestruturação administrativa, deixando de ser direcionado aos agricultores sem terra ou com pouca terra, o que abriu espaço ao atendimento de outros setores do meio rural, seguindo a lógica de investir nas camadas com maior “dinamismo econômico” e não nas camadas de menor poder aquisitivo. Diferente da época de Brizola, o IGRA também deixa de se preocupar com as populações urbanas marginalizadas, que podemos pensar que eram oriundas do êxodo rural, já que, pela lógica do discurso, elas seriam absorvidas pelo processo de industrialização. Além disso, essa nova configuração do IGRA, indicava que, se houvesse algum projeto de colonização ou recolonização, estes seriam direcionados às terras devolutas, já que nada assinalava algum tipo de avaliação que pudesse redundar em desapropriação, enquanto era dada grande ênfase ao cadastramento daquelas terras. Dessa forma, não só se evitava o conflito com os interesses ruralistas, como também se alinhava ainda mais a eles, já que esse setor almejava essas terras públicas para expansão da fronteira agrícola. Ou seja, a reforma agrária ganha um novo sentido e direcionamento aos grupos sociais do campo com maior poder de barganha, constituindo-se em um projeto alternativo às reivindicações das massas rurais. Aqui é preciso mencionar que, por meio dessa reestruturação abriu-se a possibilidade do

órgão atender a projetos de colonização privada: caso da Associação União Popular, que compra a Fazenda Florida, promovendo um lucrativo negócio com recursos e auxílios do IGRA.

Tal tendência excludente se confirma com a resolução do decreto-lei 4.781, que autorizava a alienação das terras incorporadas ao patrimônio público, já que esta privilegiava aqueles que apresentavam condições não só de comprá-las, como também de autofinanciar a sua produção, pois em nenhum dos seus artigos se previa o incentivo à produção. Nesse sentido, antes mesmo do referido decreto, já havia indícios nessa perspectiva, por exemplo, quando se impunha como critério de seleção para receber terras na Fazenda Sarandi investir com recursos próprios no seu cultivo. Ou seja, diferente dos tempos de Brizola, o IGRA deixa de auxiliar a produção dos assentados. Uma situação semelhante vinha ocorrendo também em Itapoã, onde as plantações de arroz eram financiadas pelo Instituto Rio Grandense dos Arrozeiros (IRGA). Em outro caso, na Fazenda Sarandi o mesmo auxílio à produção, que consistia na venda de sementes, era destinado tanto aos agricultores assentados, quanto aqueles agricultores mecanizados e granjeiros. Enquanto os primeiros tiveram prejuízo em sua colheita e estavam endividados com a Secretária da Agricultura, o segundo grupo obteve resultados positivos.

Se por um lado, houve esse direcionamento acima apontado, por outro lado, o governo também se obrigou a atender algumas reivindicações camponesas, mesmo que de maneira parcial, devido às pressões sociais e políticas que sofria. Nesse sentido, constatou-se algumas declarações de utilidade pública e/ou interesse social que não se efetivam em desapropriação, apesar de assim terem sido divulgadas, ou que possivelmente seguiram os preceitos do decreto 4.781. No primeiro exemplo podemos visualizar o caso de Osório; quanto a Ronda Alta, que possivelmente pertencia a Fazenda Sarandi, e muito provavelmente tenha sido direcionada por essa lei. Quanto à Giruá, encontramos indícios de que havia disputas jurídicas, visto que a Procuradoria Geral teria sustado a imissão de posse imediata, assim não se pode excluir nem a possibilidade da declaração ter caducado, como de ter se efetivado a desapropriação e as terras seguirem os preceitos daquele decreto lei. Sobre Torres nada podemos inferir. A respeito do Banhado do Taim, em Rio Grande, apesar de não termos encontrado nenhuma referência à distribuição de terras neste município, fica a dúvida quanto ao destino

dessas terras, mas tendemos a acreditar que tenha caducado a declaração. Em Ibirapuitã, que se anunciou a concretização da desapropriação, iniciada na administração de Brizola, e que se faria a distribuição das glebas rurais, nada encontramos que demonstre a formação de assentamentos. Por último, apesar de também ter sido divulgado uma “desapropriação” na cidade de Lavras, nada encontramos referente à distribuição de terras neste município.

No mesmo sentido que essas medidas, podemos visualizar trinta e seis famílias de agricultores do primeiro acampamento que ocorre na administração de Meneghetti, na região conhecida como Passo Feio. Essas famílias, inicialmente, são alocadas em lotes já ocupados da antiga seção João Caruso, que mudou seu nome para 4ª Seção Planalto. Apesar do discurso de governo, dar relevo a produtividade, esta mesma preocupação não se destinou a esses assentados, já que estes são alojados nessa área, improvisadamente, em março de 1963 e só obtêm autorização para começar os cultivos em julho do mesmo ano, sendo que um mês depois trinta e quatro delas seriam remanejadas para Fazenda Sarandi. Sabendo-se que essas terras foram relegadas a rendosos negócios agrários, provavelmente pautados pelo decreto de alienação de terras públicas de Meneghetti, infere-se que estes agricultores tenham sido substituídos por outros de “maior dinamismo econômico”, no caso em questão por agricultores mecanizados ou granjeiros, seguindo a lógica do discurso já referida.

Essa transferência, conforme vimos, motivou a exclusão de oito famílias que se encontravam em Sarandi, sendo o destino delas desconhecido. Como não há referência a elas em nenhum dos documentos pesquisados, deduz-se que elas tenham sido abandonadas à própria sorte. Ainda sobre essa mudança de local, é preciso dizer que, ela de certa forma criou rivalidades entre os próprios agricultores sem terra, já que se desprezou a lista de selecionados que aguardavam para receber glebas naquela fazenda e gerou a expulsão dessas oito famílias.

A cerca das atividades que o IGRA esteve dedicado, deve-se aqui destacar que, conquanto não houvesse determinações legais para que este órgão atendesse os indígenas, o Instituto também agiu inconstitucionalmente ao montar núcleos de colonização nessas terras durante o governo Brizola. Conforme, podemos observar houve certa assistência a esse grupo, embora haja dúvida acerca de algumas: por exemplo, as mencionadas sementes de trigo, que podem ter sido destinadas a

incipiente empresa rural tritícola da região correspondente as Inspetorias de Nonoai e Erechim. Aliás, nesse período se extingue o toldo de Serrinha, sendo os indígenas reclusos em áreas ainda menores. Mesmo que permaneça a dúvida quanto ao destino daquelas sementes, devemos destacar que, o mesmo tipo de atendimento não é encontrado para os assentados que havia nessas mesmas áreas, até pelo contrário segundo demonstramos acima no caso daquelas trinta e seis famílias provenientes do acampamento de Passo Feio. Por outro lado, encontramos alguns funcionários civis e militares, mais de doze pelo menos, recebendo terras e autorizações para cultivá-las. Além disso, observou-se, em consonância com o discurso de a quem deveria se direcionar os incentivos do Estado, algumas serrarias e empresas rurais recebendo terras em toldos indígenas, tendo ainda os seus investimentos protegidos pelo IGRA. Em outras palavras, o descaso e a usurpação do território indígena seguiu a exemplo do primeiro mandato de Menegheti e do governo Brizola.

Ainda entre as atividades do IGRA, deve-se destacar as demarcações, as concessões e as emissões de títulos que são divulgadas com números expressivos a título de “Revisão Agrária”. Entretanto, deve-se observar o caráter desses serviços: acerca das demarcações, em primeiro lugar, elas poderiam estar voltadas à abertura de estradas ou aos anunciados loteamentos rurais que não foram acompanhados de distribuição dos mesmos; em segundo lugar, algumas delas, casos da 4ª Seção Planalto e da parte que seria destinada aos assentados humildes da Fazenda Sarandi, constituíam-se em processos de “minifundizações”, à revelia da preocupação do governo com essa questão; já sobre as concessões e títulos, estes não correspondiam em acesso à propriedade e se constituíam em rentáveis negócios para o Estado, tendo também por base um parâmetro econômico que se focavam aos setores de maior dinamismo econômico.

É preciso dizer que, alguns núcleos de colonização sequer são mencionados pelos relatórios de governo em nenhum dos anos pesquisados. A partir disso, deduz-se que estes tenham sido abandonados na administração de Ildo Menegheti, casos de Taquari, Libório Pimentel e São Valentim. Mais uma vez, confirmando o descaso com políticas direcionadas às camadas baixas da sociedade e com a reforma agrária.

Por fim, conforme o discurso de governo, o Poder Público, objetivando propulsionar a industrialização do Estado, devia direcionar os seus investimentos ao tripé: energia elétrica, comunicação e transporte. Desses três elementos, podemos observar o IGRA investindo no primeiro e no último, que não por acaso constituíam-se em demandas históricas das classes patronais. Quanto à energia, apesar de termos pouco explorado ao longo do trabalho, percebe-se que houve certa dedicação a serviços desse tipo na Barragem do Ibirapuitã e em hidroelétricas próxima ao Toldo de Inhacorá e em parte da Fazenda Sarandi. Já às obras referentes ao último tópico, o transporte, esta era função do DAER que, claramente, o IGRA vinha desempenhando com grande afinco, a ponto da maioria de seus gastos girarem em torno das obras viárias. Sendo importante destacar que, estas obras em sua maioria não atendiam os núcleos de colonização, em muitos casos nem indiretamente. Por outro lado, mesmo constando que algumas poucas os atendiam, elas também respondiam aos anseios de escoamento de latifúndios e demais fazendas que se situavam em seu em torno, assim ficando em suspeição a quem realmente estes serviços se destinavam. Ironicamente, em 1964 o único assentamento apontado como beneficiário dessas obras no relatório de governo era justamente o da Fazenda Florida, que como vimos, constituía-se em um lucrativo negócio da Associação União Popular.

Finalmente, deve-se destacar que, as conclusões dessa dissertação, devido à grande complexidade do tema, tornam-se parciais, não só porque as possibilidades abertas por ele são amplas, como também são poucos os estudos existentes sobre o governo de Ildo Meneghetti. De momento, a conclusão mais consistente seria o descaso do governo pela reforma agrária e o seu direcionamento de suas ações em favor das classes patronais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne. *Uma Segunda Legalidade por Jango (1964)*. *Oficina do Historiador*, vol. 06, n.º 01, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/viewArticle/13273> Acesso em: 01/08/2013.

AFONSO, Wilson. *Ildo Meneghetti*. Tchê! Comunicações Ltda, Porto Alegre, 1984.

BARCELLOS, Daisy Macedo de; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Comunidade Negra de Morro Alto Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

CAMARGO, Aspácia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1960-1964). In.: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 123-224. Tomo III, vol. III.

CÂNEPA, Mercedes Maria Logueiro. *Partidos e Representação Política a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Editora UPF, Passo Fundo, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2007.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. Tese de doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma Agrária* Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 1996.

_____. *Arqueologia do Saber*. 7ª edição / 3ª reimpressão, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2008.

GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1983.

GROS, Denise. Associações de Classe Patronais e Ação Política. In.: GERTZ, René. (org.) *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS*. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2002.

_____. Movimentos Sociais Rurais. In.: GERTZ, René. (org.) *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002a.

HOHLFELDT, Antonio. Samuel Wainer a Aventura Gaúcha. In.: MELO, José Marques de (org.). *Imprensa Brasileira Personagens que fizeram história*, vol 2 Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Impressão Oficial, São Paulo, 2005.

LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: letra e, 1987.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2012.

_____; PADRÓS, Enrique Serra. Introdução – 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In.: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*, vol. 1, 2ª edição, Porto Alegre, Corag, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; *A Questão da Reforma Agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1982.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 23ª edição, editora RT, São Paulo, 1979.

MENDOÇA, Daniel de. *Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964)*. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

MENEGHETTI, Enio. *Baile de cobras: a verdadeira história de Ildo Meneghetti*. Editora AGE, Porto Alegre, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma Análise de Discurso Político. **Barbarói (USCS)**, v. 24, p. 87-118, 2006. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/821/605>. Acesso em: 01/09/2011.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Política / Ação Anti-Indígena de Leonel de Moura Brizola. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul. Povos Indígenas*, vol. 5, Méritos Editora, Passo Fundo, 2009.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e Questão Agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1986.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3, 3ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso, Porto Alegre, UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29002/000774658.pdf?sequence=1>
Acesso em: 04/06/2013.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul “Celeiro” do Brasil. In.: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*, vol. 1, 2ª edição, Porto Alegre, Corag, 2010.

FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

Documentos Oficiais:

MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, Vol. I e II.

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964, 1965, Vol. I e II.

PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS.

Informações, Ano 1963, 01-297, Nonoai.

Informações, Ano 1964, 01-225, Nonoai.

Informações, Ano 1964, 226-330, Nonoai.

Ofícios Expedidos, Ano 1963, 01-681, Nonoai.

Ofícios Expedido Ano 1964, 01-408, Delegacia Regional do IGRA Nonoai.

Ofício Recebido, Ano 1963, Nonoai.

Ofícios Recebidos, Ano 1964, Nonoai.

Circulares Recebidas 1963, IT [Inspetoria de Terras de] Erechim.

Informações, Janeiro a Julho 1963, Erechim.

Informações, Julho a Dezembro 1963, Erechim.
 Informações, Janeiro à Abril 1964, ITDR [Inspetoria de Terra, Delegacia Regional do] IGRA, Erechim.
 Informações, Maio à Julho 1964, D.R.I.G.R.A, Erechim.
 Informações, Novembro a Dezembro 1964, D.R.I.G.R.A., Erechim
 Ofícios Expedidos, Janeiro a Junho 1963, Erechim.
 Ofício Expedidos, Jul a Dez. 1963, Erechim.
 Ofício Expedidos, jan.-Jul., 1964, Erechim [encadernado ago.-dez.].
 Ofícios Expedidos, Ago.-Dez. 1964, Erechim [encadernado jan.-jul].
 Ofícios e Cartas Recebidas, 1963, Erechim.
 Ofício Recebidos 1964, Erechim, DRIGRA.
 Radiograma, Telegramas, Fonogramas Expedidos, 1963, I.T. Erechim.
 Radiogramas Expedidos, D.R.I.G.R.A., Erechim, 1964.
 Radiogramas, Fonogramas, Telegramas, 1963, Recebidos, IT Erechim.
 D.R.I.G.R.A. [Delegacia Regional do IGRA], Erechim, 1964, Radiogramas Recebidos.
 Divisão de Terras Públicas do Rio Grande do Sul, Secretária da Agricultura. Porto Alegre/ RS.

Imprensa Escrita:

Jornal *Correio do Povo*, edições de fevereiro, de abril a junho, de agosto a dezembro de 1963 e de fevereiro a abril de 1964.

Jornal *Última Hora*, edições de fevereiro de 1963 a abril de 1964.

Acervo do **Museu da Comunicação Hipólito José da Costa**. Porto Alegre/ RS.

Jornal *Correio do Povo*, edições de março e julho de 1963 e janeiro de 1964.

Acervo da **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro/ RJ.

Decreto n.º 12.812, 14 de Novembro de 1961. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 14 de Novembro de 1961. Ano XX, n.º 99, p. 01-02.

Decreto 16.486, de 25/02/1964: *Diário Oficial*, n.º 187, Ano XXII, 28/02/1964, p. 01-02.

Decreto 16.433, de 03/02/1964. *Diário Oficial*, n.º 16[?], Ano XXII, 03/02/1964. p. 01.

Decreto Lei 4.781 de 28/09/1964: *Diário Oficial*, n.º 64, Ano XII, 29/09/1964, p. 01-02.

Biblioteca da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS

Bibliografia Consultada

CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: veredas de uma luta*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2ª edição, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011.

COMBLIN, P.e Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3ª edição, Edusp, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, p. 181-212, 2004.

_____. (org.) *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

_____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3, 3ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

_____; REIS, Daniel Arão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

FICO, Carlos, CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUZA, Jessie Jane Vieira de; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. 7Letras, Rio de Janeiro, 2004.

HARRES, Marluza Marques. *Trabalhando com memórias. Memória e história da reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS, Brasil – 1962-1972*. *Estudos Ibéro-Americanos*. PUCRS, vol. XXXII, n.º 1, p. 127-141, junho/2006.

_____. *Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960*. *Anos 90*, vol. 18, n.º 33, p. 99-127, Porto Alegre, julho/2011.

HERLEIN JR, Ronaldo; CORAZZA, Gentil. *Indústria e Comércio no Desenvolvimento Econômico (1930-85)* In.: GERTZ, René. (org.) *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidade da federação (de 1970 a 2008)*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2010.

IANNI, Octavio; SINGER, Paulo, COHN, Gabriel, WEFFORT, Francisco C.. *Política e Revolução Social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1984.

_____. *O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: VIII Encontro Estadual de História, ANPUH/RS, 2006, Caxias do Sul. Anais do VIII Encontro Estadual de História, ANPUH/RS, 2006.

_____. *A grande imprensa 'liberal' da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996.

_____. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/reformaagrariaquestoes.html> Acesso em: 09/05/2013.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. Vol. I, editora UNESP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. *Estudos Avançados*, vol 15, n.º 43, São Paulo, Set.-Dez/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf> Acesso em: 25/02/2013.

OLKOSKI, Wilson. *A Presença Cabocla no Médio Alto Uruguai*. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 06, n.º 07, Frederico Westphalen, 2005. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/275/507> Acesso em: 05/07/2013.

_____. *A Questão Agrária no Médio Alto Uruguai: o processo de demarcação das terras*. *Revista de Ciências Humanas*, Vol. 06, n.º 06, 2005. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/261/479> Acesso em: 05/07/2013.

_____. *Aspectos da história dos Kaingang do Médio Alto Uruguai – RS*. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 04, n.º 04, Frederico Westphalen, 2003. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/231/420> Acesso em: 05/07/2013.

PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. CORAG, Porto Alegre, 2006.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. EDUSC, Bauru, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SILVA, Helio. *1964 vinte anos de gole militar*. L&PM, Porto Alegre, 1985.

RODEGHERO, Carla Simone. *Regime Militar e Oposição*. In.: GERTZ, René. *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol. 24, n.47, pp. 13-28. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acesso em: 01/09/2011.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 6ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1985.

UEDA, Vanda. O Papel das Redes Técnicas: transportes, energia e telecomunicações. In.: GERTZ, René. (org.) *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à Crise*. 4ª edição, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2006.

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I, editora UNESP, São Paulo, 2009.

_____. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. *Lutas e Resistências*, vol. 01, p. 60-75, Londrina, setembro/2006.